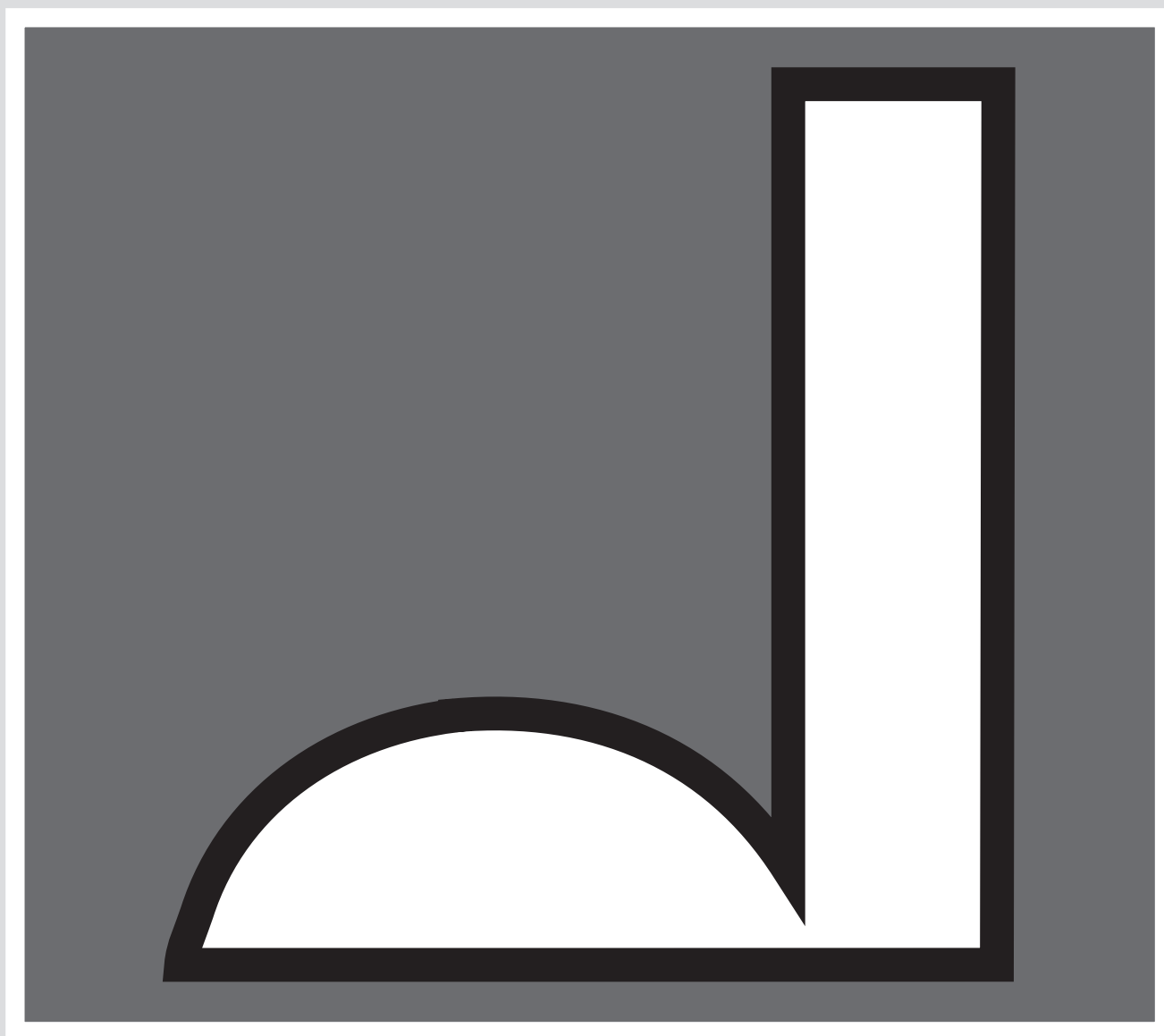




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 45 - SÁBADO, 25 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR– 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 12, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002–CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 278, de 6 de fevereiro de 2006, que *“Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$80.000.000,00, para os fins que especifica”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de abril de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 24 de março de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 26ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, com apresentação de uma emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005 (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências. 09444

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT..... 09444

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 23, de 2006, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e outras Senadoras, que acrescenta parágrafos ao art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre as licenças à gestante, ao adotante e paternidade..... 09445

1.2.2 – Leitura de pareceres

Nºs 249, 250 e 251, de 2006, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, nos aparelhos elétricos que especifica.. 09445

Nº 252, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Flavio Arns, que dispõe sobre a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência filiados ao Regime Geral de Previdência Social, conforme determina o § 1º do art. 201 da Constituição Federal..... 09453

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto

de Lei da Câmara nº 64, de 2000, e ao Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar... 09455

1.2.4 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 187/2006, de 23 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1997 (nº 4.253/98, naquela Casa), que autoriza a União a assumir, como depositário legal, o acervo histórico e pessoal do ex-Presidente Getúlio Vargas..... 09455

Nº 188/2006, de 23 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 1999 (nº 1.643/99, naquela Casa), que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino. . 09455

Nº 189/2006, de 23 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2002 (nº 4.436/2004, naquela Casa), que acrescenta § 2º ao art. 3º da Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, para duplicar os limites estabelecidos nos incisos I a III do art. 3º, desde que o acréscimo decorra de contratação, para o primeiro emprego, de jovens entre 18 (dezoito) e 25 (vinte e cinco) anos de idade..... 09455

Nº 190/2006, de 23 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2003 (nº 3.153/2004, naquela Casa), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir quota nas instituições federais de educação superior para estudantes oriundos da rede pública de ensino médio. 09455

Nº 191/2006, de 23 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2003 (nº 5.427/2005, naquela Casa), que institui cota para estudantes da rede pública nas Universidades Públicas e dá outras providências. 09456

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 329, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, que abra procedimento administrativo para a identificação da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, envolvendo depósito em dinheiro do Sr. Paulo Okamoto para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva..... 09456

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Críticas à atitude da deputada Ângela Guadagnin, que dançou no Plenário da Câmara para comemorar a absolvição de um colega de partido. 09457

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL* – Citação do livro do jornalista Hugo Studart, intitulado “A Lei da Selva”, que trata de movimento armado na região do Araguaia. Considerações acerca da conclusão do relatório final da CPMI dos Correios. 09458

SENADOR *PAULO PAIM* – Regozijo diante da aprovação de projeto de lei de sua autoria, que revoga o fator previdenciário. 09462

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Necessidade da aprovação do novo valor do salário mínimo. Defesa de uma política permanente para o Salário Mínimo. Repúdio à violência contra a mulher. 09467

SENADOR *MARCO MACIEL* – Crise enfrentada pelo Mercosul. 09469

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Apoio ao jornal **O Estado de S.Paulo**, criticado pelo Ministro Ciro Gomes. Críticas à deputada Ângela Guadagnin pela dança em comemoração à absolvição de um colega de partido. 09471

SENADORA *ANA JÚLIA CAREPA* – Comentário sobre matéria do jornal **O Estado de S.Paulo**, a respeito da decisão do Judiciário sobre o depoimento do caseiro Francenildo na CPI dos Bingos. Resultados alcançados pelo governo Lula. Aumento nos postos de trabalho. 09474

SENADOR *ALVARO DIAS* – Críticas à atitude da Deputada Ângela Guadagnin durante a comemoração da absolvição de um colega do PT. 09478

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Indefinição do Governo quanto à escolha do padrão de TV Digital a ser utilizado no Brasil. 09481

SENADOR *MÃO SANTA* – Defesa da candidatura própria do PMDB à presidência da República. 09486

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada “Evento da FAO vira pré-campanha de Rossetto no Sul”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição do último dia 6 do corrente. ... 09488

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Considerações a respeito de entrevista do governador Geraldo Alckmin, publicada pelo jornal **O Globo**, edição do último dia 19 do corrente, sob o título “O governo parece ter muito a esconder”. 09490

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Comentários sobre a matéria intitulada “Oeste do Pará é um barril de pólvora”, publicada no jornal **O Liberal**, edição do último dia 15 do corrente. 09492

SENADOR *JOÃO BATISTA MOTTA* – Transcrição da matéria intitulada “O paradoxo de Okamoto”, publicada pela revista **Veja**, edição do último dia 8 do corrente. 09493

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Considerações acerca da matéria intitulada “Pivô do novo ‘mensalão’ pede para ser ouvido”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição do último dia 9 do corrente. ... 09497

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Análise da matéria intitulada “PT faz operação abafa para poupar Okamoto”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição do último dia 11 do corrente. ... 09498

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Transcrição da matéria intitulada “Agora são mais R\$5 milhões para o Lulinha”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 22 de fevereiro do corrente. 09499

SENADOR *PAULO OCTÁVIO* – Homenagem pelo transcurso dos 40 anos do PMDB. 09499

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Comentários a e-mail recebido de Jussara Teixeira Marcelino, moradora de Ribeirão Preto/SP, a respeito da atuação do grupo do Ministro Palocci naquele município. ... 09500

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Senador Arthur Virgílio, proferido na sessão de 23 de março de 2006. 09500

3 – PARECER

Nº 11, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 2, de 2006-CN (nº 60/2006/TCU, na origem). (**Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2006-CN**). 09508

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 511 a 519, de 2006. 09511

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****6 – SECRETARIA DE COMISSÕES****7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 26ª Sessão Não Deliberativa, em 24 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Mão Santa e da Sra. Serys Slhessarenko

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005** (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005** (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Ao **Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005**, foi oferecida uma emenda, que vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ao **Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005**, não foram oferecidas emendas. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

É a seguinte a emenda oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005:

EMENDA Nº 2 – PLEN

Dê-se ao artigo 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, nos termos do que dispõe o artigo 1º do PLC nº 30 de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º

‘Art. 520. A apelação será recebida no efeito devolutivo, devendo, no entanto, ser recebida também no efeito suspensivo quando disposição expressa de lei assim o determinar, ou quando interposta de sentença:

I – proferida em ação relativa ao estado ou capacidade da pessoa;

II – diretamente conducente à alteração em registro público;

III – cujo cumprimento necessariamente produza consequências práticas irreversíveis;

IV – que substitua declaração de vontade;

V – sujeita a reexame necessário.’

.....” (NR)

Justificação

A proposta veiculada pelo Projeto de Lei da Câmara nº 30/2005 possui grande importância para a continuidade do processo de reforma da legislação processual infraconstitucional.

O fim da regra geral que atribui efeito suspensivo à apelação praticamente extinguirá as vantagens oriundas da interposição de recursos protelatórios, desestimulando o uso deste artifício. A medida aumentará a celeridade nos Tribunais de Justiça e valorizará as decisões do juiz de primeira instância.

Apesar disso, como bem observado no projeto, nem todas as demandas podem prescindir do efeito suspensivo do recurso de apelação, sem que isso coloque em risco os interesses dos litigantes e afaste a possibilidade de pacificação social. Há casos em que a atribuição do efeito suspensivo ao recurso de apelação é essencial para evitar que o recorrente sofra danos irreparáveis.

A redação do projeto contempla essas hipóteses, porém atribui poderes aos magistrados para definir quando está presente a situação em que se vislumbra & risco de dano irreparável, de modo a atribuir o efeito suspensivo à apelação.

Apesar disso, há situações em que a própria natureza da relação jurídica envolvida na lide implica necessariamente na imposição de dano irreparável ao vencido, tomando imprescindível a atribuição do efeito suspensivo ao recurso de apelação.

Na redação atual projeto, tais situações estariam sujeitas ao crivo do magistrado e, conseqüentemente, às divergências de entendimentos, muito comuns no meio forense.

Assim, os recorrentes ficariam sempre sujeitos ao entendimento dos magistrados para a obtenção do efeito suspensivo no recurso de apelação, por mais que seja incontestável o dano irreparável representado pela execução provisória da decisão proferida em primeira instância.

Essa situação pode trazer uma série de lesões indevidas aos recorrentes e tornar inútil a decisão favorável obtida em sede de recurso. Diante disso, seria aconselhável que o ordenamento dispusesse de forma mais objetiva sobre quais as situações em que o magistrado deverá atribuir efeito suspensivo à apelação, acolhendo expressamente as situações em que o risco de dano irreparável pode ser presumido.

Assim, objetivando aperfeiçoar a redação do projeto apresentado, propomos a presente emenda de redação ao projeto em discussão.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Romero Jucá**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 23, de 2006**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e outras Senhoras Senadoras, que *acrescenta parágrafos ao art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre as licenças à gestante, ao adotante e paternidade*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 249, 250 E 251, DE 2006

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na casa de origem), que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, nos aparelhos elétricos que especifica.”

PARECER Nº 249, DE 2006

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **João Batista Motta**

I – Relatório

Examina-se, nesta oportunidade, o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096, de 1995, na origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

O projeto foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Sociais.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Às fls. 12/13, consta Parecer da lavra do Senador Osmar Dias, que conclui pela aprovação do projeto, a partir do exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

II – Análise

Não há qualquer reparo a fazer no Parecer da lavra do nobre Senador Osmar Dias, razão pela qual o adotamos em sua integralidade.

III – Voto

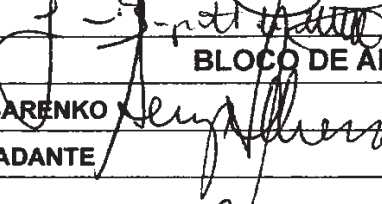
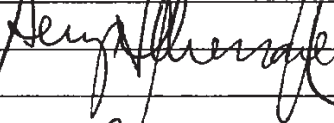
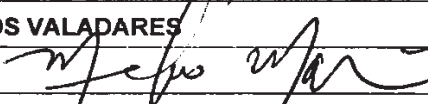
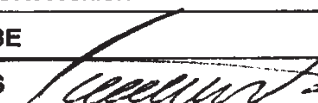
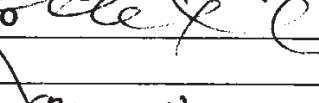
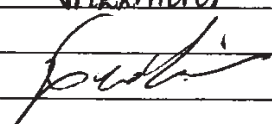
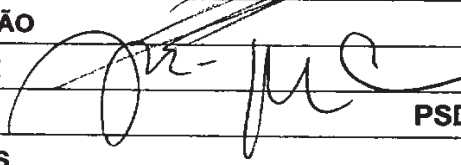
A proposta versada no Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096, de 1995, na origem), apresenta-se consentânea com os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e está vazado em boa técnica legislativa, razão pela qual votamos por sua aprovação.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2004.
– **Edison Caobão**, Presidente – **João Batista Motta**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 64 DE 2000

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/12/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  <u>SEN. JOÃO BATISTA MOTTA</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESSARENKO 	1-EDUARDO SUPLYCY
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIOMAR COSTA
MAGNO MALTA 	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRIVELLA	7-AELTON FREITAS 
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA 	1-NEY SUASSUNA
GARIBALDI ALVES FILHO 	2-LUIZ OTÁVIO 
JOSÉ MARANHÃO	3- RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA (RELATOR)	4-JOÃO ALBERTO SOUZA
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON 	6-SÉRGIO CABRAL
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-PAULO OCTÁVIO
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE 	5-RODOLPHO TOURINHO
PSDB	
ÁLVARO DIAS	1- ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI	2-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI 	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

PARECER Nº 250, DE 2006

(Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005))

Relator: **Senador Valdir Raupp**

I – Relatório

Formulada em apenas três artigos, a proposição pretende tornar obrigatória a adoção de dispositivos de proteção aos usuários dos serviços de energia elétrica.

O art 1º estabelece a obrigatoriedade de que as construções iniciadas após a vigência da lei proposta adotem “sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, bem como tomadas com o terceiro contato correspondente”.

Complementarmente, o art. 2º determina que “os aparelhos elétricos com carcaça metálica e aqueles sensíveis a variações bruscas de tensão” disponham de “condutor-terra de proteção e do respectivo adaptador macho tripolar”. Por fim, o art 3º fixa o prazo de noventa dias para que a norma legal entre em vigor.

O projeto ampara-se no argumento de que, mesmo sendo o fio terra “uma proteção indispensável ao usuário dos serviços de energia elétrica”, o Brasil ainda não se inclui entre os países que adotam esse sistema básico de segurança.

Aprovada na Câmara dos Deputados, a proposição foi submetida à deliberação do Senado Federal no dia 25 de outubro de 2000 e distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na primeira, que examinou os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, foi aprovada por unanimidade. Na segunda, mereceu relatório favorável, cuja apreciação foi sobrestada pela interposição do Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Machado, que solicitou a manifestação da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Aprovado o Requerimento, o PLC nº 64, de 2000, veio a esta Comissão no último dia 16 de agosto.

II – Análise

Como informa o autor da proposição, Deputado Freire Júnior, embora constitua um equipamento de segurança de grande importância e baixo custo, o condutor-terra no cordão de alimentação de aparelhos elétricos não tem ainda franca utilização no Brasil, ao contrário da tendência presente nos demais países de economia dinâmica e crescente respeito aos consumidores. A razão alegada pelos fabricantes é a da falta, nas edificações, do condutor-terra de proteção das instalações elétricas, com tomadas adequadas de três pinos.

Embora a Norma Técnica NBR 5410/2004, que trata das instalações elétricas de baixa tensão, determine a adoção de sistema de aterramento eficaz, por meio da utilização do condutor-terra, ainda não é comum entre nós a aplicação desse requisito essencial de segurança

nas edificações residenciais, comerciais ou industriais. Não tendo poder coercitivo, as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conquanto sejam aprovadas por ampla representação de instituições civis de natureza técnica, dependem da adesão voluntária das empresas e profissionais que executam obras e serviços de engenharia.

Tentativas vêm sendo feitas no sentido de que órgãos governamentais que detenham efetivas prerrogativas regulatórias, a exemplo do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), editem atos normativos destinados a fazer cumprir as exigências técnicas. No tocante ao Inmetro, essa possibilidade foi descartada pela área jurídica do Instituto, em razão de não se tratar de um produto físico, industrializado e comercializado, mas de um serviço. Por força desse entendimento, e por considerar necessária a aplicação da Norma Técnica, o próprio Inmetro vem promovendo gestões junto à Aneel para que essa Agência regulamente a inspeção compulsória das instalações de energia elétrica, como condição para sua utilização. O modelo proposto ensinaria a exigência, pela Aneel, de que as concessionárias de distribuição de energia elétrica passassem a requerer um certificado de inspeção, emitido por organismo credenciado pelo Inmetro. As iniciativas nesse sentido, contudo, ainda não produziram resultados.

De fato, muitos acidentes domésticos e freqüentes prejuízos financeiros, de pouca ou maior monta, poderiam ser evitados com a adoção da medida proposta. Como atesta o prof. Jamil Haddad, da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Minas Gerais, em recente estudo em que defende a aprovação da PLC nº 64, de 2000, “os acidentes com eletricidade, na residência e no trabalho, são os que ocorrem com maior freqüência e comprovadamente os que trazem as mais graves consequências”, que podem incluir lesões irreversíveis e até a morte. Ainda em suas palavras, “é importante que o brasileiro abandone o péssimo hábito de inutilizar o terceiro pino do plugue de vários equipamentos (principalmente os importados), pois as instalações elétricas das edificações brasileiras, com raras exceções, não possuem tomadas apropriadas”.

Urge, portanto, suprir essa lacuna normativa, o que dá a medida da oportunidade da proposição sob exame.

III – Voto

De fácil implementação em seus aspectos técnicos, o projeto em pauta vem ao encontro do dever, atribuído ao Estado pela Constituição Federal, de resguardar o direito de todos à saúde e à segurança.

Ante o exposto, e considerando atendidos, nos termos da manifestação da CCJ, os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, voto, no mérito, pela aprovação do PLC nº 64, de 2000.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2005.
– **Valdir Raupp**.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

<i>Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000</i>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 151 9/2/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP	
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) – SUPLENTES
HERÁCLITO FORTES – PFL	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES – PFL
DEMÓSTENES TORRES – PFL	2- CÉSAR BORGES – PFL
JOSÉ JORGE – PFL	3- JONAS PINHEIRO – PFL
MARCO MACIEL – PFL	4- JORGE BORNHAUSEN – PFL
RODOLPHO TOURINHO – PFL	5- MARIA DO CARMO ALVES – PFL
LEONEL PAVAN – PSDB	6- FLEXA RIBEIRO – PSDB
SÉRGIO GUERRA – PSDB	7- EDUARDO AZEREDO – PSDB
TASSO JEREISSATI – PSDB	8- JUVÊNCIO DA FONSECA – PSDB
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	9- ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB
PMDB	PMDB – SUPLENTES
GERSON CAMATA	1- ROMERO JUCA
ALBERTO SILVA	2- LUIZ OTÁVIO
VALDIR RAUPP	3- PEDRO SIMON
NEY SUASSUNA	4- ÍRIS DE ARAÚJO
GILBERTO MESTRINHO	5- WELLINGTON SALGADO
RAO SANTA	6- VAGO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)
DELCÍDIO AMARAL – PT	1- ROBERTO SATURNINO – PT
MAGNO MALTA – PL	2- PAULO PAIM – PT
JOÃO CAPIBERIBE – PSB	3- FERNANDO BEZERRA – PTB
SÉRGIO ZAMBIASI – PTB	4- FÁTIMA CLEIDE – PT
SERYS SLHESSARENKO – PT	5- MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
SIBÁ MACHADO – PT	6- FLÁVIO ARNS – PT
AELTON FREITAS – PL	7- JOÃO RIBEIRO – PL
PDT	PDT
CRSTOVAM BUARQUE	1- AUGUSTO BOTELHO

PARECER Nº 251, DE 2006

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia****I – Relatório**

Examina-se o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 64, de 2000, que “determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica”.

A proposição almeja exigir a adoção de dispositivos de proteção dos usuários dos serviços de energia elétrica. Para tanto, estabelece a obrigatoriedade de que as construções iniciadas após a vigência da nova lei possuam “sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, bem como tomadas com o terceiro contato correspondente”. De outra parte, determina que “os aparelhos elétricos com carcaça metálica e aqueles sensíveis a variações bruscas de tensão” disponham de “condutor-terra de proteção e do respectivo adaptador macho tripolar”.

Nas palavras do autor do projeto, conquanto seja o fio-terra utilizado em muitos países por tratar-se de “proteção indispensável ao usuário dos serviços de energia elétrica”, o Brasil ainda não adota esse importante quesito de segurança. Embora não seja um sistema sofisticado, pois basta a conexão “de um simples cabo a sistema de aterramento eficiente”, são raras em nosso país as edificações que disponham de condutor-terra de proteção e igualmente escasseiam os aparelhos elétricos fabricados com tomadas de três contatos.

Aprovado na Câmara dos Deputados, onde mereceu a aprovação unânime das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Desenvolvimento Urbano e Interior; e de Constituição e Justiça e de Redação, o PLC nº 64, de 2000, submetido à deliberação do Senado Federal, foi distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Na primeira, a proposição foi aprovada, sem emendas, no dia 15 de dezembro de 2004. Antes da deliberação da CAS, contudo, aprovou-se o Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Machado, que levou a matéria ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que também aprovou parecer favorável ao projeto, exatamente um ano após a manifestação favorável da CCJ.

Cabe agora colher o pronunciamento desta Comissão.

II – Análise

Torna-se evidente, na argumentação que sustenta a proposição, que duas singelas medidas precisam ser concomitantemente adotadas no sentido de reduzir o grave risco de acidentes decorrentes da falta de sistemas adequados de aterramento.

De uma parte, as edificações precisam contar com instalações elétricas compatíveis. De outra, os aparelhos mais sensíveis às variações de tensão devem ser fabricados com pinos tripolares. Não havendo as necessárias características nos prédios construídos, a fabricação de aparelhos mais seguros vem sendo adiada. Em consequência, multiplicam-se os acidentes pessoais e os danos materiais.

Ao dispor sobre ambas as exigências, o projeto em causa preenche importante lacuna normativa. Embora a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) já tenha editado norma no mesmo sentido, falta-lhe o poder coercitivo próprio das leis. Na prática, sem a coercitividade legal que o projeto pretende suprir, a efetividade da Norma Técnica tem dependido da escassa adesão voluntária das empresas e profissionais do setor de engenharia.

No tocante aos aspectos formais, o PLC nº 64, de 2000, não incorre em vício de iniciativa. Nos termos do inciso IV do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre energia e, a teor do disposto nos incisos V e VIII do art. 24, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre “produção e consumo” e “responsabilidade por dano ao consumidor”. A matéria não se encontra, ademais, adstrita à reserva de iniciativa atribuída ao Presidente da República por força do § 1º do art. 61.

Como consigna a manifestação da CCJ, a proposição harmoniza-se com o Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à obrigação do poder público em zelar “pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho”.

Do ponto de vista dos aspectos urbanísticos e edícios, ainda que os objetivos do projeto pudessem ser alcançados pela via legislativa municipal ou, ainda, no âmbito dos regulamentos das concessionárias dos serviços de energia elétrica, nada obsta a edição da norma federal proposta, como bem observou o parecer da CCJ.

Cumprindo por fim destacar que, embora se exija que as novas construções atendam às disposições da lei proposta tão logo decorra noventa dias de sua publicação, as necessárias adaptações do processo industrial para atender à obrigatoriedade da tomada tripolar nos aparelhos elétricos poderão ocorrer no período de quinze meses. Ambos os prazos parecem adequados.

III – Voto

A par de não padecer de inconstitucionalidade ou injuridicidade, a proposição sob exame, disposta em boa técnica legislativa, aborda matéria relevante para

o aprimoramento das condições de segurança em que ocorre a utilização domiciliar e comercial de aparelhos elétricos no Brasil. Voto, assim, pela aprovação do PLC nº 64, de 2000.

Sala da Comissão, – **Lúcia Vânia.**

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/03/2006, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: SENADORA LÚCIA VÂNIA	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
JONAS PINHEIRO – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL.	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
CONEL PAVAN – PSDB.	6- PAPALÉO PAES – PSDB
LÚCIA VÂNIA – PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
LUIZ PONTES – PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
BLOCO MAIORIA - TITULARES	BLOCO MAIORIA - SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
(VAGO)	6- GERSON CAMATA
BLOCO MAIORIA - TITULARES (PT, PSB, PTB, PFL, PPS)	BLOCO MAIORIA - SUPLENTE (PT, PSB, PTB, PFL, PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
ROCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO	1- CRISTÓVAM BUARQUE.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
V – produção e consumo;

.....
VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº-18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída nela Emenda Constitucional nº-18, de 1998)

.....
DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS
DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO,
DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: senador **Osmar Dias**

I – Relatório

Trata-se de proposição, de origem na Câmara dos Deputados, que busca tornar obrigatória a adoção de dispositivos de proteção aos usuários dos serviços de energia elétrica.

Sucinto, o projeto dispõe, no art. 1º, sobre a obrigatoriedade de que as construções iniciadas após a vigência da nova lei possuam “sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, bem como tomadas com o terceiro contato correspondente”.

Complementarmente, o art. 2º – na Verdade oriundo de proposição autônoma apensada à principal – determina que “os aparelhos elétricos com carcaça metálica e aqueles sensíveis a variações bruscas de tensão” disponham de “condutor-terra de proteção e do respectivo adaptador macho tripolar”.

Por fim, o art. 3º estabelece em noventa dias o prazo para que a lei proposta entre em vigor.

Justifica a proposição o argumento de que, mesmo sendo o fio terra “uma proteção indispensável ao usuário dos serviços de energia elétrica”, o Brasil ainda não se inclui entre os países usuários desse singelo sistema de segurança.

Examinado, na Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Desenvolvimento Urbano e Interior; e de Constituição e Justiça e de Redação, o projeto, sempre aprovado por unanimidade, foi trazido à deliberação do Senado Federal no dia 25 de outubro de 2000 e distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

II – Análise

Não resta dúvida de que muitos acidentes domésticos e freqüentes prejuízos financeiros, de pouca ou maior monta, poderiam ser evitados com a adoção da medida proposta. No entanto, o fato de as construções não contarem obrigatoriamente com sistemas adequados de aterramento torna inviável a fabricação, no Brasil, de aparelhos elétricos com o condutor-terra no cordão de alimentação e com o plugue de três pinos, comum nos equipamentos importados. Desse modo, ao dispor ao mesmo tempo sobre as edificações e os aparelhos elétricos, o PLC nº 64, de 2000, sana a presente impossibilidade de conciliação.

A despeito, contudo, de reconhecermos a oportunidade e o caráter meritório da proposição, compete a esta Comissão, nos termos do art. 101 do Regimento Interno, cingir-se ao exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, cabendo à CAS manifestar-se sobre o mérito.

De início, cumpre observar que o PLC nº 64, de 2000, não padece de vício de iniciativa, vez que compete à União legislar privativamente sobre direito civil (art. 22, I, da Constituição Federal), campo em que se inscreve grande parcela dos chamados “direitos do consumidor”, e, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre “produção e consumo” e “responsabilidade por dano ao consumidor” (art. 24, V e VIII).

De outra parte, a proposição parece consentânea com a Política Nacional de Relações de Consumo, instituída pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), que tem por objetivo “o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança (...)”. Nos termos do art. 4º, inciso I, alínea d, dessa importante lei, a ação governamental deve ocorrer no sentido de proteger efetivamente o consumidor “pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho”. É o que pretende o projeto sob exame.

III – Voto

Ante o exposto, não vislumbro inconstitucionalidade, injuridicidade ou ofensa regimental na proposição, disposta, ademais, em boa técnica. Voto, assim pela aprovação do PLC nº 64, de 2000.

Sala da Comissão, – **Osmar Dias**, Relator.

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 64, de 2000, que “determina a obrigatoriedade de as

edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica”.

A proposição visa à adoção de dispositivos de proteção dos usuários dos serviços de energia elétrica. Para tanto, estabelece a obrigatoriedade de que as construções iniciadas após a vigência da nova lei possuam “sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização do condutor-terra de proteção, bem como tomadas com o terceiro contato correspondente”. De outra parte, determina que “os aparelhos elétricos com carcaça metálica e aqueles sensíveis a variações bruscas de tensão disponham de condutor-terra de proteção e do respectivo adaptador macho tripolar”.

Nas palavras do autor do projeto, o fio-terra é utilizado em diversos países por se tratar de “proteção indispensável ao usuário dos serviços de energia elétrica”, o Brasil ainda não adota esse importante quesito de segurança. Embora não seja um sistema sofisticado, pois basta a conexão “de um simples cabo a sistema de aterramento eficiente”, são raras em nosso país as edificações que disponham de Condutor-terra de proteção e igualmente escasseiem os aparelhos elétricos fabricados com tomadas de três contatos.

Aprovado na Câmara dos Deputados, onde mereceu a aprovação unânime das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Desenvolvimento Urbano e Interior; e de Constituição e Justiça e de Redação, o PLS nº 64, de 2000, submetido à deliberação do Senado Federal, foi distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Na primeira, com base no relatório do Senador João Batista Motta, a matéria foi aprovada, sem emendas, no dia 15 de dezembro de 2004.

II – Análise

Torna-se evidente na argumentação que sustenta a proposição, que duas singelas medidas precisam ser concomitantemente adotadas no sentido de reduzir o grave risco de acidentes decorrentes da falta de sistemas adequados de aterramento.

De uma parte, as edificações precisam contar com instalações elétricas compatíveis. De outra, os aparelhos mais sensíveis às variações de tensão devem ser fabricados com pinos tripolares. Não havendo as necessárias características nos prédios construídos, a fabricação de aparelhos mais seguros vem sendo adiada. Em consequência, multiplicam-se os acidentes pessoais e os danos materiais.

Ao dispor concomitantemente sobre ambas as exigências, o projeto em causa preenche uma lacuna normativa, que, registre-se, no campo da engenharia, vem sendo parcial e gradativamente suprida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entidade de natureza privada e finalidade pública, responsável pela normalização técnica no país.

O PLC nº 64, de 2000, não incorre em vício de iniciativa. Nos termos do inciso IV do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre energia e, a teor do disposto nos incisos V e VIII do art. 24, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre “produção e consumo” e “responsabilidade por dano ao consumidor”. A matéria não se encontra, ademais, adstrita à reserva de iniciativa atribuída ao Presidente da República por força do §1º do art. 61.

Como consigna a manifestação da CCJ, a proposição harmoniza-se com o Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à obrigação do poder público em zelar “pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho”. Do ponto de vista dos aspectos urbanísticos e edifícios, ainda que os objetivos do projeto pudessem ser alcançados pela via legislativa municipal ou, ainda, no âmbito dos regulamentos das concessionárias dos serviços de energia elétrica, nada obsta a edição da norma federal proposta, como bem observou o parecer da CCJ.

Cumprido, por fim, destacar que embora se exija que as novas construções atendam às disposições da lei proposta tão logo decorra noventa dias de sua publicação, as necessárias adaptações do processo industrial para atender à obrigatoriedade da tomada tripolar nos aparelhos elétricos poderão ocorrer no período de quinze meses. Salvo melhor juízo, os prazos parecem adequados.

III – Voto

A par de não padecer de inconstitucionalidade ou injuridicidade, a proposição sob exame, disposta em boa técnica legislativa, aborda matéria relevante para o aprimoramento das condições de segurança em que ocorre a utilização domiciliar e comercial de aparelhos elétricos no Brasil. Voto, assim, pela aprovação do PLC nº 64, de 2000.

Sala da Comissão. – **Lúcia Vânia**, Relatora.

PARECER Nº 252, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Flávio Arns, que dispõe sobre a adoção de requisitos e critérios diferenciados

para a concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência filiados ao Regime Geral de Previdência Social, conforme determina o § 1º do art. 201 da Constituição Federal.

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

ad hoc: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Flávio Arns, assegura a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão, pelo Regime Geral de Previdência Social, de aposentadoria ao segurado portador de deficiência.

Prevê ao portador de deficiência a possibilidade de se aposentar por idade aos 55 anos de idade, se homem, e 50, se mulher, desde que tenha, no mínimo, 180 contribuições à Previdência Social, no caso de ter sido inscrito na Previdência após 24-7-1991. Para os que se inscreveram antes dessa data, o número mínimo de contribuições varia de 60 a 180 a depender do exercício em que acontece o implemento das condições para a aposentadoria.

O PLS nº 358, de 2005 – Complementar, também dá a possibilidade ao portador de deficiência de se aposentar por tempo de contribuição. Nesse caso, exige-se 25 anos de trabalho na condição de deficiente.

Tanto na aposentadoria por idade, quanto na por tempo de contribuição, existem regras de transição para o caso do segurado ter adquirido a deficiência no decorrer de sua vida laboral.

Na hipótese de a legislação previdenciária federal ser mais vantajosa do que a presente proposta, fica assegurada ao portador de deficiência o direito à primeira.

A aposentadoria consistirá na totalidade do salário-de-benefício, que será apurado pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo. O fator previdenciário só será aplicado se resultar vantagem extra ao portador de deficiência.

Por fim, a proposição prevê que ao portador de deficiência aposentado que necessite de assistência de terceiros será devido um acréscimo de 25% no valor de seu benefício.

Não houve apresentação de emendas.

II – Análise

No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade, não detectamos vícios que prejudiquem o projeto. Além disso, o texto segue a boa técnica legislativa.

Relativamente ao mérito, o projeto é pertinente e de elevado alcance social, pois visa a criar regras específicas de aposentadorias para pessoas que merecem nossa especial atenção, os portadores de deficiência. Essa possibilidade foi criada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2003, ao alterar o § 1º do art. 201 da Carta Magna.

Sabe-se que a Previdência Social passa por momentos difíceis, com elevados déficits. No entanto, apesar disso, não se pode argumentar que é um agravante a esse déficit dar aos portadores de necessidades especiais uma aposentadoria especial. Basta ver que, conforme o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, a condição de desgaste acentuado que todo deficiente sofre ao longo de sua existência reduz sua expectativa de vida. Ora, se a duração da vida é menor, tomando por base cálculos atuais, é necessário um menor tempo de contribuição para custear a aposentadoria.

Assim, entendemos que o PLS nº 358, de 2005 – Complementar, propicia uma melhor inclusão social do portador de deficiência, é pragmático e justo.

III – Voto

Em vista das considerações apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar.

Sala da Comissão. – **Lúcia Vânia**, Relatora – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator **ad hoc**.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, DE 2005 - COMPLEMENTAR	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/03/2006 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: SENADORA LÚCIA VÂNIA "ad hoc" SEN. EDUARDO AZEREDO	
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
JONAS PINHEIRO – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
LEONEL PAVAN – PSDB	6- PAPALÉO PAES – PSDB
LÚCIA VÂNIA – PSDB	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
LUÍZ PONTES – PSDB	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
(VAGO)	6- GERSON CAMATA
PMDB TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOV. DA PRIMA
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- CRISTÓVAM BUARQUE

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com referência aos pareceres que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), e o Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of.n. 187/06/PS–GSE

Brasília, 23 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Moraes

Primeiro-Secretário do Senado Federal

Nesta

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de injuridicidade, do Projeto de Lei nº 4.253/98, do Senado Federal (PLS nº 181/97, na origem), que “Autoriza a União a assumir, como depositário legal, o acervo histórico e pessoal do ex-Presidente Getúlio Vargas”.

Atenciosamente. – Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

Of.n. 188/06/PS–GSE

Brasília, 23 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Moraes

Primeiro-Secretário do Senado Federal

Nesta

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 1.643, de 1999 (PLS nº 298/99), que “Estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino.”

Atenciosamente. – Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

Of.n. 189/06/PS–GSE

Brasília, 23 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Moraes

Primeiro-Secretário do Senado Federal

Nesta

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 4.436/04, do Senado Federal (PLS nº 203/02, na origem), que “Acrescenta § 2º ao art. 3º da Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, para duplicar os limites estabelecidos nos incisos I a III do art. 3º, desde que o acréscimo decorra de contratação, para o primeiro emprego, de jovens entre 18 (dezoito) e 25 (vinte e cinco) anos de idade.”

Atenciosamente. – Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

Of.n. 190/06/PS–GSE

Brasília, 23 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Moraes

Primeiro-Secretário do Senado Federal

Nesta

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 3.153, de 2004 (PLS 61/03), que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir quota nas instituições federais de educação superior para estudantes oriundos da rede pública de ensino médio”.

Atenciosamente. – Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

Of.n. 191/06/PS–GSE

Brasília, 23 de março de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta
Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 5.427, de 2005 (PLS 453/03), que “Institui cota para estudantes da rede pública nas Universidades Públicas e dá outras providências.”

Atenciosamente. – Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação e serão juntados aos processados dos projetos a que se referem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 329, DE 2006

Solicita ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF que abra procedimento administrativo para a identificação da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, envolvendo depósito em dinheiro do Sr. Paulo Okamoto para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no inciso X, art. 49 da Constituição Federal, e o art. 14 da Lei nº 9.613/98, que seja solicitado ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF que abra procedimento administrativo para a identificação da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, envolvendo depósito em dinheiro do Sr. Paulo Okamoto para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Justificação

A imprensa brasileira tem publicado com grande destaque, o comprometedor depósito do atual Presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, nas contas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A dívida, no valor de R\$ 29,4 mil, foi paga em quatro parcelas entre dezem-

bro de 2003 e março de 2004 e foram feitos em quatro agências do Banco do Brasil em São Paulo. Tesoureiro da campanha de Lula em 1989, Okamoto afirma que pagou do próprio bolso uma dívida de R\$ 29,4 mil que o presidente tinha com o PT relativa a gastos pessoais, anteriores a 2003, com viagens internacionais pagas com dinheiro do Fundo Partidário.

Sala das Sessões, 24 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores: a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei: cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

Art. 14. É criado, no âmbito do Ministério da Fazenda, o conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas nesta lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há oradores inscritos. Por permuta com o Senador Paulo Paim, com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria, se V. Ex^a concedesse, após a fala do nosso caro Senador Heráclito Fortes, de fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a terá a palavra depois do Senador Heráclito Fortes nos termos do art. 14.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta não foi uma semana feliz para o Partido dos Trabalhadores. Começou com a vocação policalesca gestapiana, escarafunchando a vida de um caseiro, colocando todo o aparato do Estado – aparato policial e de investigação – para tentar coagir um cidadão que não cometeu pecado algum a não ser o de vir aqui e prestar depoimento sobre fatos a que assistiu.

A rapidez com que o Governo age nos assuntos que lhe interessam nesse caso é desproporcional com o que diz respeito à apuração dos fatos. A pressão se estendeu, inclusive, ao pai do caseiro, que foi chamado à agência da Caixa Econômica de Teresina, segundo o jornal **Folha de S.Paulo** de ontem, para prestar esclarecimentos sobre a movimentação de sua conta. Bisbilhotices dessa natureza eu nunca tinha visto, Senador Paulo Paim, cometerem-se no sistema bancário do Brasil.

Repito o que disse ontem: causa estarrecimento o silêncio, a omissão do Banco Central sobre esses episódios. Responsável pela condução do sistema bancário do Brasil, o Banco Central tem o dever e a obrigação de se manifestar. Daí por que, Senador Marco Maciel, temos que repensar o Estado brasileiro. Se essas funções – Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco Central – estivessem ocupadas profissionalmente, como função de carreira, estaríamos livres de vexames como esses, que contaminam a Nação e envergonham a todos os brasileiros.

Qual é o chefe de gabinete ou o diretor da Caixa Econômica que pode resistir à pressão de um superior seu para furar um sigilo sem sofrer o risco de ser demitido? Ele está ali por um favor, está ali por prestação, na maioria das vezes, de serviço partidário ou por querências pessoais, mas jamais pela brilhante história de sua carreira profissional. Esse é um caso que nos faz voltar à tese do aparelhamento do Estado e da ocupação de funções públicas que exigem profissionais de carreira e, acima de tudo, pessoas que possam agir com independência. Daí por que a autonomia do Banco Central, que se vem discutindo aqui há algum tempo, é um passo importante nesse sentido.

Senador Marco Maciel, com o maior prazer, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Heráclito Fortes, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz no Senado Federal, e observar que preconiza uma tese muito correta – separar as funções de Estado das funções de Governo. O Governo passa, o Estado fica. Cada vez mais precisamos, a exemplo do que fazem os países do Primeiro Mundo,

investir nas questões de governabilidade e reforçá-las. Busca-se sempre profissionalizar, o máximo possível, a Administração Pública. Realmente, V. Ex^a tem razão quando diz que o desempenho de certas instituições brasileiras seria bem melhor caso se optasse por esse modelo. Aliás, as agências reguladoras que surgiram no Governo passado, o do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já se pautam por esse objetivo. V. Ex^a preside a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e sabe disso muito bem, porque lá é o fórum onde se sabatinam os indicados para as referidas agências. Há, claramente, uma distinção entre função de Estado e função de Governo. Tanto o é que os mandatos não são coincidentes entre os titulares do Executivo e os titulares das agências. Com isso quer-se reforçar a profissionalização, a independência das agências em relação aos eventuais titulares do Governo. Somente assim vamos melhorar a institucionalidade e também a chamada governabilidade, ou seja, daremos às instituições condições de responder adequadamente às demandas da sociedade. Com esse discurso, creio que V. Ex^a produzirá com relação ao tema uma reflexão no Senado e na Câmara dos Deputados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço o aparte a V. Ex^a. Quero dizer-lhe que, ontem mesmo, tivemos um exemplo da importância das agências reguladoras.

O Senador Delcídio Amaral convocou o presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres para participar da reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a fim de que se discutisse, juntamente com o setor privado, a questão envolvendo ferrovias que servem ao seu Estado e ao Estado de São Paulo. O debate foi altamente esclarecedor, muito oportuno, e pudemos colher informações valiosas para o País.

Creio que as agências devem receber, por parte do atual Governo, uma atenção maior, a começar pelo não-contingenciamento dos seus recursos, que faz com que elas percam completamente sua independência e passem a, de pires na mão, pedir favor governamental para a liberação de recursos que lhes possibilitem, pelo menos, caminhar.

V. Ex^a tem absoluta razão. Acredito que, conforme aquela tese da agenda positiva que devemos discutir aqui, esse será, certamente, um dos temas que não poderá faltar a esse elenco de assuntos que discutiremos no Senado.

Sr. Presidente, iniciei dizendo que esta semana foi muito ruim para o Partido dos Trabalhadores: começou com a ação do Estado policalesco e termina com o balé da Deputada Angela Guadagnin no plenário da Câmara dos Deputados. Vejam isso! Partido dos Trabalhadores, quem te viu, quem te vê! Dançando, de-

bochando, não sei se do povo brasileiro, não sei se do Congresso Nacional, não sei de quem, nem de quê. Mas o gesto da Deputada envergonha-nos a todos e indignou a Nação. Quem abrir os jornais de hoje ou viu os canais de televisão ontem pode exatamente atestar o que digo.

Senador Alvaro Dias, não quero entrar no mérito do resultado que absolveu um petista envolvido no mensalão. Não quero entrar na questão! Agora, zombar do povo brasileiro, da instituição, do Conselho de Ética, dos companheiros que discordaram do seu voto é um ato impensado, extemporâneo, e merece o repúdio de toda a Nação brasileira.

Mas se prepare, Senador Alvaro Dias, prepare-se, Senador Arthur Virgílio, que a ala policialesca do PT haverá de dizer que essa atitude da Deputada foi coisa da Oposição e vão jogar a culpa em vocês. Tem sido assim! Ninguém assume a responsabilidade dos atos!

O gesto espontâneo do balé de mau gosto – já vi um *site* hoje chamando-o de balé da perereca, não quero entrar no mérito da questão, mas que dança bem, não dança, e é melhor que seja assim – é inaceitável, porque a Sr^a Angela Guadagnin é uma Deputada de passado, de currículo. Examinei a sua biografia: ex-Prefeita de São José dos Campos, membro do Diretório Nacional do PT e do Conselho de Ética.

Não vejo nenhuma condição moral – e abro um parêntese para dizer que esse é um assunto da Câmara dos Deputados –, Senador Alvaro Dias, para essa Parlamentar continuar no Conselho de Ética. Será muito incômodo para seus companheiros sentar-se ao lado de quem tripudia de uma decisão tomada.

De forma que, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Paulo Paim, a quem agradeço por ter-me concedido o privilégio de falar primeiro para poder me deslocar ao Piauí, quero dizer o seguinte: mais uma semana, mais uma frustração. A Oposição, meu caro Senador Alvaro Dias, não consegue criar nenhum problema, nenhuma dificuldade para o Governo. É o Governo que cria todos.

Começamos com a Polícia e vamos terminar em festa, com o balé. Que triste balé! A Nação envergonhada repudia, tenho certeza, esse tipo de comportamento.

Só espero que o final de semana seja longo o suficiente para reflexões. E, na segunda-feira, vamos ouvir, mais uma vez: o Presidente Lula não sabia, não viu, é intriga da Oposição, é a Oposição que está contaminada por inveja. Continuem assim que veremos aonde vamos parar!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, Presidente da CPMI dos Correios, para uma comunicação inadiável pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

V. Ex^a terá a prorrogação do tempo que necessitar para o seu pronunciamento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitando o registro do Senador Heráclito Fortes e agradecendo ao Senador Paulo Paim a boa vontade, registro a importância da audiência pública que realizamos ontem, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, tratando de um tema absolutamente fundamental, as ferrovias. Ficou muito claro a importância das regras da regulamentação especialmente no que se refere à Agência Nacional de Transportes Terrestres. Essa audiência seria realizada na terça-feira, mas não ocorreu porque o próprio Dr. José Alexandre não poderia estar presente e, conseqüentemente, não pudemos contar com a presença de outros Senadores extremamente interessados nesse tema.

Sr. Presidente, também registro um trabalho muito competente, muito bem-feito do jornalista Hugo Studart, sobre um dos episódios mais dramáticos da história política contemporânea do Brasil. Refiro-me ao livro **A Lei da Selva**, em que o autor faz uma exaustiva investigação sobre o movimento armado na região do Araguaia, duramente reprimido pelas forças da repressão da época.

Na busca sempre difícil da isenção em temas polêmicos, Hugo Studart ouviu depoimentos de sobreviventes do movimento armado e dos militares que dele participaram. É um trabalho de fôlego e revelador de fatos e circunstâncias ainda desconhecidos, autênticos furos de reportagem.

Inclusive, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o livro em questão fornece dados bastante concretos que permitiriam aos órgãos competentes a localização de vítimas cujos corpos até hoje não foram encontrados. A partir dos dados fornecidos pelo livro, caberia uma investigação cuidadosa para localização de pessoas ainda não identificadas com segurança.

Há ainda indicações de violências praticadas pelos próprios guerrilheiros contra civis, simples moradores da região. Essa parece ser outra constatação importante do livro do jornalista. As grandes vítimas do movimento armado foram, na verdade, os moradores daquela selva sem lei, pessoas simples, lavradores absolutamente desinformados sobre as motivações do confronto. Muitos pagaram com a vida o simples fato de morarem naquele ponto distante do território nacional.

Quero dar os parabéns ao autor Hugo Studart e também à Geração Editorial pela ousadia de publicar obra destinada a abrir novas polêmicas sobre um episódio, cujo desfecho trágico todos os brasileiros têm o dever de lamentar.

Sr. Presidente, no tempo de que disponho, faço um registro para V. Ex^a, que é um Senador competente, que acompanha os principais acontecimentos do Congresso Nacional com muito rigor, é um Senador investigativo, de posições muito claras: na terça-feira, leremos o relatório da CPMI dos Correios.

Havíamos marcado inicialmente a data de terça-feira passada, dia 21, alteramos para 28, exatamente – e V. Ex^a conhece muito bem – em função dos cuidados que devemos tomar na elaboração do relatório e na consolidação de todas as teses defendidas por vários Parlamentares da CPMI dos Correios ao longo desses meses de trabalho.

É um relatório extenso, de quase 2.800 páginas. Tentaremos resumi-lo por meio de uma apresentação em *power point* a ser feita pelo Deputado Osmar Serraglio, utilizando-se de um sumário executivo.

Nesta semana, comecei a conversar com as Lideranças, para que não só – V. Ex^a é um regimentalista – de comum acordo com as Lideranças, possamos estruturar todo o processo de leitura e discussão do relatório final da CPMI dos Correios.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a me honra muito com seu aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Delcídio Amaral, fiz questão de fazer um aparte a V. Ex^a porque ainda não tinha tido oportunidade de dar o testemunho ao País da liderança e da competência de V. Ex^a e da alegria que tive de ser seu liderado. V. Ex^a ao mesmo tempo era Líder do Bloco de Apoio ao Governo e Presidente da CPMI. Lembro-me – e quero ser breve devido ao tempo – de que muitos diziam que V. Ex^a não conseguiria acumular as duas funções. E foi um pedido nosso que V. Ex^a continuasse na Liderança do Bloco. V. Ex^a conseguiu coordenar o trabalho de todos os Senadores do Bloco, principalmente, é claro, do nosso Partido, e ampliar o leque com os outros aliados mesmo atuando na Presidência da CPMI. V. Ex^a foi uma grande revelação para o País quando teve a oportunidade de demonstrar que a CPMI não seria chapa-branca. Estão aqui os Senadores em plenário, e tenho certeza de que todos concordam com a minha opinião. Quero, neste aparte, cumprimentar V. Ex^a pela forma independente e tranqüila como se comportou durante todo esse período – e sei que permanecerá assim até o último minuto – na Presidência da CPMI dos Correios. Tenha certeza de que estamos orgulhosos da forma de o Senador Delcídio Amaral atuar no

nosso Senado Federal. Parabéns a V. Ex^a! Entendo que o Brasil ganha muito tendo homens com a atuação como a de V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral. Meus cumprimentos!

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Orgulha-me muito estar a seu lado na Bancada do PT, pois V. Ex^a é um homem conhecido nacionalmente, com grande biografia. É um homem de bem, que anda pelas ruas de cabeça erguida por causa do bom trabalho que aqui executa e pelo que representa para o Rio Grande do Sul e para o Brasil.

Portanto, é uma honra muito grande, Senador Paulo Paim, ouvir essas palavras de V. Ex^a.

Sr. Presidente, como V. Ex^a sabe, estamos, agora, encerrando as discussões, e os Sub-Relatores entregaram seus respectivos relatórios. Cabe ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, fazer uma análise desses relatórios para consolidar o relatório final, que será lido na próxima terça-feira.

Existem muitas versões, meu caro Presidente, as mais variadas, de que estariam discutindo indiciamento, de que estariam tentando acomodar as coisas, abafar as questões, desaparecer com cruzamentos, principalmente associados a saques em agências de vários Bancos que surgiram ao longo de todas essas denúncias ou cujos dirigentes foram ouvidos na CPMI dos Correios. Mas o importante e fundamental é registrar, meu caro Presidente, que temos discutido com absoluta transparência todas essas questões, desde a origem dos recursos, Senador Paulo Paim, Senador Marco Maciel, até a análise dos contratos. É importante também registrar o apoio que tivemos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União na análise dos contratos dos Correios.

Temos discutido também intensamente na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, que trará uma série de sugestões importantes, principalmente para o mercado em que os fundos de pensão desempenham um papel fundamental.

Não posso também deixar de registrar aquilo que foi diagnosticado e as propostas que surgirão ligadas ao Instituto de Resseguros do Brasil. O Presidente Renan Calheiros solicitou que tratássemos desse assunto, para que não houvesse necessidade de criação de uma nova CPI.

A Sub-relatoria do Deputado Onyx Lorenzoni sugere uma série de projetos de lei para, por meio de um arcabouço regulatório, evitar esses tristes acontecimentos que vivenciamos ao longo dos últimos meses e que se iniciaram na CPI dos Correios.

Sr. Presidente, estamos absolutamente serenos, discutindo com transparência. Como disse o Senador

Paulo Paim, uma CPI que no início era considerada chapa branca teve competência para tratar de todas essas questões de absoluta relevância para o Congresso Nacional e para o Executivo com transparência, e isso continuará.

Não tenho dúvida, meu caro Sr. Presidente Alvaro Dias, de que todos estamos empenhados na aprovação do relatório da CPI dos Correios. Todos nós sabemos quantas CPIs aconteceram nos últimos meses ou anos sem resultados, e aqui destaco a CPI do Banestado. Precisamos apresentar um relatório isento, justo, equilibrado, fático, técnico, sem adjetivação, e encaminhá-lo a quem de direito, ao Ministério Público, à Polícia Federal e, eventualmente, às Mesas da Câmara e do Senado, em função das verificações, do cruzamento de informações, que ainda está sendo processado e será concluído ao longo deste fim de semana.

Sr. Presidente, destaco ainda que, pela leitura dos jornais de hoje, tomei conhecimento de comentários feitos em sessão de ontem do STF sobre vazamento de informações, principalmente das CPIs, com a dos Correios, a do Mensalão, a dos Bingos.

Sr. Presidente, só falta agora o Judiciário questionar requerimento apresentado por Parlamentar. Aí será demais! Aí passaremos absolutamente da conta. Se o Congresso Nacional não responder à altura, daqui a pouco, será de pouca valia qualquer trabalho executado por nós, Parlamentares.

Sr. Presidente, quantas informações a CPI dos Correios e as outras CPIs receberam ao longo desse trabalho! Se ocorreram vazamentos, tomamos uma série de providências para evitá-los, e eles foram pontuais, Sr. Presidente. Não desrespeitamos direitos individuais, não penetramos em contas, abrimos todas as contas, ou as informações que surgiram ou que foram vazadas não prejudicaram empresas. E, se algumas dessas empresas, eventualmente, tiveram determinadas informações tornadas públicas, essas informações já eram tratadas há algum tempo, inclusive por órgãos fiscalizadores, por órgãos reguladores.

Sr. Presidente, tenha a certeza absoluta do cuidado que tivemos ao longo de toda essa caminhada, apesar de todas as dificuldades e por ser um processo parlamentar difícil, de enfrentamento, num momento difícil por que passa o País.

Fiquei surpreso com um comentário feito, ao se questionarem requerimentos de Parlamentares, de que os requerimentos não tinham consistência ou substância. Alguns requerimentos foram apresentados de maneira resumida por uma razão simples: exatamente porque a CPI já detinha informações sigilosas dos órgãos reguladores e fiscalizadores, e, até por cuidado

com essas questões, nós não tornamos públicas essas informações ou esses dados.

É importante registrar, Sr. Presidente, que conseguimos derrubar várias liminares no STF, mostrando a sustentação técnica que existia sobre aqueles requerimentos.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Concedo um aparte a V. Exª, Senadora Ana Júlia, com muito prazer.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Primeiramente, parabeno V. Exª, pois ainda não tive oportunidade de fazê-lo publicamente, pelo trabalho desenvolvido, cumulativamente, na Liderança do PT e na Liderança do Bloco de apoio ao Governo, no ano passado. V. Exª acumulou ainda, além das duas importantes funções de Líder, a Presidência da CPMI dos Correios, Comissão tão importante. V. Exª, com o apoio da Bancada, conseguiu conduzir muito bem o seu trabalho à frente da CPI, de forma responsável. Infelizmente, alguns dados também foram vazados, mas não por responsabilidade de V. Exª – sabemos muito bem disso. Isso aconteceu também em outras CPIs, como na Câmara dos Deputados, onde houve o vazamento de sigilo bancário de cidadãos que foram parar em páginas de revista de circulação nacional. E ninguém se indignou, e isso não poderia ter acontecido. Não vi ninguém demonstrar a mesma indignação. Não podemos usar dois pesos e duas medidas em situações idênticas. Temos de condenar todo tipo de violação indevida, mas não apenas de alguns. Quando é para atingir alguém do Governo, todo mundo aplaude, vai à tribuna, acha maravilhoso! Mas não devemos aplaudir nenhuma situação para que, amanhã, não reforçemos situações indevidas, que tenham ocorrido infelizmente há muito tempo no nosso País, haja vista – de triste memória para o povo brasileiro – a ditadura militar, que até forjava processos contra cidadãos e cidadãs. Já fiz este registro, Presidente Delcídio, e não poderia deixar de fazê-lo neste momento; quando o fiz, V. Exª não estava presente, e eu estava na sub-relatoria dos fundos de pensão. Fiquei, infelizmente, mal impressionada com aquele relatório preliminar apresentado, cheio de falhas, cheio de erros. Parece que as pessoas que o fizeram não tinham conhecimento do assunto, mas, até onde sei, esta CPI está pagando empresas privadas para fazer esse trabalho. Senador Delcídio, há de se cobrar dessas empresas um trabalho de melhor qualidade, porque aquilo que foi feito em relação aos fundos de pensão, com a montanha de dinheiro que se pagou e que se está pagando para essas consultorias pariu-se um rato. Foi pífio aquele relatório, cheio de erros, quan-

do outros investimentos feitos pelos fundos de pensão, que causaram prejuízos imensos, parecem ter passado ao largo de uma investigação maior. E observem que esses documentos já estavam de posse da CPI, independentemente de divulgação na imprensa; já estavam de posse da rub-telatoria dos fundos de pensão. Sei que V. Ex^a tem primado por um trabalho de qualidade, por um trabalho que evite as ilações. Quando se está realizando um trabalho de CPI, deve-se ter todo o cuidado, exatamente porque, depois que sai uma notícia de acusação, às vezes, mesmo depois de se mostrar que aquilo não era verdadeiro, infelizmente não se consegue reparar a totalidade dos estragos. Digo isso porque quero ressaltar a postura de V. Ex^a, extremamente coerente durante todo esse tempo, jamais permitindo a não-investigação, jamais permitindo a impunidade, jamais permitindo que se aprovasse, por exemplo, um relatório, como aprovamos na CPML da Terra, que foi uma verdadeira vergonha nacional, que incentivou a impunidade, que foi conivente com os crimes. V. Ex^a teve a postura de jamais permitir que isso ocorresse em uma CPI e investigou todos, sem se interessar por colorações partidárias. Essa é a postura correta e coerente. Por isso, faço este registro e parabênz V. Ex^a, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senadora Ana Júlia.

V. Ex^a foi minha Vice-Líder e, no meio dessa tempestade, representou-me muito bem aqui, liderando nossa Bancada, liderando os Partidos que constituem o Bloco de apoio ao Governo. Quero agradecer V. Ex^a por tudo o que fez por mim ao longo desse trabalho que realizamos juntos na Liderança da Bancada do PT, dos Partidos que constituem o Bloco de apoio ao Governo e em outras atividades parlamentares também.

Sr. Presidente, para concluir, respondendo a algumas questões levantadas pela Senadora Ana Júlia, quero dizer que o Deputado Osmar Serraglio é um Relator consciencioso e está analisando, com muito cuidado, todos os relatórios das sub-relatorias; analisa-os com rigor, com espírito crítico e, acima de tudo, com transparência. Isso está sendo discutido pelos dois adjuntos: Deputado Maurício Rands e Deputado Eduardo Paes e pelos respectivos sub-relatores. Assim, vamos concluir esse relatório e, assim, vamos discutir com as principais Lideranças esse relatório.

É absolutamente fundamental, meu caro Presidente Senador Alvaro Dias, que venhamos a aprovar o relatório, porque uma CPI sem aprovação de um relatório, especialmente uma CPI dos Correios, propiciaria a vitória dos responsáveis por tudo o que ocorreu nos últimos meses, ou seja, os culpados estão apostando na não-aprovação do relatório, porque isso criaria as

condições necessárias para que, depois, eles se livrassem das suas penas no Judiciário. Portanto, temos de trabalhar intensamente, trabalhar decisivamente, para que venhamos a aprovar esse relatório.

Concluindo, Sr. Presidente, com relação às auditorias que foram contratadas e citadas pela Senadora Ana Júlia, confesso que, ao longo desses meses, a despeito das dificuldades, a despeito de uma eventual interpretação equivocada de alguns posicionamentos assumidos pelos relatores ou pelos sub-relatores, o resultado foi muito bom. E teremos oportunidade de registrar esse fato quando da apresentação do relatório final.

Creio que isso foi uma grande e fundamental inovação. Trouxe isenção na análise, trouxemos *expertises* em movimentação financeira, em análises de contratos e, por que não dizer também, na avaliação dos trabalhos do fundo de pensão. Talvez o equívoco nosso foi apresentar relatórios preliminares que não foram votados, mas que por não detalharem informações até por questões de sigilo, isso levou a interpretações, em alguns casos, equivocadas.

Sr. Presidente, resumindo, quero mais uma vez registrar aqui o cuidado que a CPI dos Correios teve com relação a dados sigilosos e confidenciais a respeito de vazamentos que ocorreram, mas vazamentos pontuais. Nunca invadimos o sigilo das pessoas, principalmente causando danos, desobedecendo ou, mais do que nunca, ferindo direitos individuais.

Registro, Sr. Presidente, mais uma vez, o meu protesto, depois de tantas situações com as quais convivemos. Agora, até requerimentos são questionados pelo Judiciário, tirando até aquilo que, regimentalmente, é direito dos Parlamentares. Eles têm de apresentar, e as CPIs podem votar, como também os Plenários da Câmara e do Senado.

Registro o mais importante, Sr. Presidente: quando, em algumas situações, questionaram o mérito desses requerimentos, é porque tivemos o cuidado de preservar informações sigilosas que já havíamos obtido dos órgãos de regulação e de fiscalização.

Muito obrigado, meu caro Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Delcídio Amaral, e os cumprimentos da Mesa pelo extraordinário trabalho que V. Ex^a realiza à frente da CPI dos Correios. A expectativa desse relatório certamente é motivo de grande preocupação, de um lado; mas, de outro, é razão para a certeza de que, com a condução firme de V. Ex^a na Presidência, com a Presidência correta que V. Ex^a exercita à frente dos seus Colegas Senadores e Deputados, teremos uma conclusão que responda às expectativas nacionais sobre um relatório contundente, responsável, que

possa indiciar pessoas, reunir provas documentais, testemunhais e ilícitos comprometedores, para que o Ministério Público Federal possa dar seqüência e cumprir o seu dever, buscando a responsabilidade civil e criminal daqueles que, comprometendo a imagem das instituições públicas brasileiras, praticaram ilícitos e provocaram uma grande indignação no País.

Portanto, cumprimento V. Ex^a por esse notável serviço prestado não apenas ao Parlamento brasileiro, mas também ao País. V. Ex^a está de parabéns.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por cessão da Senadora Serys Slhessarenko.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu discurso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, quero apenas dizer uma frase ao Senador Delcídio Amaral, nosso Líder no Congresso. Com certeza absoluta, preciso dar uma notícia triste ao Senado: sei que não poderemos contar com V. Ex^a no próximo ano, mas Mato Grosso vai ganhar um Governador que honrará o Estado e o País. Fico triste e alegre ao mesmo tempo, pois estou dividido entre o interesse do País e o de Mato Grosso.

Meus parabéns pela candidatura a Governador.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje, primeiramente, para cobrar da Câmara dos Deputados a votação do projeto de lei sobre o salário mínimo, que está naquela Casa.

No Senado, já consegui a assinatura de todos os Líderes da Oposição e da Base do Governo. Esta Casa vai cumprir a sua parte, e espero que a Câmara cumpra a sua, a fim de que não precisemos aceitar uma medida provisória, na semana que vem, para que o salário mínimo, independentemente do valor, possa entrar em vigor a partir do dia 1º de abril.

Portanto, faço, mais uma vez, um apelo ao Presidente Aldo Rebelo e a todos os Deputados Federais para que votem o projeto.

Na mesma linha, Sr. Presidente, quero falar sobre um dos projetos mais importantes, no meu entendimento, que consegui aprovar nesta Casa neste ano, que é aquele que revoga o fator previdenciário. Ele teve aprovação unânime. Todos os Partidos – todos – votaram a favor do fim do fator previdenciário, que é um redutor dos benefícios dos assalariados brasileiros. Quando ele foi aprovado, em 1999, sei que a população não o entendeu, porque nem sabia o que era fator previdenciário. Eu diria que 99% da população não sabe o que é isso.

Pois bem, é um instrumento que, no ato da aposentadoria – e agora a população está sentindo isso –, reduz os benefícios em 30% para o homem e em 35% para a mulher.

Só para dar um exemplo, Senador Gilvam Borges, que apoiou a minha iniciativa, um cidadão que se aposentaria com R\$2 mil receberia R\$1,4 mil. No caso da mulher, esse valor de R\$2 mil seria reduzido para R\$1,3 mil. Olhem a diferença que isso faz na vida do nosso povo!

Outra coisa: os altos salários não têm fator previdenciário. Para quem ganha acima de seis ou sete salários mínimos, para quem ganha 20, 30, 40, 50 salários mínimos, não se aplica esse fator. Em fundos de pensão privados também não se aplica o fator previdenciário, porque, caso contrário, ninguém iria querê-lo: “Vou pagar e, depois, reduzem aquilo a que tenho direito em 35%?”. Então, ele só serve para os da classe média para baixo, mas não deveria servir para ninguém, porque quem paga merece receber. Ora, se eu contribuir por 30 ou 35 anos, tenho o direito ao princípio da integralidade, como era antes do fator previdenciário.

Não estou criticando ninguém, porque se alguém ganha um salário maior isso acontece porque trabalhou, estudou, se preparou, se formou, fez concurso. Não quero o fator previdenciário para ninguém, mas faço a comparação, com todo o respeito, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Eles se aposentam recebendo R\$24 mil por mês, que é o valor do último salário. Aplicam o fator previdenciário? Não. Para nós mesmos, Deputados e Senadores, que temos o nosso regime, aplicam o fator previdenciário? Não. E, aí, eu poderia dar centenas de exemplos.

Dizem que é até 10 salários, mas não é assim. Sabemos que, no Regime Geral da Previdência, a aposentadoria fica em torno de 10 ou 12 salários. Ninguém ganha mais do que isso. Então, para esses que ganham até seis ou sete salários vale e, para os outros, não vale. Por isso, o Senado, de forma correta, aprovou o fim do fator previdenciário e temos o princípio, via cálculo atuarial, da integralidade, de acordo com aquilo que você contribuiu. É justo. O servidor que paga sobre três que se aposente sobre três. O trabalhador que paga sobre dois que se aposente sobre dois. Para quem paga sobre R\$4 mil, se o faz via cálculo atuarial, é um direito seu, mas não podem fazer isso com os assalariados.

Quero agradecer, Sr. Presidente, porque o Brasil todo está de acordo quanto a essa questão. Eu recebo, diria, de cada mil correspondências, uma – que sei bem de onde vem – dizendo: “Não, mas vai dar problema na Previdência.”.

Sei que os grandes grupos de previdência privada querem que a pessoa desacredite cada vez mais na previdência pública e corra para o sistema bancário para fazer uma aposentadoria complementar, porque o fator previdenciário, embora a pessoa pague, vai reduzir os seus vencimentos.

Estou muito feliz pela repercussão positiva em todo o País, tanto que inúmeros jornais – e quero até cumprimentar a sua direção – me ligam pedindo artigos, porque aqueles que são contra os assalariados e o princípio da integralidade escreveram e o jornal publicou. Aí, os jornais disseram: “Olha, Paim, há uma cobrança muito grande dos eleitores para ouvir o outro lado, que é o daqueles que defendem, como nós, uma outra política sem o fator previdenciário.”

Então, a repercussão, eu diria, está excelente, a não ser por um ou outro que tenha compromisso com os grandes bancos. Até entendo, porque se os grandes bancos pagam o seu *blog*, financiam a sua caminhada, bom, ele deve prestar contas para o seu empregador.

O meu empregador é o povo, porque foi ele que me colocou na tribuna do Senado e da Câmara. Esse é o meu empregador. Quem paga o meu salário é o povo e para ele que trabalho aqui, com muita convicção.

Sr. Presidente, estou esperançoso devido às repercussões inclusive na Câmara dos Deputados, porque lá também – Senador Mão Santa, que chega agora, Relator desse projeto que estou, de novo, a comentar – vai ser revogado o fator previdenciário.

Quero destacar, com muita satisfação, que vai haver uma campanha nacional de todos os sindicatos, das mais variadas matrizes ideológicas, juntamente com a sociedade organizada, pelo fim do fator previdenciário, para que a Câmara o aprove ainda neste ano.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que falo do fator previdenciário, digo que sou daqueles que estão convencidos de que a previdência pública é viável, basta apenas não destinarem para outros fins os seus recursos. É um discursinho sem-vergonha o daqueles que dizem que a Previdência está falida. Eta discursinho malandro esse. Se tomarmos todos os recursos da Previdência, veremos que ela é superavitária. No entanto, venderam tanto a imagem de que a previdência pública está falida, que alguns já acreditam.

Mostro, com dados oficiais do Ciaf, e isso é histórico – nem vou falar da dívida de 500 bilhões que o País tem com os aposentados e pensionistas –, que os últimos 10 anos deram mais de 50 bilhões, que continuam sendo destinados para outros fins.

Reafirmo que a previdência pública é viável, é possível. Podemos, sim, ter um salário decente para os aposentados e pensionistas, inclusive aprovando o

PL 58, que é fruto, Senador Mão Santa, de um grande movimento nacional para valorizar os benefícios dos aposentados e pensionistas.

Senador Mão Santa, V. Ex^a me pediu um aparte, na condição de Relator do tema que trato. Não tenho como não concedê-lo e o faço com muita satisfação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – As nossas primeiras palavras são de aplauso à dedicação que o Senador Paulo Paim tem pelo trabalho e a sua consequência: a remuneração, a defesa daquilo que é justo, o salário. V. Ex^a defende o inativo e a Previdência. Essa sua última tese talvez seja inspirada num pensamento de Juscelino, que disse que a velhice é triste e que, desamparada, é uma desgraça. V. Ex^a conseguiu a aprovação desse assunto do fator previdenciário por unanimidade. Quero dizer que o PT mostrou sua miopia quando o Senador Paulo Octávio trouxe um projeto para cá, bem estudado, analisado, com consultores especializados, do qual fui Relator, em que provava, matematicamente, que a Previdência jamais teria risco de falência, desde que os recursos fossem limitados, quer dizer, os ganhos bancários de suas poupanças tivessem um caixa único. E fomos o Relator e nos empolgamos, da mesma maneira com que nos empolgamos pelo recente projeto de V. Ex^a, que já foi aprovado na CAE e está tramitando, que é uma esperança quanto à quebra do fator previdenciário. E tanto isso era verdade que o resultado da votação foi um empate em sete votos a sete na CAE, e tiveram de mudar o Presidente para derrubar. Então, penso que aquele projeto deveria voltar, visto que está amadurecida a conscientização, porque foi um erro, uma vez que provava, matemática e cientificamente, que a quebradeira da Previdência deve-se ao fato de que, nesse Orçamento tão discutido, podemos ver que, de várias maneiras, tira-se dinheiro da Previdência para outros Ministérios, para suprir outras necessidades que não aquela pregada pela Constituição em defesa da Previdência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concorde plenamente com V. Ex^a, tanto que apresentei projeto no mesmo sentido. Vamos ver se, na segunda votação, conseguimos fazer com que os recursos da Previdência fiquem efetivamente vinculados à Pasta correspondente à seguridade.

Digo também, Sr. Presidente, da minha alegria de o Senado ter aprovado um outro projeto que apresentamos, também na linha da Previdência, por unanimidade, que vai garantir a todo aposentado e pensionista, portador de uma doença incapacitante, um reajuste correspondente a 25% em sua aposentadoria. Esse é um momento difícil em sua vida e ele tem de ter alguém que o acompanhe, porque, se ele tem uma

doença incapacitante, não pode transitar livremente; enfim, ir ao hospital e ter uma assistência devida. Isso já existe em inúmeros países: Argentina, Uruguai, França, Espanha. É algo inclusive que tem a simpatia do Ministério da Previdência.

Cumprimento também o Senado por ter aprovado – e já está na Câmara – outro projeto de lei, de nossa autoria, que é a inclusão social da população de rua. Esse projeto tem um alcance social enorme, Sr. Presidente, e vai contribuir muito para que não tenhamos de assistir mais, por exemplo, àquele documentário realista e muito bem montado da TV Globo sobre a situação dos meninos envolvidos com o narcotráfico. Esse projeto, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua, com certeza, é um dos meios de respondermos à atuação do narcotráfico e a sua violência em nosso País.

Por último, Sr. Presidente, eu poderia aqui falar não só de meus projetos, mas nos de inúmeros Senadores e Deputados, que têm um alcance social enorme e que poderiam estar à altura da exigência do documentário “Falcão – meninos do tráfico”.

Com relação a esse aspecto, Sr. Presidente, quero cumprimentar o povo francês. Estou fascinado, empolgado – não sei se é porque eu vim do movimento social, do movimento sindical – com a forma como os sindicalistas e estudantes estão reagindo, na França, contra um projeto que inviabiliza o primeiro emprego e ainda prejudica aqueles que estão em atividade: duzentas mil pessoas foram para as ruas exigir a revogação desse famigerado projeto que dificulta o acesso dos jovens ao mercado de trabalho e também dos mais idosos, dos adultos, dos mais velhos. Enfim, todos serão prejudicados pelo projeto produzido pelo Governo francês.

É claro que eu não estou defendendo a violência, mas estou esperançoso de que, também no Brasil, em defesa dos aposentados, dos pensionistas, tenhamos grandes movimentos. Não se trata de movimento contra ninguém, mas a favor, por exemplo, do fim do fator previdenciário; a favor, por exemplo, de uma política que efetivamente atenda os meninos de rua.

O movimento social brasileiro – tenho certeza, Senador Mão Santa, Senador Alvaro Dias, Senadora Serys, Senadora Ana Júlia, Senador Marco Maciel – haverá também de fazer o seu papel. Acho que é importante tanto para o Executivo quanto para o Legislativo e o Judiciário que haja uma mobilização, mas que seja pacífica, ordeira, capaz de demonstrar o que a sociedade efetivamente quer nas mais variadas áreas.

Esta tarde, às 14 horas, na Comissão de Assuntos Sociais, teremos um debate sobre a grande negociação

que está havendo entre a Braskem, o Pólo Petroquímico de Triunfo e a Petrobras. Representantes de todos os setores acompanharão a discussão que faremos sobre o interesse da Petrobras, da Braskem e do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico.

Na segunda-feira, às 10 horas, haverá uma reunião para debatermos o PL nº 58 e o reajuste dos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, cumprimento o povo francês por sua bonita história. Essa mobilização que fizeram, exigindo políticas nas áreas trabalhista, social e de emprego corresponde à expectativa de milhões de famílias.

Também vejo com bons olhos duas reuniões marcadas pelos representantes do movimento social a fim de elaborar uma pauta de mobilização sobre temas que gostariam de ver aprovados no Congresso Nacional. Espero, Sr. Presidente, sinceramente, que essa mobilização contribua para que a Câmara dos Deputados vote rapidamente o salário mínimo, o fator previdenciário, o PL nº 58 e tantos outros temas, Senadora Ana Júlia Carepa, que V. Exª tem acompanhado, junto com outros Senadores, e contribuído para a aprovação.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Paulo Paim, fico feliz de ver V. Exª sempre na tribuna, uma pessoa que tem a sua história, o seu compromisso com os trabalhadores e sempre com o salário mínimo. Isso faz parte da sua história. Realmente, o Congresso Nacional precisa dar uma resposta em relação ao salário mínimo, porque, como V. Exª disse, conseguimos neste ano um valor de salário mínimo que foi discutido com diversos setores da sociedade, não apenas os ligados às organizações dos trabalhadores, mas também às dos empresários. É um avanço imenso em relação ao poder aquisitivo, ao poder de compra, avanço esse que tem reflexos claros na vida de milhares de pessoas. E veja que a pesquisa da Pnad faz referência apenas a 2004. Não temos ainda dados de 2005 e 2006. Isso vai registrar mais ainda a diminuição da pobreza. Quer dizer, depois de mais de duas décadas, este País começa a ver a diminuição da pobreza, mesmo que ela ainda seja insuficiente – repito: ela é insuficiente. Essa redução foi insuficiente? Sim, Senador Paulo Paim. É óbvio que temos de dar ainda muitos passos, mas desconhecer os passos que estão sendo dados seria querer retroceder. Como se diz na minha terra, para baixo só cresce rabo de cavalo. Precisamos olhar para frente, avançar. Como sou uma mulher muito esperançosa, quero ter fé, pois sou cristã, que vamos cumprir o prazo; porque, se vier uma medida provisória determinando o valor do novo salário mínimo, ninguém vai poder dizer um “ai”. O que não podemos é permitir que os trabalhadores,

por querelas de disputas eleitoreiras, fiquem sem o salário mínimo de R\$350. Interessante que, no meu Estado, ouvi muitos reclamarem que o valor é muito alto. E é verdade que, para algumas Prefeituras, esse valor realmente é significativo. Muitas Prefeituras são pobres neste País e, no meu Estado, isso também é uma realidade. Muitos Prefeitos reclamaram, é verdade. Mas precisamos combinar isso. Inclusive a própria reforma tributária permitiu, por exemplo, que o Imposto Territorial Rural, hoje, seja todo do Município, que ele seja recolhido e vá diretamente ao Município, sendo mais uma fonte de renda para aquele Município. O Imposto Territorial Rural representa um valor ínfimo hoje no País. Por quê? Porque não havia tanto interesse em cobrá-lo. Ficando no Município, há maior interesse do próprio gestor municipal, que está ali, próximo, de cobrar esse imposto, que é absolutamente justo, devido. Se pagamos IPTU, por que aqueles que têm grandes propriedade rural, imensos latifúndios, não pagam o Imposto Territorial Rural? Essa é mais uma forma de se contribuir com os Municípios, para que eles tenham maior volume de recursos, junto com outras questões que estamos discutindo, que já votamos e que vamos votar com certeza. Faço esse registro pelo histórico de V. Ex^a. Essa cobrança é absolutamente justa em relação ao Congresso Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Júlia Carepa, reafirmo mais uma vez que o Presidente Lula, inclusive para evitar algum problema, encaminharia uma medida provisória. Entretanto, houve um pedido do Congresso – nós pedimos ao Ministro Marinho, ao Ministro da Fazenda, ao Senador Renan Calheiros e ao Deputado Aldo Rebelo que fizessem esta solicitação ao Presidente – para que o Presidente mandasse em forma de projeto de lei, que nós o votaríamos. Entretanto, o prazo está-se extinguindo e não podemos cometer um deslize deste, de o projeto não ser votado.

Eu esperava que a Câmara votasse ontem. Não votou. Agora dizem que vai votar na quarta; portanto, chegará aqui na quinta da semana que vem?!

Por isso, Presidente Alvaro Dias, mais uma vez insisto nesse tema. Pode haver alguma discordância quanto ao valor, o que é legítimo, mas temos de votar, para que entre em vigor a partir do dia 1^o.

Quando propus, há mais ou menos quatro anos, que o salário mínimo subisse na razão da inflação mais o dobro do PIB, disseram que era pura demagogia, que isso quebraria o País. Daí, reduziram à inflação mais o PIB **per capita**. Pois bem, se pegarmos o ano passado mais este ano, teremos um pouco mais que a inflação e o dobro do PIB, e o País não quebrou, está sob controle. Enfim, estamos provando, no dia-a-dia,

que podemos ter uma política permanente de recuperação do salário mínimo, como já vimos propondo há muitos anos a inflação mais o dobro do PIB.

E este reajuste de R\$50,00 de fato é o reajuste de aumento real maior dos últimos 25 anos. Então, não há grande discordância quanto ao reajuste, e a população já está contando com o dinheiro no bolso, a partir do dia primeiro, até porque temos diaristas e pessoas que recebem por semana.

Por isso, concluo, agradecendo a tolerância do Senador Alvaro Dias, que me concedeu mais que o tempo permitido, dizendo que estou muito esperançoso. A Câmara vai cumprir a sua parte; o Senado, também, e o novo salário mínimo há de entrar em vigor a partir do dia 1^o de abril.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, O DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje volto a esta tribuna para falar sobre a aprovação, por esta Casa, do PLS 296/03 que revoga o fator previdenciário. Para nós, uma vitória histórica. Um passo importante em favor dos direitos dos trabalhadores brasileiros já que esse redutor das aposentadorias é um tema que afligem todos aqueles vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Temos visto que após a aprovação da matéria alguns setores têm se mostrado contrário a revogação do fator.

Sr. Presidente, ficamos nos perguntando: será que as pessoas que hoje se declaram contrárias a nossa proposta pensarão assim quando, ao se aposentar, perceberem que seus benefícios sofrem reduções entre 30% e 35%?

Nos questionamos também as razões que levam determinados setores da sociedade a ficar contra os trabalhadores. A nosso ver isso é estar contra, é desvalorizar a Previdência Pública.

O fator previdenciário foi criado no governo anterior por meio da Lei 9.876/99 e nós, que compomos o governo atual, fomos os mais ferrenhos opositores a esse redutor das aposentadorias. Não vemos razão para, agora, mudarmos de opinião, mesmo porque foi um compromisso nosso revogar o fator previdenciário.

Uma cruel inovação, criada sob a alegação de adequar o sistema previdenciário aos impactos atuarial e financeiro da evolução demográfica, almeja, de fato, a contenção das despesas geradas pelos benefícios da Previdência Social. Principalmente da aposentadoria

por tempo de contribuição, mediante redução de seu valor ou retardamento de sua concessão.

A fórmula de cálculo do fator previdenciário leva em consideração a alíquota, a idade e o tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria e expectativa de sobrevida (calculada conforme tabela do IBGE).

É importante ressaltar que o fator previdenciário é aplicado no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição que reduz em 30% e 35% – para homens e mulheres, respectivamente-, o valor do benefício a que o aposentado teria direito. Imaginem, reduções de 30% e 35%!! Um verdadeiro absurdo!!

Desejamos e trabalhamos para que seja aumentada a expectativa de vida dos brasileiros, o que para os trabalhadores do Regime Geral virou um pesadelo. Por quê? Simples, a expectativa de vida será maior, em compensação, os valores das aposentadorias pagas pelo INSS serão menores. Para receber um valor digno, o cidadão deve continuar contribuindo até o fim da vida, aposentando-se apenas na hora da morte.

Isso é totalmente errado. Aposentar-se é um direito de todo cidadão. Continuar trabalhando deve ser uma opção, não uma alternativa aos baixos vencimentos.

Foi justamente por discordarmos disso que apresentamos em 2006 o projeto 296 que extingue o fator previdenciário.

Nossa proposta é resgatar os critérios anteriores de cálculos dos benefícios previdenciários, evitando a utilização da Previdência Social como instrumento de ajuste das contas públicas, em evidente prejuízo para seus beneficiários.

Revogando o fator previdenciário a fórmula de cálculo será a média dos últimos 36 meses, o que irá garantir a aposentadoria integral.

Está em nossas mãos fazer justiça aos trabalhadores do Regime Geral. Essas pessoas não podem iniciar o recebimento de suas aposentadorias com perdas. A aposentadoria, um momento tão importante de suas vidas, deve ser de sonho, não de pesadelo.

O primeiro passo para a vitória já foi dado: o Senado aprovou a matéria. Agora a Câmara dos Deputados precisa fazer sua parte.

Também por isso é que, juntamente com as entidades que representam os trabalhadores, estaremos intensificando a campanha nacional pela aprovação do PLS 296/03.

Sr. Presidente, gostaria de informar a nossa alegria ao ver que esta Casa aprovou dois outros projetos de nossa autoria, que também foram para a Câmara:

o PLS 270/2004, que permite que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência

permanente de outra pessoa, por razões de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento;

e o PLS 299/2004, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua.

Estas duas propostas são um avanço em termos sociais. A primeira, que trata da assistência permanente é um complemento ao artigo 45 da Lei nº 8.213/91, pois a Lei concede benefício apenas para aqueles que foram aposentados por invalidez.

Nossa Proposta estende o benefício para aqueles que, após a aposentadoria venham a contrair doença ou passem a ser portadores de deficiência física e, conseqüentemente, venham a necessitar, de fato, da mesma assistência.

Fica evidente a necessidade de corrigir a injustiça que vem sendo cometida contra os aposentados por idade, por tempo de contribuição e contra aqueles a quem foi concedida aposentadoria especial, quando esses ficam doentes ou passam a ser portadores de deficiência física que os impedem de sobreviver sem a assistência permanente de outra pessoa.

Sr. Presidente, gostaria ainda de fazer referência à grande contribuição social que o Senado acaba de realizar ao aprovar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua.

Esta proposta nasceu após episódios de violência ocorridos na cidade de São Paulo, que chamaram a atenção de toda a sociedade brasileira para o nível de vulnerabilidade a que está exposta essa sofrida camada da população.

As nossas preocupações vão além. Estamos falando de seres humanos que vivem em situações de total abandono. A existência desse contingente de desabrigados evidencia as desigualdades socioeconômicas que marcam historicamente o país e, ao mesmo tempo, demonstra a ineficiência do sistema de proteção social existente.

A situação da população de rua se agrava com as estratégias adotadas por alguns governos municipais que, a título de preservação dos espaços públicos contra o vandalismo, cercam essas áreas e expulsam os que as utilizam para dormir.

Em algumas cidades, prédios privados vêm adotando medidas como lavar suas calçadas com creolina ou instalar chuveiros contra incêndio preparado para funcionar à noite no caso de pessoas se instalarem sobre as marquises.

Situações assim, sem que existam políticas efetivas e abrangentes de acolhimento, expõem a população de rua a situações humilhantes, dificultando ainda mais o caminho de reencontro com a auto-estima e com a

dignidade. Tudo isso sem falar nos casos recentes de extermínio daqueles que tiveram a vida ceifada pelo simples motivo de não possuir um teto que os abrigue e que os acolha.

O presente projeto propõe a celebração de convênios entre a União, Estados, Distrito federal e Municípios com a eventual colaboração de entidades não governamentais, para o tratamento da questão. A União, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, coordenará as ações a serem implementadas em nível local.

Este projeto é mais um instrumento para que documentários como o que vimos no Fantástico “Falcão – Meninos do Tráfico” não sejam reproduzidos eternamente.

Sr. Presidente, para concluir quero cumprimentar os estudantes e os sindicalistas franceses, que foram às ruas protestar contra um projeto que fere os direitos dos trabalhadores daquele país, o primeiro emprego. Esta proposta dificulta a entrada dos jovens no mercado de trabalho e fere o direito dos que estão em atividade.

Porque eu cito a França neste momento. Primeiro porque a história do povo francês é uma história de luta a qual todos nós respeitamos. Gostaríamos muito que também aqui no Brasil, sem violência, nós pudéssemos ver nas ruas duzentas, quinhentas mil pessoas exigindo a aprovação destes projetos aqui citados.

Gostaríamos de ver a defesa do PLS nº58 que defende os aposentados e pensionistas e outros tantos projetos que necessitam da mobilização da população para que sejam aprovados.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Gostaria de solicitar minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª pode usar da tribuna, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o nosso Senador Paulo Paim abordou da tribuna a questão do salário mínimo. Milhões e milhões de brasileiros ganham salário mínimo neste País, dependem deste salário e estão ansiosos pelo seu aumento. Estamos a poucos dias de 1º de abril, a menos de uma semana. Teremos aí ganhos? Teremos, sim, com certeza. Como foi anunciado, o reajuste do salário

mínimo representará o maior alcance de compra dos últimos 25 anos. Serão R\$50,00 de aumento. Talvez, para alguns, esse valor seja insignificante, mas, para quem ganha R\$300,00, R\$350,00, tem significado, sim. E será em 1º de abril, quando teriam de esperar mais 30 dias. Quer dizer, o Governo do Presidente Lula não só deu o maior reajuste para o salário mínimo dos últimos 20 anos, como antecipou em 30 dias esse reajuste.

Agora, cabe a nós, cabe ao Congresso Nacional, fazer a sua parte. A matéria está na Câmara, tem de ser votada por aquela Casa urgentemente e tem de vir para o Senado para também ser aprovada urgentemente, porque fomos eleitos – acredito que ninguém tenha dúvidas disso, nem na Câmara nem no Senado – com os votos de todos os brasileiros e as brasileiras que têm condições de votar. Então, estamos aqui por delegação, por procuração dos eleitores e das eleitoras do nosso País. Por conseguinte, temos de responder por isso, temos de demonstrar, temos de mostrar claramente o que estamos fazendo aqui, se estamos realmente trabalhando em defesa dos interesses, das necessidades, das aspirações etc. do povo brasileiro.

A questão do salário mínimo é fundamental, como já disse aqui. São milhões de trabalhadores que dependem da aprovação dessa proposição o mais rápido possível. Não é possível que, daqui a pouco, estejamos aqui fazendo discurso, Senador Paulo Paim... V. Exª, que em toda a sua história parlamentar tem sido um defensor ferrenho dessa causa, inclusive faz parte, como eu, da Comissão que estuda uma proposição de salário mínimo para acabar com essa história – não “história”, mas “estória” – de todo ano essa questão ser discutida, ser debatida. Encontramo-nos, por exemplo, agora, há cinco, seis dias do dia 1º de abril, e estamos em estado já de conclamação ao Parlamento para que aprove a matéria, para que o novo salário mínimo possa vigorar a partir do dia 1º de abril e aqueles que a ele têm direito possam recebê-lo, salário conquistado com muita dignidade, com certeza. Esse salário ainda não corresponde, tenho certeza disso, ao trabalho prestado por cada um que o recebe. Mas é o salário mínimo vigente e, se ele não puder vigorar a partir de 1º de abril porque falta de votação e aprovação do Parlamento brasileiro, realmente fica complicado.

Espero que a matéria seja aprovada rapidamente, até dia 30 ou 31, que até lá tenhamos resolvido o problema na Câmara e aqui no Senado, e que o novo salário mínimo esteja vigorando em estado de normalidade a partir dessa data. Senão, se vier uma medida provisória para o salário mínimo, quero ver quem será criticado, Senador. Com certeza, não pode ser o Governo, que, aliás, às vezes, até manda umas medidas

provisórias a mais, mas sobre essa ele não terá nenhuma responsabilidade. A responsabilidade será do Parlamento, que não aprovou em tempo.

A outra questão que quero tratar – falei que seriam duas –, diz respeito, realmente, à existência, à constituição dessa Comissão destinada a definir uma política permanente do salário mínimo, para que quem ganha salário mínimo saiba que não terá de passar mais por esta expectativa todo ano: “Será que haverá aumento? De quanto será? Será que o Congresso o aprova em tempo?”. Não só terá essa tranquilidade, como saberá de quanto será o aumento a cada ano, independentemente de quem venha a ser eleito Presidente da República e de que tenha a possibilidade de definir uma nova política. Essa política já existirá.

Senador Paulo Paim, como eu disse, faço parte dessa Comissão, cujo Presidente é o Deputado Jackson Barreto; o Vice-Presidente, o Deputado Walter Barrelli; e o Relator, o Senador Paulo Paim, nosso lutador **ad eternum** dessa causa. Trata-se de uma Comissão mista, composta de Deputados e Senadores. Se pararmos para pensar, é uma das Comissões que tem um trabalho dentro da chamada agenda positiva que alguns querem propor. Sempre propusemos e sempre quisemos a agenda positiva, e um dos grandes trabalhos que temos para ser feito em termos de agenda positiva é essa definição do salário mínimo como política permanente.

Eu dizia – e meu tempo já está acabando – que teria de voltar a esta tribuna para falar da política de geração de emprego do nosso Governo. Repito rapidamente aqui, Sr. Presidente, só os dados deste ano, Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Marco Maciel, Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa. Não vou retroceder à política de geração de empregos, nem a dados do início do nosso Governo. Cito apenas dados deste ano, até repetitivamente, desta tribuna.

Nos dois primeiros meses deste ano, foram criados 263.248 empregos, número recorde desde o início da divulgação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, em 1992, ou seja, praticamente nesses 15 anos, o maior recorde de geração de empregos ocorreu nos dois primeiros meses deste ano. Em fevereiro deste ano, foram criados 176.632 postos de trabalho, realmente um recorde.

Infelizmente, costumo cumprir o tempo, disciplina essencial entre nós, Parlamentares, para que todos tenham chance de pronunciar-se.

Tenho um pronunciamento a fazer sobre a violência contra a mulher, questão que está extrapolando, Senadora Ana Júlia Carepa. Observemos no mês de março o número de assassinatos de mulheres! A cada 15 segundos, uma mulher sofre processo de violência

no Brasil, Senadora. Discutiremos isso com mais tempo. Há todo tipo de violência: humilhação, empurrão, recebimento de menor salário no trabalho do que o companheiro, não recebimento de hora extra, ausência de horário de almoço etc. Nós, mulheres, estamos sendo vítimas disso por todos os lados a todo momento. Não estou falando nem em agressão corporal, o que é algo violentíssimo. Estou falando em assassinatos.

Fiquei sabendo que, anteontem, foi assassinada uma mulher em Brasília e que, há poucos dias, houve a morte anunciada de outra mulher em Goiás. Ela estava separada há cinco anos, recebia ameaças e pedia socorro, até que foi assassinada. Será que é preciso matar? É preciso morrer, para se tomar alguma providência?

Concedo à Senadora Ana Júlia Carepa um breve aparte, porque meu tempo está acabando.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Sei disso, mas tenho certeza de que o Senador Alvaro Dias, Presidente desta sessão, concederá mais um minuto. Parabéns, Senadora Serys Slhessarenko, porque V. Exª, como Senadora, trabalhadora e mulher, coordena essa batalha pela qual todas nós lutamos. Realmente, lamento muito que nós, mulheres, ainda sejamos vítimas de tanta violência. O pior é que essa violência tem aumentado ou, pelo menos, tem aparecido mais. A nossa percepção é a de que essa violência aparece mais agora, porque as pessoas estão tendo mais coragem de denunciar e, talvez por isso, estejam sendo assassinadas. Não podemos permitir isso. As Polícias nos Estados não podem ter esse descaso quando se trata de denúncia. V. Exª mencionou o caso ocorrido em Goiás, em que uma mulher já sofria ameaças há cinco anos. Por que a Polícia não tomou providências? Não posso aqui julgar nem quero fazê-lo sem conhecer profundamente o caso. Lamento muito pela família dessas mulheres que estão sendo mortas dessa forma. Muitas delas têm filhos, deixam crianças e jovens órfãos, quando se poderia ter evitado o mal maior, e isso não foi feito! E sabemos de quem é a responsabilidade pela segurança pública: é de cada Estado, de cada Governador ou Governadora. E por que não se faz isso? Vejo essa realidade no campo também; no meu Estado, é a mesma coisa! É um Estado, infelizmente, campeão de violência no campo. Homenageamos aqui duas mulheres lutadoras, trabalhadoras rurais, que ficaram viúvas, porque seus maridos foram assassinados, e agora estão assassinando também, mais ainda, mulheres, vítimas dessa violência doméstica. Esse é um trabalho que tem de envolver toda a sociedade também, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Não podemos continuar criando meninas e meninos como se eles tivessem o poder sobre as mulheres, o poder, inclusive, de violentar e de bater. Devemos mostrar aos nossos filhos, inclusive às mulheres, que, apesar das diferenças, com muito orgulho – tenho muito orgulho de ser mulher! –, temos direitos iguais. Ninguém é melhor do que ninguém. Então, quero parabenizá-la por isso!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza!

Essa questão da visibilidade, que a Senadora Ana Júlia apresenta muito bem, parece que está começando a aparecer, Sr. Presidente. Realmente, parece que as mulheres estão tomando a iniciativa de denunciar. No entanto, a questão é muito mais complexa. Essa lei, Senadoras e Senadores, é a mais difícil de ser mudada – é a mais difícil! – porque é camuflada, é subliminar. Quantas vezes uma mulher leva um empurrão, leva uma humilhação qualquer, um xingamento, uma palavra errada, e pensa que é assim mesmo, que sempre foi assim: “Cresci, ouvindo minha mãe ser tratada assim!”. E o menininho, pequenininho, filho dela, está vendo isso e cresce acreditando que pode fazer o mesmo.

Precisamos realmente contar com a parceria dos companheiros homens, com a ajuda dos nossos filhos! Ao que me conste, não há homem que não seja filho de uma mulher. Se somos 52% da sociedade, os outros 48% são nossos filhos. Precisamos da consciência dos nossos filhos; precisamos que eles conheçam essa realidade. Daí a importância de se dar visibilidade à questão. Daí a importância de os meios de comunicação mostrarem essa questão abertamente, porque nossos companheiros, nossos filhos, nossos amigos e nossos colegas de trabalho, todos os homens precisam, conosco, ter essa consciência, ter a consciência dessa problemática e realmente saber que não queremos ser mais do que os homens, mas que não somos menos de jeito nenhum! Queremos ser apenas iguais e não vamos permitir que continue essa matança de mulheres.

Isso ocorre todo dia em algum Estado! Em um Estado, no ano de 2005 – não vou mais repetir aqui, mas já denunciei os dados –, a média foi de uma mulher assassinada por dia; a média foi de 28,8 assassinatos de mulheres por mês, e 95% desses assassinatos foram cometidos por seus companheiros ou por ex-companheiros. É a violência doméstica, e isso tem de acabar!

Os companheiros homens têm de saber que não estão ameaçados. Não queremos ser mais do que os homens, não queremos passar de oprimidas a opressoras; queremos a conquista da igualdade no trabalho, na

família, na política. Queremos ser apenas cidadãos em igualdade de condições. Queremos ser muito amadas e amar muito nossos companheiros homens, porque todos são nossos filhos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Marco Maciel, por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Álvaro Dias, Sr^{as} e Srs, Senadores, as integrações econômicas, com êxito, são produtos de longas e amadurecidas decisões concretas e práticas.

E tomo como exemplo a Comunidade Econômica Européia, que surgiu dos Tratados de Roma, em 1957, sucessivamente transformada por dentro mediante o aumento de suas atribuições e, por fora, pelo gradativo acréscimo de novos membros, através dos Tratados de Amsterdã e Maastricht criando instituições próprias: o Executivo da Comissão Européia em Bruxelas, o Legislativo do Parlamento Europeu em Estrasburgo e o Judiciário Europeu em Luxemburgo, com competências pouco a pouco alargadas e aprofundadas.

Sr. Presidente, o mundo conhece e reconhece os êxitos da integração econômica, política e cultural da Europa, um continente dilacerado, no passado, por séculos de guerras aparentemente intermináveis, semeando ódios de geração em geração. Até que, em meados do século XX, após a Segunda Grande Guerra, talvez a pior das guerras da humanidade até hoje, os povos europeus e seus líderes resolveram enfim dialogar objetivamente em perspectivas pragmáticas com sucesso. Enquanto isso, fracassava a integração do Conselho Econômico da Europa do Leste, o Comecon, devido às suas deformações ideológicas, contribuindo para a crise que levou ao colapso a União Soviética e seus aliados, os países satélites. Enfim, a partir daí começou, a meu ver, a queda do chamado Muro de Berlim e, mais do que isso, começou a queda do sistema que se denominou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A integração da América do Sul começou nas presidências José Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina, com o Tratado de Assunção reunindo os fundadores Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, o chamado Cone Sul ou Bacia do Prata, cenário também de inúmeras guerras desde as confrontações entre Portugal e Espanha pela posse da Colônia de Sacramento, defronte de Buenos Aires, como uma das repercussões das guerras européias entre nós,

ou seja, no subcontinente sul-americano. O Mercosul surgiu como ampla avenida a ser percorrida pelos povos de línguas ibéricas na América Latina. Em seguida, a partir de 1991, na Conferência de Guadalajara, no México, começou a ser construída a Comunidade Ibero-Americana de Nações também com a Espanha, ao lado de Portugal, Brasil e América Hispânica.

Estava configurado um amplo quadro institucional de uma grande integração dos povos de línguas e culturas ibéricas da Europa à América.

É bom lembrar que, na raiz da União Européia, se desenvolveu simultaneamente a Operação Erasmo, voltada a um intenso intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação que pudessem, assim, completar seus créditos em cursos de universidades dos diversos membros da União Européia, como se passou a chamar-se então a Comunidade Econômica Européia.

No Mercosul, por outro lado, pouco se fez no sentido da integração educacional. A bem da verdade, tal não vem ocorrendo entre nós. O intercâmbio de estudantes através de bolsas de estudos não se realizou. As novas gerações prosseguem se ignorando, a não ser na música popular que se propaga na mídia internacional.

Insisto, Sr. Presidente, ser necessário um grande esforço no campo da educação, da cultura e da ciência e tecnologia para ajudar o aprofundamento das relações do nosso país e do Mercosul. Entendo, Sr. Presidente, que enquanto não fizermos também um grande esforço nesse campo – repito: da educação, da cultura, da ciência e tecnologia –, não conseguiremos aprofundar o Mercosul.

Ademais, Sr. Presidente, os desencontros de opiniões no Mercosul são produtos de antigas desconfianças que precisam ser superadas. A experiência de outros processos de associação – e me referi ainda há pouco ao caso da União Européia, mas podia me referir a outras experiências semelhantes – demonstra a importância da aliança política, econômica, social e cultural para o mútuo conhecimento, desarmamento dos espíritos e maior predisposição para negociações objetivas e capazes de ultrapassar os diferendos acaso existentes.

No Mercosul, convém examinar, além do que não vem sendo feito, o que periga ser desfeito. Essa é a realidade com a qual nos defrontamos hoje no quadro do Mercosul, que começou de forma tão esperançosa e hoje vive momento tão obscuro.

Sr. Presidente, a mais recente reunião Brasil–Argentina, em princípios do corrente ano, acrescentou problemas, sem a solução dos anteriores, que, ao lado de retardarem o processo de integração, podem até fazê-lo perigar.

O momento de dificuldade que vive o Mercosul traz-nos à memória os tempos da diplomacia de Rio Branco. As linhas e os métodos do Barão prosseguem hoje muito atuais. Ele, no seu tempo, consolidou as fronteiras do Brasil e teve-as reconhecidas por negociações e arbitragens com todos os nossos vizinhos. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem dez Estados limítrofes e não tem problemas com quaisquer deles. E mais, o Brasil, graças a Rio Branco, estabeleceu novos paradigmas para a nossa política externa. Passou a incluir os Estados Unidos, ao lado da Europa, como um dos eixos prioritários de nossa política internacional. Ao término de sua década à frente do Itamaraty, Rio Branco esboçou o que classificou de ABC, aliança da Argentina, Brasil e Chile, isto é, as sementes do que viria a ser o Mercosul. Hoje, se vivo fosse, Rio Branco incluiria entre as suas prioridades, também, o relacionamento do Brasil com a Rússia, Índia e China, hoje batizado sob a sigla de Bric, além da África do Sul e, possivelmente, uma aliança com os integrantes das Asean, Associação dos Países do Sudoeste da Ásia. Como se vê, com pragmatismo, prudência e tenacidade, os métodos do Barão são sempre atuais.

Cabe-nos, portanto, neste instante, consolidar nossas alianças comerciais e ampliar os vínculos políticos e culturais para que não se perca o que já se construiu. O Mercosul, insisto, precisa aprofundar-se antes de estender-se.

Dentro desse quadro, impõe-se, igualmente, a criação de um Banco Central para o Mercosul, pressuposto da articulação das chamadas políticas macroeconômicas.

Um autêntico mercado comum, a meu ver, só pode funcionar com tarifa externa comum (TEC) sobre as exportações e importações dos seus membros, o que até hoje não se alcançou no Mercosul, mantendo-o – se assim posso dizer – no nível de zona livre de comércio administrada, pois nem mesmo ela é plena. A TEC e a gradativa abolição de subsídios, internos a cada país, bem como os respectivos impostos e taxas fronteiriças entre eles, são as condições fundamentais para uma integração econômica, simultaneamente à existência de políticas macroeconômicas, a que já me reporte, articuladas pela existência de um Banco Central que até hoje não se constituiu no Mercosul.

Lembre-se que todas as fundamentais etapas da atual União Européia, desde sua fundação, foram submetidas às ratificações dos Parlamentos nacionais ou a referendos populares. No ano passado, por exemplo, a França e a Holanda chegaram, inclusive, a rejeitar a proposta de uma Constituição européia por temerem a diminuição dos direitos sociais e a perda ainda maior das soberanias nacionais.

Sr. Presidente, embora não desconheça que o Mercosul tem sido útil nas negociações das rodadas da OMC (Organização Mundial do Comércio), não podemos deixar de registrar pequenos avanços, nos últimos anos e também que ele vive hoje, talvez, a sua mais grave crise desde a sua criação. É necessário, pois, o revigoreamento de seus objetivos iniciais, sob pena de se perder o que já foi realizado. O Mercosul precisa – insisto mais uma vez – aprofundar-se antes de estender-se. Também não pode, açodadamente, querer queimar etapas, quer políticas, econômicas, sociais ou culturais.

Lembre-se, a propósito, que o Mercosul, para funcionar adequadamente, deve ser transparente e participativo em suas estruturas. No quadro de globalização, são também necessários cuidados especiais em nossa integração regional e sua interface na sociedade mundial. Elas devem completar-se, não podem excluir-se.

A propósito do tema, Sr. Presidente, é oportuno o editorial publicado hoje no jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado: “Agora a Europa não quer”. Esse editorial reflete a crise do Mercosul. Diz o texto:

O Brasil está seriamente arriscado a entrar em 2007 sem nenhum acordo comercial importante, se as negociações globais – a Rodada Doha – não forem logo destravadas. Os europeus deixaram claro, nos últimos dias, que um pacto de livre comércio com o Mercosul não está entre suas prioridades neste momento.

Mais adiante continua referido editorial:

Enquanto isso, Brasil e Argentina continuaram empenhados num esforço frenético para ampliar o Mercosul, sem notar, aparentemente, que as prioridades dos parceiros sul-americanos são outras.

Em síntese, o que precisamos fazer agora é justamente uma análise aprofundada da crise do Mercosul, sob pena de comprometermos um instrumento fundamental para ampliar a inserção da América do Sul e, nomeadamente, do Brasil na comunidade internacional. Neste instante de globalização, não há outro caminho a ser cumprido na América do Sul a não ser o que ficou estabelecido com a criação do Mercosul.

Termino, Sr. Presidente, afirmando que o Mercosul é indispensável se queremos melhorar a inserção internacional do Brasil e, de alguma forma, também fazer com que a América do Sul possa ter um papel mais destacado na sociedade mundial, não apenas sob o ponto de vista econômico ou comercial, mas também, e sobretudo, sob o aspecto social, cultural e político.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, farei uma permuta com o Senador Arthur Virgílio, que deseja falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Senadora Ana Júlia permuta a palavra com o Senador Arthur Virgílio, que representa a grandeza do Estado do Amazonas e falará como Líder do PSDB.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Mão Santa, falarei logo após S. Ex^a. Muito obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, em nome do PSDB, apresento um desagravo claro ao jornal **O Estado de S. Paulo**, que foi agredido. Mais do que isso, foi agredida a perspectiva de liberdade de imprensa no País, pelo Ministro Ciro Gomes, que, no afã de apresentar serviços ao Governo do Presidente Lula, pura e simplesmente agride, como não é incomum na sua atuação pública, o jornal que ousou dizer exatamente o que pensava em um editorial.

Pois vou endossar aqui exatamente tudo o que o jornal disse.

Está na hora mesmo de uma conversa forte entre o Presidente Renan Calheiros e o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Está na hora de delimitarmos para valer os limites da ação de cada um desses dois Poderes. Está na hora, sim, de não mais permitirmos o amesquinamento das prerrogativas do Congresso Nacional. Está na hora, sim, de nos darmos ao respeito e de convivermos com este outro pilar da democracia, que é o Judiciário, em pé de igualdade, não em pé de inferioridade.

O Ministro gosta desses lugares comuns. Chama o jornal de provinciano, como se fosse ele, Ciro, o mais cosmopolita dos homens públicos. Entre os dois, eu diria que o Ministro, ele sim, é que é provinciano.

O que deveria chocar o Ministro, o que deveria chocar as pessoas de bem neste País, seria aquela dança ridícula da Deputada Angela Guadagnin*; uma espécie de ritual, o ritual do mensalismo, cercando de opróbrio, de deboche o Congresso Nacional em todo o País. A Deputada, que exercia o seu papel de pedir vista e de embaraçar o andamento dos processos contra os mensaleiros do Partido dela – até aí, um trabalho partidário, o qual eu via, não digo com respeito, mas

com compreensão –, extrapolou. E talvez, naquela sua dancinha canhestra, naquela sua falta de noção do que significa o decoro, o respeito formal à liturgia do Parlamento, talvez ela tenha encarnado todo o clima de ridicularia, de falta de senso que acometeu este Governo. Não sei se não fica marcada indelevelmente essa passagem. No fim do ano, quando forem fazer a retrospectiva do ano de 2006, ao lado dos escândalos e como símbolo dos escândalos, tenho certeza de que, no dia 31 de dezembro, em casa, estaremos vendo a dancinha da Deputada do PT.

Disse-me o meu leal chefe de gabinete, Edísio Matos, que no meu gabinete estão chegando inúmeros *e-mails* de críticas à posição da Deputada, de reclamações muito fortes contra uma postura, eu diria, suicida do Congresso Nacional, que está se imolando no altar da impunidade. Pedi ao meu chefe de gabinete que levante todos os *e-mails*, porque quero lê-los, não tive tempo de fazer isso ontem, tarde da noite. E alguns, mais exaltados, pedem o fechamento do Congresso Nacional, que é tudo que não pode acontecer, nunca, é tudo que não deve acontecer, é tudo que é impossível de acontecer, é tudo de que não precisa o povo brasileiro.

Por mais despreço que neste momento o povo brasileiro devote ao Congresso Nacional – e não por culpa de uma expressiva parcela dele, que trabalha com honradez e que não deve ser misturada com os dançarinos da impunidade, com os ritualistas, os tribalistas da corrupção –, o Congresso não pode ser visto como algo expletivo ou como um estorvo por um povo que, se se queixa dele, queixar-se-ia muito mais da ausência dele, porque é na ausência dele que se cometeriam as arbitriedades contra o povo brasileiro. Aliás, nas ditaduras, a primeira medida é fechar o Congresso ou limitar sua ação, e a segunda é prender opositores, é assassinar, é torturar. Isso tudo, no fundo, no fundo, para encobrir corrupção e ataques à bolsa popular.

A cena protagonizada pelo Partido do Presidente Lula sugere uma adaptação num dos mais populares ditados, que passa a ser: “É cômico e é trágico”. É cômico, porque, pela primeira vez, um partido político brasileiro cria uma nova dança, que tanto pode ser chamada de a dança da pizza como a dança da impunidade, como aqui eu já havia relatado, uma e outra com direitos autorais assegurados ao esquema de corrupção que varre o País de norte a sul, humilhando os brasileiros e ignorando os riscos a que nos expomos.

Além de desrespeitar o Plenário da Câmara, a dança, ademais, seria mais adequada se o ritmo fosse de réquiem. Réquiem, sim. Réquiem para uma quadra imoral que, se Deus quiser, haverá de ter seus dias contados.

O *show* petista é estrábico. Não percebe o ridículo e até seria demasiado se seus figurantes o percebessem. O ridículo é incompatível com a seriedade, e ainda tenho na lembrança o que dizia meu pai, o Senador Arthur Virgílio: “Não tenho medo de homem, de mulher, nem de lobisomem; mas tenho medo do ridículo”.

Não é o que ocorre com o PT. O ridículo petista foi chamado pelo jornal **O Globo** de “samba do acinte”. E acinte é o que o Partido do Presidente Lula vem fazendo no País.

Na **Folha**, a mais nova vocação petista foi assim editada:

Moral

Toda Mídia – Nelson de Sá: “Dos *blogs* ao Jornal Nacional, causou furor o vídeo com a dança da petista Ângela Guadagnin na madrugada, no momento da absolvição de outro petista.

Escalada do **Jornal da Record**: “Festa da impunidade. Deputada dança de alegria”.

Para o blogueiro Jorge Moreno, “a dança é o mais imoral dos emblemas da degradação política brasileira”.

Para Ricardo Noblat, “estes são tempos de deplorável frouxidão moral e degradação dos costumes”.

Esse espetáculo de deplorável frouxidão moral pode até, ninguém duvide, virar selo de gravadora, o Selo do PT, com a estrelinha vermelha substituída pela amarela, para combinar com o traje do lançamento.

Enquanto isso, o desastrado Governo que aí está ignora a repercussão internacional da corrupção petista, sobretudo os lances da República de Ribeirão Preto.

Hoje tem novidade no **Correio Braziliense**. É algo mais, Senador Alvaro Dias, a ser desmentido pelo Ministro. E tome desmentido. E tome gente dizendo que mentem os que amontoadamente dizem que ele mente.

Muito bem! Vamos ao que disse a revista **The Economist**, que faz hoje uma advertência, não ao Governo Lula, porque creio que a própria revista não imagina que de nada adiantaria advertir o Presidente: “(...)algumas das acusações parecem mais críveis e as negativas de Palocci tem ficado mais frágeis (...)”

Para a revista, o Brasil entrou numa situação de perigo. Mas vejo, Senador, que nada disso importa para o PT de Lula. Então, vamos lá:

Petista exhibe o samba do acinte no plenário.

O Globo (de Evandro Éboli e Isabel Braga): Ferenha defensora dos petista envolvidos no escândalo do valerioduto, a Deputada Ângela Guadagnin (PT – SP), despiu-se de qualquer pudor e chegou a sambar e a cantar no plenário da Câmara, na madrugada de ontem, ao constatar que o Deputado João Magno

(PT – MG), seria absolvido pelo Plenário. A petista foi um dos poucos parlamentares a resistir até depois da meia-noite, quando o Presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB – SP), anunciou o resultado favorável a Magno. Ela estava à esquerda do plenário, ao lado da também petista Maria do Carmo, e assim que percebeu que o número de votos já dava para absolver Magno começou a sambar – com os braços erguidas e feliz da vida”

Sr. Presidente, peço que o artigo “Economist vê situação de perigo” seja publicado nos Anais. Creio que a própria Câmara está diante de uma opção, de uma bifurcação. Uma hipótese seria dissolver o Conselho de Ética e acabar de uma vez com essa história. Não vamos agora, em pílulas, degradar e desgraçar o conceito do Congresso, seria melhor, quem sabe, numa tacada, absolver logo tudo de uma vez e acabar com isso. E que devolvam logo o mandato do Sr. José Dirceu! Aliás, hoje ele publica seu artiguinho muito bem remunerado no **Jornal do Brasil**. Hoje ele não fala em ética, mas em TV digital. Como tenho dado suporte ao ex-Ministro José Dirceu, que agora é pândego quando fala em ética e eu não sabia de seus pendores tecnológicos, peço que o artigo seja publicado nos Anais do Senado. Senador Alvaro Dias, sempre solicito que sejam publicados os artigos do Sr. José Dirceu. Primeiro, porque é um artigo valioso – não é pouca coisa que ele recebe para escrevê-lo –, e segundo, não poderão dizer que não dou colher de chá para adversário. Está aí: é o terceiro ou quarto artigo do Sr. José Dirceu que ponho nos Anais – saiu, eu ponho.

A Câmara está diante de uma opção: ou age com rigor, sem corporativismo, visando mesmo à elucidação dos fatos e à punição dos responsáveis, ou ela não sabe o buraco em que se está metendo. E com ela o Congresso Nacional e um segmento importantíssimo da democracia brasileira, que é precisamente o Parlamento.

Senador Alvaro Dias, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, se eu pudesse fazer aqui um vôo de pássaro, um passeio bem rápido sobre a sociologia das instituições, eu diria que todas tendem a ser conservadoras, a reproduzir-se como modelo e a buscar se perpetuar. Algumas conseguem e são até milenares; outras vão conseguindo e são até seculares; outras perecem ao longo do caminho.

Analiso, por exemplo, o Exército Brasileiro, as Forças Armadas brasileiras. Aqueles tempos de agressão aos direitos humanos e de tortura ficaram para trás. Se fizéssemos uma pesquisa séria sobre o conceito das Forças Armadas brasileiras logo no início do Governo Sarney, no início do processo de transição democrática neste País, a pesquisa apontaria um julgamento muito

duro das Forças Armadas. Hoje, elas estão abaixo da Igreja e lá em cima no conceito das pessoas, porque souberam reciclar-se e foram, no bom sentido, conservadoras; souberam manter-se.

Se olharmos para a Igreja Católica, igreja majoritária no País e, portanto, com tendência à acomodação, perceberemos, Senador Alvaro Dias, que, no interior dela, nasceu o movimento de Renovação Carismática. Não há nenhuma contradição entre católicos menos agressivos e carismáticos. Existe, na verdade, uma união de propósitos a fim de revitalizar a Igreja Católica, e os carismáticos conseguiram fazer isso, enchendo com milhares de pessoas as suas missas tão movimentadas.

Se olharmos o interior das igrejas evangélicas, verificaremos que mais acomodadas seriam aquelas igrejas antigas – presbiterianas, batistas, adventistas – e mais agressivas no proselitismo seriam as seitas novas. Essas revitalizaram o movimento e significam o grande salto em número de adeptos das seitas evangélicas.

Olho para o Congresso Nacional, que é o terceiro no mundo, Sr^a Presidente, em matéria de curso ininterrupto, depois dos Estados Unidos e da Inglaterra, o berço do Parlamento ocidental, que está em primeiro lugar. Em terceiro lugar, está o Brasil. O Congresso do Brasil tem mais tempo de funcionamento do que o da Suécia; do que o da Alemanha, que viveu Hitler; da Itália, que viveu Mussolini. E isso é ajudado pelo fato de que a ditadura brasileira fechou o Congresso por dois períodos muito curtos. Ela cerceou a atividade do Congresso, mas não o fechou, a não ser em dois períodos muito curtos, nos seus 21 anos de existência.

Pergunto, então, se é ou não capaz de se autopreservar, de se autodefender, essa instituição secular que é o Congresso Nacional. Será que o Congresso Nacional vai perecer no ritmo da dança da Deputada tribalista lá do mensalão? Será que nós, que somos Congressistas, vamos assistir impávidos, distantes, olímpicos, como se não estivéssemos sendo tocados na nossa própria honra de cidadãos, de Parlamentares, de homens públicos, de pessoas públicas? Não vamos estabelecer uma forma clara de renovar a nossa forma de entendimento com o povo, de entendimento com a sociedade? Vamos permitir que, de degradação em degradação, nos desmoralizemos? Até o momento em que aquilo que recebo, hoje, em dezenas, vire milhares e milhões, Senador Mão Santa, e, daqui a pouco, o povo inteiro ache que não dá para nos aturar mais, que não dá mais para aturar o Congresso, que o Congresso passe a ser desnecessário?

Está nas nossas mãos, não adianta culpar ninguém, está nas nossas mãos! O Congresso, hoje, é um

poder que se está desmoralizando a cada passo, a cada minuto, a cada complacência com a impunidade...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...a cada tergiversação diante do cumprimento do dever, a cada ritmo e a cada som de uma dança que a Deputada expressou, mas uma dança que, sem dúvida alguma, é o ritual mais obscuro de incenso ao quadro que hoje a todos nos avilta. O ritual da impunidade, o passinho dois para cá e dois para acolá de apoio ao mensalismo, isso tudo não é outra coisa a não ser a expressão do desrespeito que o Congresso Nacional está devotando a si próprio, dando razão àqueles que lá fora, até com irracionalidade, contra nós se voltam e se voltam de maneira dura.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shlessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela inscrição, à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente Serys Shlessarenko, V. Ex^a é a única mulher a fazer parte da Mesa do Senado.

Primeiramente, lembro que estamos em um Estado democrático de direito em que, se um jornal tem o direito de usar o seu poder de imprensa, como veículo de comunicação, e lançar em seu editorial que o Congresso se indisponha com o Supremo e passe a não mais cumprir decisões de um outro Poder da República, é absolutamente natural que um Ministro de Estado se contraponha a essa posição absurda. Até porque o Supremo Tribunal Federal tem tido coerência nas suas decisões, inclusive desde quando nós éramos Oposição e o Supremo tomava as mesmas decisões, Sr^a Presidente Serys Shlessarenko. Mas eu não vi jornal algum dizer que o Congresso deveria desrespeitar o Estado democrático de direito.

No Estado democrático de direito, todos têm direito de defendê-lo, inclusive o Ministro de posicionar-se contra a decisão de um jornal, que, se teve o direito de apresentar a sua posição, o mesmo direito tem o Ministro de defender que o Estado democrático de direito seja respeitado, assim como as decisões do Supremo, que têm sido coerentes há muitos anos – gostemos ou não nós delas.

Farei, aqui, um brevíssimo balanço dos bons resultados alcançados no Governo Lula. Aliás, acho que

a palavra “balanço” é até inapropriada, porque eu tenho certeza de que o tempo que me foi concedido – e que procurarei respeitar – não será suficiente para falar de todos os resultados positivos alcançados. Assim, serei mais modesta, falarei apenas de alguns pontos, alguns aspectos que configuram inequívocas conquistas da sociedade brasileira.

Começo por um dado conjuntural, mas que tem um impacto significativo exatamente na população menos favorecida. A cesta básica ficou mais barata, no mês de fevereiro, em 13 das 16 capitais que foram pesquisadas pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). Entre os produtos cujos preços tiveram queda predominante, destacam-se o tomate, a carne, o tomate, o óleo de soja e a batata, que são gêneros alimentícios de primeira necessidade.

A Pnad (Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios) de 2004 mostrou a maior redução de número de pobres, graças às políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, como o aumento do salário mínimo e as transferências de renda representadas principalmente pelo Programa Bolsa-Família.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Arthur Virgílio, já lhe concederei um aparte.

A minha felicidade é ainda maior quando constato que a retração mais expressiva foi apurada em Belém, capital do meu Estado, com a redução da taxa de miséria em 8,33%. Certamente esse resultado também é fruto colhido pelos oito anos da administração do PT, de 1997 a 2004, na capital paraense, onde tive a honra de ser Vice-Prefeita por quatro anos. Essa administração se preocupou em criar vários programas sociais voltados principalmente para a classe mais pobre e que deixaram saudades (não por muito tempo!), como o Bolsa-Escola, Banco do Povo, Escola Circo, Sementes do Amanhã e tantos outros, que, infelizmente, foram extintos ou estão funcionando de forma precária.

Como o meu discurso é muito longo, Senador Arthur Virgílio, vou-lhe conceder um breve aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora, eu gostaria de saber a opinião de V. Ex^a sobre a dança da Deputada Guadagnin. O Delúbio, ex-tesoureiro do seu Partido, disse, numa entrevista de página inteira para um jornal brasileiro, que tudo isso terminaria em dança de salão. Espero, sinceramente, que não tenha terminado em dança de plenário. Eu queria a opinião de V. Ex^a sobre a dança da Deputada, do ritual do mensalão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Senador, é esse o seu aparte? Porque V. Ex^a ainda está com o microfone levantado...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Por duas razões: uma, é que sofro de um certo descontrole motor, não faço as coisas com rapidez; e segundo, porque pode ser preciso intervir outra vez.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Tudo bem. Espero não criar aqui um debate com V. Ex^a. Concedi um aparte a V. Ex^a com todo o prazer e o respeito que V. Ex^a sabe que lhe tenho...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Lógico, estamos aqui para debater.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– ...até com carinho...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Claro, claro.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– ...independente de posições políticas diferentes que tenhamos.

A atitude da Deputada não contou com o meu apoio, é óbvio. V. Ex^a que me conhece, sabe muito bem da minha resposta...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– ...e sabe que não considero essa a melhor postura. V. Ex^a jamais viu nenhuma Senadora ou Senador desta Bancada adotar esse tipo de postura.

Acredito que há questões bem mais importantes no País a serem discutidas. São esses pontos que trago à discussão. Muitas vezes, dá-se grande importância a questões menores.

Quero fazer o registro da redução do custo da cesta básica. Essa redução – segundo pesquisa do Dieese e segundo a Pnad – foi maior na cidade de Belém. Inclusive, a redução da pobreza foi maior na cidade de Belém. Isso é importantíssimo! Redução da pobreza por quê? Porque várias pessoas, cuja qualidade de vida é considerada abaixo da linha da pobreza, tiveram sua renda elevada. E, como eu disse, a Pnad foi até 2004 e, assim, refletiu também as políticas sociais da Prefeitura de Belém, que, infelizmente, estão sendo relegadas a segundo plano; outras simplesmente foram abandonadas, literalmente abandonadas.

O único programa que existe hoje é o Bolsa-Família, do Governo Federal. Existia um programa chamado Bolsa-Escola, que era um programa da Prefeitura, Senadora Serys, que pagava inclusive um salário mínimo à família. A Prefeitura de Belém fazia o pagamento durante um ano, que poderia ser renovado por mais um ano. Esse programa acabou por completo. O Banco do Povo ainda existe, mas houve mudanças que podem,

inclusive, gerar prejuízos. Vários outros programas foram abandonados, como Semente do Amanhã, como Escola de Circo, que agregavam crianças em situação de risco, evitando até mesmo que elas fossem filmadas para documentários como aquele apresentado no Fantástico, realizado de 1998 a 2003.

Concedo-lhe um aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Ana Carepa, eu estava, atentamente, ouvindo V. Ex^a. Lembro-me sempre daquela mensagem de Ulysses Guimarães: “Ouçam a voz rouca das ruas”. Tenho ouvido muito o povo das ruas. O País ficou alarmado com a reportagem do Fantástico, à qual não assisti. Ouvi comentários de vários Senadores que a assistiram. O que se vê mesmo, na realidade, é que os ricos ficaram mais ricos. Houve, agora, a lista dos mais ricos, e o Brasil teve destaque, porque muita gente entrou nessa lista. Dos quatro Bancos mundiais que mais ganharam, três deles são do Brasil. Então, há um ledor engano: os pobres estão mais pobres, as dificuldades estão maiores. Isso ocorre, inclusive, em Belém. Estamos aqui, encantados, sobre o tapete azul, com essa luz, mas a periferia de Belém deve ser como a periferia das cidades pobres do Piauí. Não vejo diminuição da pobreza, não. Vejo a desigualdade aumentando. Todo mundo sente, Senadora Ana Júlia Carepa, que quem ganhou dinheiro foram os banqueiros. Quando digo “Prefeitinho” é porque fui Prefeitinho, logo que saiu a Constituição cidadã de outubro. Talvez, V. Ex^a tenha sido Constituinte.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Não, não fui.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A Constituição é de outubro de 1988. Governei em 1989, em 1990 e em 1991.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Em 1988, eu era apenas bancária, funcionária do Banco do Brasil.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Atentai bem para a realidade! Estou aqui porque fui um extraordinário Prefeito, tanto que, para Governador do Estado, competindo com quatro candidatos, obtive 93,84% dos votos. Vou lhe dizer por quê: porque a situação era melhor para o prefeito. Esse bolo da receita está na Constituição. Com todos os tributos que aumentaram, como o PIB, estamos massacrando o povo. Há 76 impostos, são 40%. Só de imposto, Senadora Ana Júlia, em 12 meses, quem trabalha, homem ou mulher, dá 5% para o Governo, mais os juros. Daquele bolo que está na Constituição, 21,5% eram dados para os prefeitos. E atentai bem: havia menos prefeituras. Não havia problema de menor abandonado. Digo aos que me estão ouvindo que, na minha cidade, não havia

nenhum menino de rua. A Adalgisa, sua amiga, recrutava meninos em creches. Havia também a LBA. Então, os prefeitos tinham muito, muito, muito mais dinheiro. Era esta a divisão do bolo, só para lembrar: 53% para a União, para o Planalto, para o Alvorada, hoje representado pelo Lula; 22,5% para os Governadores, que estão mais pobres, porque se aumentaram os Estados, como Tocantins e Mato Grosso; e 21,5% para os Municípios – e havia muito menos Municípios. Então, o bolo era maior. E quem serve mesmo é o prefeitinho, que está próximo. Quero dizer a V. Ex^a que, na minha cidade, Parnaíba, não havia um menino de rua. Por quê? Porque era fácil dar assistência a eles. Havia dinheiro. Esses prefeitos não são piores do que nós, não. As condições é que são diferentes. Isso é o que eu queria dizer a V. Ex^a. A Constituição é para ser obedecida, é ela que acaba com essa pobreza, com a criança pobre que mora em Belém e em outros Municípios. Os prefeitos estão sem recursos, estão pobres. Avalie os moradores que não têm trabalho!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Mão Santa, obrigada. Agradeço-lhe o aparte.

Peço a compreensão da Senadora Serys Slhessarenko, para que eu possa concluir.

Em relação a essa diminuição dos recursos, temos de lembrar que a situação existe há muito tempo. Parece que toda a história do nosso País aconteceu de 2003 para cá! Vamos lembrar que quem promoveu a maior diminuição de recursos para os Municípios foi o Governo Fernando Henrique Cardoso. Não podemos deixar que o povo perca a memória! Quem mais tirou dinheiro do Município foi o Governo FHC, foram o PSDB e o PFL juntos. Então, vamos dar a César o que é de César!

O Governo Lula, ao contrário, tem ampliado recursos para as prefeituras. O Fundo de Participação de Municípios ampliou esses recursos. Foram votadas aqui várias leis que ampliaram recursos para as prefeituras, inclusive o ISS, que tramitava neste Congresso há 14 anos, e nós o votamos há dois anos. O ITR hoje vai para os Municípios. Fomos nós que o votamos agora. A Cide, recurso para estradas, que se limitava ao Governo Federal, hoje é distribuída para Governos estaduais e para Municípios.

Portanto, não é responsabilidade deste Governo se as prefeituras receberam menos recursos. Ao contrário, o Governo está querendo, inclusive, votar o Fundeb. V. Ex^a aqui já se pronunciou várias vezes a respeito, Senadora Serys, defendendo que votássemos o Fundeb, que vai garantir, inclusive, recursos para as prefeituras, para o ensino infantil, para as creches, com as quais, hoje, as prefeituras arcam sozinhas.

Então, Senador Mão Santa, é verdade o que se diz, que diminuíram recursos para a prefeitura, mas a responsabilidade por essa diminuição não é do Governo Lula nem da carga tributária.

Mas me deixe terminar, senão ficaremos no pingue-pongue, Senador!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A Senadora Serys sabe da importância dos apartes. Estou dizendo isso, porque sinto o problema, pois fui Prefeito. V. Ex^a foi Vice-Prefeita, não é?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Isso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E, talvez, seja até Governadora do Pará agora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Neste momento, ainda não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas lhe vou dizer: no bolo de imposto, 53% eram para a União; 22,5%, para os Governadores; e 21,5%, que baixou para 14,5%, para os Municípios, e surgiram contribuições. A Cide, a CPMF, o PIS e o Pasep são impostos cujos recursos formam um bolão que não é dividido.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A Cide hoje é, Senador, agora!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Agora, é um percentual.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim, Senador, mas não fomos nós que criamos...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas, matematicamente, há outros: Cofins, Pasep...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já falei sobre isso.

Essa diminuição de recursos para a Prefeitura pode ser creditada ao Governo anterior, principalmente, e o Governo Lula os tem, ao contrário, recuperado.

A PNAD foi realizada em 10 capitais e constatou que 2,665 milhões de brasileiros deixaram de estar abaixo da linha da pobreza. Isso é exatamente o contrário do que foi dito, ou seja, que os ricos estão mais ricos e os pobres, mais pobres. Não é verdade. Pela primeira vez, no Brasil, depois de 25 anos, viu-se a pobreza diminuir.

É verdade que os lucros dos bancos ainda são grandes, mas não vamos creditar isso só à taxa de juros.

Eu sou bancária e quero dizer que, durante os oito anos do Governo anterior, os funcionários de bancos públicos, que ainda precisam recuperar muito e que ficaram com uma espada de Dâmoques sobre a cabeça, esperando a privatização, tiveram reajuste zero, porque era isso que se acreditava que valiam

os bancários de bancos públicos. Valiam zero, para o Governo Fernando Henrique, os bancários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste. Valiam zero! Foi esse o reajuste que deram para os bancários dos bancos públicos durante os oito anos do Governo Fernando Henrique, além da ameaça de privatização que, espero, se Deus quiser, não teremos mais, porque este País vai continuar olhando para a frente.

Ao contrário do que se diz, realmente diminuiu a pobreza. Diminuiu o suficiente, Senadora? É claro que não. São necessários muitos passos ainda – muitos, muitos, muitos –, mas não posso deixar de registrar a realidade que muitas vezes não é mostrada e nós sabemos por quê.

Brasileiros que tinham renda familiar **per capita** inferior ao valor necessário para atender a todas as suas necessidades básicas, como alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc, agora têm uma renda familiar suficiente para fazer frente a essas necessidades.

Em Belém, verificou-se a maior redução do número de pobres. Tínhamos, na capital do meu Estado, em 2003, 45,4% da população nessas condições; em 2004, essa proporção baixou para 40,3%. Ainda é muito, com certeza. Ainda é muito, muito mesmo, mas o importante é que a desigualdade social no Brasil, que já foi apontada como inaceitavelmente estável, revelou que não é imutável. Ao contrário, essa é uma mazela social passível de ser enfrentada mediante políticas públicas adequadas, as quais estão sendo feitas no Governo Lula.

O Brasil, que ocupava o posto de vice-líder mundial em desigualdade social, aparece, neste ano, em 10º lugar na lista dos países com maior concentração de renda, citada em estudo do Bird (Banco Mundial). Claro está que não se trata exatamente de motivo de comemorações. Não estou aqui comemorando, de forma alguma, mas temos que reconhecer que essa é a melhor classificação do Brasil, que sempre esteve nas primeiras posições, em duas décadas e meia, Senadora Serys.

Não vamos comemorar o número de pobres, mas devemos reconhecer que estamos dando passos. Este é um País de mais de 500 anos e foram necessários três anos para que os resultados desses passos comesçassem a aparecer. Aliás, como a pesquisa foi feita até 2004, trata-se de dois anos, apenas, do Governo Lula, incluindo 2003, que, todo mundo sabe, foi um ano com dificuldades.

Os fatores para a redução do grau de desigualdade são vários, mas cabe destacar a importância do aumento de cobertura dos programas de trans-

ferência de renda com condicionalidades que vêm sendo integradas paulatinamente ao Bolsa Família, como frequência à escola, atendimento à saúde e vacinas, e que já causaram redução na evasão escolar de mais de 50%. Reduziu-se o número de crianças que abandonam a escola em mais de 50%, graças aos programas.

Eu teria muitas questões para tratar. Infelizmente, Senadora, não tenho tempo, mas queria abordar um outro ponto importantíssimo: o desempenho favorável do mercado de trabalho, entre 2003 e 2004, a respeito do qual V. Exª já falou aqui, Senadora Serys. Foi registrado um aumento robusto da taxa de ocupação, que significou a criação de 2,7 milhões de postos de trabalho nesse período.

A julgar pelos dados do Caged, a expectativa da retomada do crescimento econômico tende a se confirmar, pois em fevereiro houve a maior geração de emprego já registrada no segundo mês do ano, desde 1992, mesmo que tenha havido um aumento na taxa de desemprego. Sabem por que houve um aumento na taxa de desemprego? Porque em fevereiro, pela sazonalidade, sempre há um esse aumento, mas, assim mesmo, é preciso dizer que foi a menor taxa. Por exemplo: no ano passado, o índice de desocupação caiu 0,5% em relação ao mesmo fevereiro, porque sempre nesse mês aumenta o desemprego. No entanto, neste fevereiro aumentou pouquíssimo e, ao contrário, gerou-se mais emprego. Nunca tinha sido gerado tanto emprego no mês de fevereiro, desde 1992.

Com relação às negociações salariais, segundo levantamento feito pelo Dieese, em 2005, os salários tiveram os melhores reajustes dos últimos 10 anos. Do total de 640 negociações registradas pelo Sistema de Acompanhamento de Salários do Dieese, 88% resultaram em reajustes salariais superiores ou iguais à inflação medida pelo INPC, parâmetro para as negociações.

Isso demonstra que, em 2005, os trabalhadores, públicos ou privados, melhoraram, pois 88% tiveram um reajuste igual ou maior que a inflação, ou seja, não houve perda. As coisas estão melhorando, essa é a percepção da sociedade.

A centralidade do trabalhador dentro das prioridades estabelecidas pelo Governo Lula é evidenciada também pelo aumento do salário mínimo, como já foi dito. Enquanto em dezembro de 2005 todos os jornais destacavam a antecipação do pagamento de US\$15,5 bilhões ao FMI, valor que não poderia ser usado em estradas, como muitos acreditavam que seria, porque esse dinheiro era da reserva, matéria do **Jornal do Commercio** noticiava que o Presidente Lula afirmava

que “o maior valor possível” de reajuste do salário mínimo era prioridade absoluta para fechar o Orçamento de 2006. Isso foi confirmado.

Assim, vamos ter o maior salário mínimo real de duas décadas. Segundo dados do Dieese, o salário mínimo de R\$350,00 é o que tem o melhor poder de compra dos últimos 27 anos, se for levado em conta o valor da cesta-básica. Essa foi uma decisão que beneficiou diretamente 64 milhões de brasileiros e brasileiras (24 milhões de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social, que recebem exatamente um salário mínimo, e outros 40 milhões de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social que recebem até um salário).

Eu quero destacar que, Sr^a. Presidente, além de todas essas medidas que visam a beneficiar os mais pobres, o Governo reconhece também a importância de assegurar o poder aquisitivo da classe média, sob o risco de termos uma sociedade polarizada nos extremos.

Houve correção da tabela do Imposto de Renda em 8%, a segunda já feita neste Governo, como também a possibilidade de a empregada doméstica sair da informalidade, o que também será um benefício para a classe média, porque o pagamento do INSS poderá ser descontado do Imposto de Renda.

Eu só queria, para não me alongar demais, reconhecer que ainda há muito a fazer, muito mesmo, mas está claro também que o País está melhorando, e muito. Falei, aqui, de resultados concretos com que o País avançou. Essa é uma constatação real, não somente porque se conseguiu antecipar em dois anos o pagamento da dívida sem se vender o patrimônio público, do qual 75% já estão vendidos, não posso deixar de dizer isso.

Em 1994, a dívida externa, em relação ao Produto Interno Bruto brasileiro era de 32,5%, em 2002, 57,5%! Essa é a herança maldita do Governo Fernando Henrique Cardoso para o povo brasileiro. Aumentou, quase dobrou a dívida pública. Essa é a verdade. E vendeu 75% do patrimônio deste País.

Nobres Parlamentares, não há avanço nem crescimento de um País quando o povo é ou está cético e não deposita confiança em seu dirigente. Sentimos, e as pesquisas comprovam, que o povo brasileiro acredita que o País está no rumo certo. É óbvio que há necessidade de correção de rumo em algumas questões, e sempre disse isso, inclusive em relação à política econômica, com a necessidade de baixar a taxa de juros e diminuir o superávit. Mas não podemos deixar que o País cresça para trás como rabo de cavalo. Precisamos avançar naquilo que concretamente tem ajudado principalmente os mais necessitados deste País.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela inscrição, ao Senador Alvaro Dias. Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Adorei, assim como o País, ouvir, aliás, a figura simpática da Senadora Ana Júlia Carepa, mas eu gostaria de saber o tempo que me será destinado. Pois, acima deste Regimento, está o direito igual para todos, segundo Clóvis Beviláqua, no primeiro livro do Código Civil.

Então, eu gostaria de ter esse mesmo direito.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – E eu também farei um aparte a V. Ex^a, Senador, utilizando o mesmo tempo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Será o maior prazer mantê-la aqui neste salão. V. Ex^a é a estrela que ainda brilha no seu Partido.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a paciência abusada vira fúria. Se não me falha a memória, essa frase é de Thomas Fuller.

Venho à tribuna confessar a minha incompetência. Sinceramente, não tenho a necessária competência para refletir, desta tribuna, a indignação que hoje campeia pelo País afora.

Rapidamente, acessei a Internet para verificar, nos *e-mails* que recebo, o grau de indignação do povo brasileiro diante das imagens de ontem à noite na televisão. Não sei como denominar aquele baile. Não sei como definir aquela dança. Dança macabra? A dança do ridículo, da falta de vergonha? A dança do mensalão? A dança da corrupção? Que festa era aquela, Senadora Serys Slhessarenko? Que saltitar era aquele? A dança da impunidade, da degradação moral, da falência do Poder Legislativo? Não sei se devo definir como a dança do deboche na ilha da fantasia.

Aliás, Senador Mão Santa, podemos levar os nossos filhos à Disneylândia, mas não podemos permitir que se deslumbrem com o impacto dos efeitos especiais, próprios do mundo fantasioso.

Querem transformar Brasília na ilha da fantasia. Não contem conosco, não contem com o povo brasileiro para isso. Não tenho competência, Senadora, para retratar o grau de indignação dos brasileiros relativamente a essa imagem degradada do Congresso Nacional.

Mas creio que a Câmara dos Deputados tem o dever de reagir, e talvez o apelo deva ser feito ao Presidente da Casa, Deputado Aldo Rebelo. Não há como essa “vetusta senhora” permanecer – e Jânio Quadros diria dessa forma, Senadora –, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Não sei se caberia, como forma de reagir e de responder às exigências da sociedade indignada, a instauração de um processo por quebra do decoro parlamentar. O plenário da Câmara dos Deputados não se pode transformar em palco para esse baile da indecência.

Enfim, tivemos uma triste semana, quando se desenhava a figura de um Estado policaresco, em que o Estado aparelhado provoca afronta à Constituição com a invasão da privacidade de um trabalhador modesto. Esse aparelhamento do Estado é retratado inclusive no artigo desta insuspeita articulista Miriam Leitão, que diz que o Governo Lula “está usando todo o poder do Estado contra o cidadão. Isso é inadmissível na democracia, mas previsível no Governo Lula”.

Faz referência a esse abuso inusitado contra o trabalhador Francenildo.

Diz ela:

Ontem o Governo escalou e emitiu sinais de que está usando a Caixa, o Coaf e a Polícia Federal para acuar a testemunha. O Coaf investiga as grandes movimentações financeiras. É informado automaticamente apenas de saques acima de R\$100 mil. Os valores da conta do Francenildo estão muito abaixo disso.

Portanto, o Presidente Lula é responsável por um Estado policaresco, adotando práticas fascistas, reacionárias, afrontando a Constituição do País e utilizando-se de uma estratégia própria do mundo do crime.

Senador Arthur Virgílio, já estamos acostumados a ver a marginália utilizando-se dessa estratégia de tentar desqualificar quem denuncia e quem investiga para proteger-se das acusações e das investigações. Numa inversão de valores, pretendem investigar o caseiro. Investigam-no de forma legal, usando a Polícia Federal, mas de forma autoritária, usando o aparelho do Estado clandestinamente para invadir a sua privacidade. Investigam-no na esperança de apanhá-lo em postura suspeita na conexão que pretendem com a Oposição, como se estivesse ele sendo orientado para dizer o que viu na chamada “mansão do *lobby*”, em Brasília, freqüentada pelo Ministro Antonio Palocci.

Ora, Sr^{es} e Srs. Senadores, investiguem o caseiro para valer, agora, porque conferirão a ele certamente o atestado de boa conduta. É um brasileiro que procurou cumprir o seu dever denunciando movimentações

suspeitas à margem da ética com a participação de um Ministro de Estado que tem a importância de administrar os negócios da economia nacional.

Diz Miriam Leitão:

Portanto, a hipótese levantada inicialmente, hoje totalmente desmascarada, de que precisava de tempo para buscar a informação é falsa. Visava a dar tempo à Caixa, onde o Presidente, Jorge Mattoso, arrumava tranquilamente as malas, certo da impunidade, para ir ao Japão. Quando o tempo fechou em Brasília, ele decidiu não decolar.

Aliás, o Presidente da Caixa foi intimado pela Polícia Federal ontem e não compareceu para prestar depoimento. O seu advogado não apresentou razões, pelo menos por telefone, para a ausência do Presidente da Caixa Econômica.

O caso revela a sem-cerimônia com que o Governo Lula se apossou do Estado, como se fosse seu protetorado e capitania. O Governo do PT tem mostrado uma crônica incapacidade de enxergar a fronteira entre público e privado; entre Estado e Governo.

Aliás, Senador Arthur Virgílio, desde o início das investigações, no seio das diversas CPIs, estamos constatando que o Governo confunde o que é público com o que é privado, e, ao misturá-los, não sabe distinguir. E, naturalmente, quem sofre as consequências do prejuízo são o País e o seu povo.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Isso termina, Senador Alvaro Dias, no fundo, no fundo, para sermos crus, jogando o público na privada – essa mistura do público com o privado. É muito oportuna a transcrição nos anais, que V. Ex^a faz nesse momento, do brilhante artigo de Miriam Leitão. E vamos ser bem claros também: não adianta inventarem duas sardinhas para a Caixa Econômica achando que vamos dispensar os tubarões. Não estamos nem preocupados com as sardinhas. Não vão nos convencer nem a ninguém, nem ao Lula, nem ao Palocci, de que duas pessoas, dois funcionários quaisquer da Caixa Econômica arquitetaram tudo, fizeram tudo, vazaram a informação; enfim, fizeram tudo: do planejamento intelectual até a execução. Não vão conseguir convencer ninguém. Acho bom que as duas sardinhas estejam lá, porque vamos, daqui a pouco, saber dos tubarões mandados pelas orcas. A questão do crime é saber a quem interessa o crime. Interessa ao chefe hierárquico da Caixa Econômica, o Sr. Palocci, a desmoralização do caseiro Francenildo. O outro dado é nós termos a preocupação de articular

uma frente ampla, integrada por Parlamentares decentes de todos os partidos, em defesa da reputação do Congresso Nacional, que se está desmoralizando com as agressões que sofre de fora para dentro, com a impunidade que tem legado aos mensaleiros e, até agora, de maneira bem ritualística, pela dança tribal de deboche contra as instituições democráticas feita por aquela Deputada do PT. Obrigado, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

A imagem que fica do Governo Lula, um governo esquizofrênico, é essa imagem saltitante da bailarina do deboche que se apresentou ontem no palco da Câmara dos Deputados. Essa é a imagem de um governo que, conforme diz Miriam Leitão:

(...) foi um retrocesso em inúmeros processos de aperfeiçoamento que o País vinha conquistando nos últimos tempos. O uso das agências como cabide de emprego de políticos sem mandato representou um enorme prejuízo em termos de avanço regulatório.

Essa imprecisão se alastrou [diz mais, quando trata da expressão “imprecisos limites éticos”] no atual Governo, contaminou a base partidária e deteriora as instituições brasileiras como a máxima do “fiz, mas quem não faz?” que parece imperar no governo.

E conclui Miriam Leitão:

O que está acontecendo com o caseiro Nildo é uma perturbação inaceitável do estado de direito, um desrespeito aos direitos individuais. Não é mero evento da campanha eleitoral, como os petistas afirmam. É o governo usando o Estado para ameaçar um cidadão. A democracia não tolera um fato assim.

Quero, Senadora Serys, antes de concluir, dizer que é evidente que não podemos aceitar que resolvam esse episódio do caseiro penalizando, única e exclusivamente, o servidor da Caixa Econômica Federal, que, utilizando o sistema existente, acessou as contas para revelar à opinião pública a modesta movimentação financeira daquele trabalhador, na esperança vã de “linká-lo” a procedimentos escusos, desqualificando um depoimento que foi o retrato da verdade e da convicção, sobretudo no espelho da serenidade que reproduziu na CPI ou em entrevistas coletivas o caseiro Nildo.

Ora, não basta apontar o responsável pelo acesso ao equipamento, é preciso apontar a autoridade maior responsável por essa operação criminosa. Essa questão não se esgota no plano administrativo. Não

basta a demissão de alguém. Essa questão extrapola os limites da Caixa Econômica Federal, passa pelo Ministério da Fazenda, chega à Presidência da República e vai, sim, ao Poder Judiciário. O Tribunal haverá de julgar isso. Trata-se de uma afronta à Constituição, de uma atitude deplorável que tem que ser combatida e condenada, para que não prevaleça como exemplo. É evidente que nós temos que levar aos tribunais os principais responsáveis por esse episódio. Eles não estão localizados na superintendência de redes, que se instala ali, no prédio central, na sede da Caixa Econômica Federal. Eles estão, sim, no andar superior, no gabinete da Presidência e certamente além daquele gabinete, porque essa foi uma operação do Estado policesco comandado pelo Presidente Lula.

Diante da indignação do povo brasileiro, neste final de semana em que se instalou um verdadeiro circo de horrores em Brasília, queremos lamentar tudo isso.

Henry Kissinger disse certa vez que 90% dos políticos colocam sob suspeita os 10% restantes. É lamentável constatar que Henry Kissinger provavelmente estava dizendo a verdade ao se referir a outro país. Certamente, sua afirmação tem muito sentido nesta hora que estamos vivendo no Brasil. Que nos perdoe o povo brasileiro. Não sei se basta pedir perdão; ou sei, não basta pedir perdão: é preciso reagir em nome daqueles que ainda adotam a postura da dignidade.

Com a permissão da Presidenta, concederei o aparte que não poderia faltar do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A Presidenta é muito generosa, tem sensibilidade política e responsabilidade administrativa.

Posso usar a palavra, Sr^a Presidenta?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, a partir do momento em que o orador concede o aparte, fica concedido.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É porque nós todos, ele e eu, somos submissos a V. Ex^a, que representa a grandeza da mulher brasileira. V. Ex^a fica bem na Presidência. A história se repete. Eu comentava com o extraordinário Líder Arthur Virgílio que, nos idos de 1967, eu estava no Maracanã – e atentai bem para a gravidade do assunto que o Senador Alvaro Dias traz: reputação – quando houve a revolução, porque caiu aqui o crédito, isso aqui caiu no ridículo. Atentai bem! Senador Arthur Virgílio, eu estava no coração da Pátria, no Maracanã. Eu fazia residência em cirurgia. No Maracanã, naquele tempo, todo o mundo tinha aqueles pequenos rádios de pilha – naquele tempo, era como computador. Eu não tinha, pois médico residente ganhava pouco. Havia o que chamávamos de

“a boca do mundo”, um alto-falante que dava notícias. Entretido com o jogo, eu não prestei atenção. Quando vi, foi um alvoroço. Nunca vi um entusiasmo como aquele! O Maracanã, lotado, eu sem um rádio, e todo o mundo pulando, gritando. Aí, depois, fui entender. Sabem qual foi a notícia? “Presidente Humberto Castelo Branco acaba de fechar o Congresso Nacional”. Euforia. Eu estava presente. Então, vamos zelar – V. Ex^a traz o tema mais importante – pela honra, pela reputação, pela moral desta Casa, porque poderá o povo voltar a cantar o fechamento disto, porque, de corrupção em corrupção, de indignidade em indignidade, de ridículo em ridículo, a opinião pública pode dar os aplausos para o fechamento deste Congresso. V. Ex^a traz um assunto muito sério. Entendo simples isso aí. Primeiro: mentira. Se esse Palocci mentiu, ele tem de sair. Aprendi do meu pai, que está no céu. Ó, Lula, não sei para onde Vossa Excelência vai, mas meu pai, ao som das chibatadas, para me educar com seu cinturão, dizia: “Não minta. Quem mente rouba”. Acho isso uma assertiva. E mais: lá, no Piauí, entende-se que Congresso não é lugar para ladrão. Se há ladrão aqui, devemos mandar para a cadeia!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem razão: quem mente rouba. Aqui, mentem e roubam. Portanto, roubam duas vezes. Aliás, Senador Mão Santa, não podemos, de forma alguma, admitir a hipótese de fechar o Congresso Nacional. Mas, sem dúvida, o Maracanã lotado, provavelmente, hoje, aplaudiria o fechamento do Congresso, e isso é dramático, Senador Arthur Virgílio. Chega às raias do absurdo admitir que esse fato poderia ocorrer no Brasil, tal a desmoralização do Congresso Nacional.

A “dança da pizza” ontem retratava a alegria de alguém que se coloca como a advogada dos culpados, a advogada dos envolvidos em corrupção, a advogada do demônio. Na verdade, aquela cena é apenas um retrato do que está ocorrendo no Parlamento brasileiro. A absolvição de Parlamentares envolvidos no escândalo do mensalão depõe contra a imagem do Congresso Nacional, já arrebatada por tantos escândalos. É a preservação daqueles que se envolveram em corrupção em detrimento da imagem do Congresso Nacional, que deve ser construída com a sustentação da bandeira da ética acima de tudo.

Muito obrigado.

Desculpe extrapolar o tempo, mas é uma forma bastante modesta de alguém que se confessa incompetente para retratar, da tribuna, a indignação do povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar da TV digital, mas, antes de mais nada, informo à Casa que estou protocolando junto à Mesa requerimento solicitando que o Coaf investigue a origem do dinheiro recebido pelo Presidente Lula por parte do Sr. Paulo Okamoto. Foram R\$29.436,26, portanto mais que os R\$25 mil recebidos do seu pai pelo caseiro Francenildo. Se o Coaf se abriu para fazer uma investigação, não se vai fechar para fazer a outra, porque não vamos deixar.

Não se entende a demora do Governo em resolver a questão da TV digital. Não é possível que continue impedindo o País de usufruir os benefícios da tecnologia num dos setores de maior interesse popular: o da televisão. Para o povo, a principal fonte gratuita de informação e de lazer é a televisão. Com a TV Digital, o telespectador receberá em casa imagem de muito melhor qualidade, com nitidez de cinema.

A TV digital é uma fantástica maravilha tecnológica. Seu sistema de transmissão por código binário é o mesmo utilizado nos computadores. No atual sistema analógico, a imagem é formada na tela por um feixe de elétrons emitido por um grande e pesado tubo. No sistema digital, são ativados minúsculos sinais luminosos na tela. A imagem é nítida. Além disso, a TV digital permite a interatividade, a comunicação em via de mão dupla entre o telespectador e a emissora.

Por que não proporcionar logo isso ao povo, senhores do Governo?

Não há mais questões técnicas a resolver. O assunto vem sendo exaustivamente debatido desde 1998, quando, ainda sob o Governo Fernando Henrique Cardoso, do qual honrosamente participei, foi implantada a digitalização em outros setores, como os da telefonia móvel e da televisão por assinatura.

Tudo está maduro para a decisão. As dúvidas sobre que sistema atenderia melhor aos interesses do País – se o padrão norte-americano, se o europeu, se o japonês, ou se seria melhor o Brasil desenvolver sistema próprio – estão hoje definitivamente afastadas. Para mim, o sistema japonês é o que melhor atende aos nossos interesses.

Já disse isso aqui mais de uma vez. Disse que esse era o melhor sistema para a minha região amazônica, para a nossa Amazônia, pois levaria a televisão aberta, gratuita, a todos os seus rincões. A Rede Amazônica de Televisão, que tem sede no meu Estado e se espalha por toda a Amazônia ocidental, mais Amapá,

e é vista pelo satélite AmazonSat por telespectadores de todo o País, tem 202 repetidoras espalhadas pela área e já está pronta para operar com televisão digital. Pronta, portanto, para levar essa imagem de alta definição a toda a vastidão da região mais estratégica do País.

Se dúvidas restassem ainda quanto ao melhor sistema para o Brasil, elas foram afastadas ou teriam sido afastadas – e para mim foram afastadas – pelo comunicado que dez importantes redes de televisão publicaram nos jornais de ontem. São elas: a Band, a Cultura, a Globo, a Record, a Rede TV!, a Rede Vida, o SBT, o Canal 21, a CNT e a Rede Mulher.

Depois de informar que dedicaram vários anos ao estudo da questão, ao lado de diversas universidades brasileiras, essas empresas afirmam que “o sistema ISDB-T, desenvolvido no Japão, com os aperfeiçoamentos criados pelos cientistas nacionais, é **o único sistema que garantirá, gratuitamente, a todos os brasileiros todos os benefícios da televisão digital**”.

Para mim, essa era e é a questão fundamental: **a gratuidade da televisão digital**, para atender, democraticamente, a todas as camadas da nossa população. Não podemos ter no País uma televisão digital restrita a apenas uma parcela privilegiada, que pode pagar para receber os sinais. Muito menos na minha região, onde grande parte da população é pobre e heterogeneamente espalhada pelo vasto território.

O sistema japonês, afirmam as empresas subscritoras do comunicado de ontem, proporciona os benefícios da televisão digital, gratuitamente, a todos os brasileiros. Os outros dois sistemas – o europeu e o norte-americano – pelas informações que obtive, não ofereceriam a mesma e indispensável vantagem. Acarretariam custos para os telespectadores, Sr^a Presidente.

Uma objeção que se faz ao padrão japonês é de que ele só é utilizado naquele país e que, adotando-o, o Brasil ficaria “isolado”. Isso poderia levar a pensar que o Brasil ficaria privado de receber transmissões de sinais e programas de televisão digital gerados em outras partes do mundo. Informam, porém, os especialistas que isso não ocorrerá. O “isolamento” a que se referem teria relação apenas com equipamentos, o que é outra questão, nada a ver diretamente com a transmissão de imagens.

O sistema japonês teria, ainda, outra vantagem: admitiria prazo mais longo do que o europeu e o norte-americano para a transição do sistema analógico para o digital, mais adequado, portanto, para um país pobre como o Brasil, uma vez que o televisor atual não

precisaria ser imediatamente substituído. Ele poderia captar a transmissão digital mediante um conversor cujo preço médio giraria em torno de R\$400,00 e poderia ser adquirido de acordo com a disponibilidade de cada cidadão, de cada cidade.

Atenderia, também, às exigências do Governo, **de possibilidade de transmissão em alta definição, mobilidade** (televisor em veículos em movimento) e **portabilidade**, ou seja, a possibilidade de a imagem chegar a aparelhos de telefonia celular. Seria ainda o único a possibilitar a chegada de sinal forte em qualquer ponto de uma cidade de relevo acidentado, como o Rio de Janeiro, ou com muitos prédios altos, como São Paulo.

Volto a insistir em que o importante, sobretudo para a Amazônia – e aqui, como já disse anteriormente, faço o que Tolstoi aconselha: “Para ser universal, canto minha aldeia” – é que a TV digital contemple sobretudo a televisão aberta, para que, democraticamente, possa beneficiar a todos, Senadora Ana Júlia, e não apenas uns poucos que têm acesso à televisão paga. Na Amazônia, a transmissão por televisão paga implicaria a exclusão de grande parcela da população desse benefício tecnológico.

Diante da manifestação praticamente unânime das empresas de televisão, não há mais por que se protelar a decisão.

Sr^a Presidente, anexo a meu discurso o texto “Comunicado”, das grandes redes de televisão do País, a que me referi no início deste pronunciamento.

Muito obrigado, era o que tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

TV DIGITAL: EMISSORAS JÁ FIZERAM A OPÇÃO; O BRASIL ESPERA A DECISÃO

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se entende a demora do Governo em resolver a questão da TV digital. Não é possível que o Governo Lula continue impedindo o País de usufruir os benefícios da tecnologia num dos setores de maior interesse popular: o da televisão. Para o povo, a principal fonte gratuita de informação e de lazer. Com a TV digital, o telespectador receberá em casa imagem de muito melhor qualidade, com nitidez de cinema.

A tevê digital é uma maravilha tecnológica. Seu sistema de transmissão, por código binário, é o mesmo utilizado nos computadores. No atual sistema, analógico, a imagem é formada na tela por um feixe de elétrons emitido por um grande e pesado tubo. No sistema

digital, são ativados minúsculos sinais luminosos na tela. A imagem é nítida.. Além disso, a televisão digital permite a interatividade, ou seja, a comunicação em via de mão dupla entre o telespectador e a emissora.

Por que não proporcionar logo isso ao povo?

Não há mais questões técnicas a resolver. O assunto vem sendo exaustivamente debatido desde 1998, quando, sob o Governo Fernando Henrique Cardoso, do qual honrosamente participei, foi implantada a digitalização em outros setores, como os da telefonia móvel e da televisão por assinatura.

Tudo está maduro para a decisão. As dúvidas sobre que sistema atenderia melhor aos interesses do País – se o padrão norte-americano, se o europeu, se o japonês, ou se seria melhor o Brasil desenvolver sistema próprio – estão hoje definitivamente afastadas. O sistema japonês é o que melhor atende aos nossos interesses.

Já disse isso aqui mais de uma vez. Disse que esse era o melhor sistema para a nossa Amazônia, pois permitiria levaria a televisão aberta, gratuita, a todos os seus rincões. A Rede Amazônica de Televisão, que tem 202 repetidoras espalhadas pela área, está pronta para operar com a televisão digital, pronta para levar essa imagem de alta definição a toda a vastidão da Amazônia.

Se dúvidas restassem ainda quanto ao melhor sistema para o País, elas foram afastadas pelo comunicado que dez importantes redes de televisão publicaram nos jornais de ontem. São elas: a Band, a Cultura, a Globo, a Record, a Rede TV!, a Rede Vida, o SBT, o Canal 21, a CNT e a Rede Mulher.

Depois de informar que dedicaram vários anos ao estudo da questão, junto com diversas Universidades brasileiras, essas empresas afirmam que “o sistema ISDB-T desenvolvido no Japão, com os aperfeiçoamentos criados pelos cientistas nacionais, é o único sistema que garantirá, gratuitamente, a todos os brasileiros todos os benefícios da televisão digital”.

Para mim, essa era e é a questão fundamental: a gratuidade da televisão digital, para atender, democraticamente, a todas as camadas da população. Não podemos ter no País uma televisão digital restrita apenas a uma parcela da população que pode pagar para receber os sinais. Muito menos na minha Região, onde grande parte da população é pobre e heterogeneamente espalhada pelo vasto território.

O sistema japonês, afirmam as empresas subscritoras do comunicado de ontem, proporciona os benefícios da televisão digital, gratuitamente, a todos os brasileiros. Os outros dois sistemas – o europeu e o norte-americano – pelas informações que obtive, não

ofereceriam a mesma e indispensável vantagem. Acarretariam custos para os telespectadores.

Uma objeção que se faz ao padrão japonês é de que só é utilizado naquele país e que, adotando-o, o Brasil ficaria “isolado”. Isso poderia levar a pensar que o Brasil ficaria privado de receber transmissões de sinais e programas de televisão digital gerados em outras partes do mundo. Informam os especialistas que isso não ocorrerá. O “isolamento” a que se refere teria relação apenas com equipamentos, o que é outra questão. Nada tem a ver diretamente com a transmissão de imagens.

O sistema japonês teria ainda outra vantagem: admitiria prazo mais longo que o europeu e o norte-americano para a transição do sistema analógico para o digital. Mais adequado, portanto, para um País pobre como o Brasil, uma vez que o televisor atual não precisaria ser imediatamente substituído. Ele poderia captar a transmissão digital mediante um conversor cujo preço médio giraria em torno de R\$ 400 e poderia ser adquirido de acordo com as disponibilidades de cada um.

Atenderia também às exigências do Governo, de possibilidade de transmissão em alta definição, mobilidade (televisor em veículos em movimento) e portabilidade, ou seja, possibilidade de a imagem chegar a aparelhos de telefonia celular. Seria ainda o único a possibilitar a chegada de sinal forte em qualquer ponto de uma cidade de relevo acidentado, como o Rio de Janeiro, ou com muitos prédios altos, como São Paulo.

Volto a insistir em que o importante, sobretudo para a Amazônia – e aqui, como já disse anteriormente, faço o que Tolstoi aconselha: *para ser universal, canto a minha aldeia* – é que a TV digital contemple sobretudo a televisão aberta, para que, democraticamente, possa beneficiar a todos e não apenas uns poucos que têm acesso à televisão paga. Na Amazônia, a transmissão por televisão paga implicaria a exclusão de grande parcela da população desse benefício tecnológico.

Diante da manifestação praticamente unânime das empresas de televisão, não há mais por que se protelar a decisão.

Sr. Presidente, anexo ao meu discurso o texto do comunicado a que me referi.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COMUNICADO

O país tem assistido a um amplo e democrático debate sobre o sistema digital a ser adotado pela televisão brasileira.

Isto é saudável.

Mas não se pode esquecer a questão fundamental – o que está em jogo, objetivamente, é uma só definição: *qual é o melhor modelo de televisão para o Brasil.*

Nada pode justificar que o brasileiro seja privado de usufruir, gratuitamente,

de uma televisão com imagem e som de alta qualidade, que possa ser assistida em movimento, em aparelhos portáteis e que ofereça opções de interatividade para o telespectador obter informações, serviços e diversão adicionais à programação exibida, usando apenas o seu controle remoto.

É neste sentido que nós, representantes do setor de comunicação social, que temos responsabilidades perante a sociedade, disciplinadas pela Constituição Federal, nos dedicamos, por vários anos, a estudar esta questão e, junto com diversas universidades brasileiras, podemos afirmar que o sistema ISDB-T desenvolvido no Japão, com os aperfeiçoamentos criados pelos cientistas nacionais, **é o único sistema que garantirá, gratuitamente, a todos os brasileiros todos os benefícios da televisão digital.**

Diante das manifestações de outros setores sobre essa escolha, nos sentimos no direito e no dever de externar publicamente a nossa opinião. Esta decisão é urgente. O tema vem sendo estudado pelo Governo, universidades, a Sociedade de Engenharia de Televisão e Telecomunicações e radiodifusores, desde 1998.

Não faltam elementos para a tomada de decisão. A digitalização de outros setores, como a telefonia móvel e a televisão por assinatura, já foi implantada desde 1998. Não faz sentido que a TV livre e gratuita fique condenada ao atraso tecnológico e impedida de oferecer televisão de alta definição, de graça, ao povo brasileiro. Hoje, isso só pode ser oferecido pelos demais setores àqueles que podem pagar. Temos certeza de que o Governo Brasileiro tomará sua decisão com a urgência que o assunto exige em benefício da sociedade brasileira, que merece continuar a ter acesso, livre e gratuito, a uma das melhores televisões do mundo. Esta televisão que é e deve continuar a ser fator decisivo de promoção de desenvolvimento econômico, de inclusão social e de fortalecimento da identidade e coesão nacionais.

Televisão Digital - 100% Brasil. 100% grátis.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Arthur Virgílio. Está deferida sua solicitação de transcrição do documento, na forma do Regimento.

Concedo a palavra, pela inscrição, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Saúdo a Senadora Serys Slhessarenko, que preside com muita elegância esta sessão de sexta-feira, 24 de março; as Senadoras e os Senadores; os brasileiros e as brasileiras aqui presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação.

Senador Arthur Virgílio, “Deus escreve certo por linhas tortas”. Atentai bem, brasileiros!

O pai de V. Ex^a era do PTB, não era, Senador Arthur Virgílio? Entrou no MDB, foi cassado aqui. “Árvore boa dá bons frutos”, isso está também no livro de Deus. “Deus escreve certo por linhas tortas.” O MDB, que veio do PTB, do Trabalhismo do Vargas, comemorou ontem 40 anos. Represento, Senador Arthur Virgílio, o PMDB de verdade, o PMDB de vergonha. Atentai bem, Arthur Virgílio, meditai: são 40 anos!

Ontem, o Senado fez uma reunião. Esse Partido de tanta história nos trouxe a redemocratização, enfrentou os canhões. Deu-nos Ulysses, que Deus encantou lá no fundo do mar; Teotônio Vilela, que, moribundo, pregava a democracia; Tancredo, que se imolou; Juscelino, humilhado e cassado aqui.

Senador Arthur Virgílio, o Partido fez 40 anos ontem. Esse Partido tem mais de oitenta Deputados federais, Senadora Serys Slhessarenko, mais de 22 Senadores, nove Governadores, mais de mil Prefeitos, oito mil Vereadores e mais de dois milhões de filiados.

Ontem, deu-se a sessão comemorativa dos 40 anos do PMDB, e, Senador Arthur Virgílio, Deus me permitiu não estar nela. Sou do PMDB do povo, da história, da vergonha e da verdade. Para preencherem aqui – é a vergonha! –, foram buscar nos gabinetes funcionários, faxineiros e serventes. Apreendi que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. Foi a isso que levaram e que estão levando o nosso PMDB.

Ouviu-se a voz vibrante e emocionada de Ramez Tebet e de Pedro Simon, tentando reconduzir, reaproximar o PMDB com o compromisso com o povo, por uma candidatura própria. Não entendo por que um Partido desse tamanho, com tantas pessoas que se julgam capazes, Senador Arthur Virgílio, não adota a postura de Rui Barbosa diante da repetição da história. No início da República, os militares queriam perpetuar-se – Marechal Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto – e convidaram Rui Barbosa a permanecer

como Ministro. Atentai bem, Senador Arthur Virgílio! Deram a Rui Barbosa a chave do cofre, o Ministério da Fazenda, mas ele disse: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério!”. Estão trocando as convicções de todos nós, que fizemos a democracia, que fizemos o MDB, o Partido que enfrentou os canhões da ditadura, mas que se está enlameando na corrupção. Ulysses nos ensinou que a corrupção é o maior mal da democracia.

Portanto, esperamos que meditem aqueles que fizeram a história, aqueles militantes, os Vereadores, os Prefeitos, os delegados, os suplentes de delegados, os que se aproveitaram do Partido como uma avenida para chegar ao poder. Como no passado surgiu o movimento do MDB Autêntico, que surja agora o movimento do MDB de verdade, do MDB de vergonha, do MDB que não se vende. É isto o que esperamos: que o PMDB continue ligado ao seu compromisso com o povo, que é a razão de ser do PMDB. Foi tendo isso em mente que Ulysses disse: “Ouçam a voz rouca das ruas”.

Quem está na rua é o povo, que é a destinação correta do nosso Partido. Não entendo esse desserviço à democracia. Não entendo que os vendilhões não tenham condições de se apresentar numa convenção e de disputar. Estou falando de um Partido que tem em seus quadros dois ex-Presidentes da República que cumpriram suas missões em momentos difíceis, Sarney e Itamar.

Dois jovens ofereceram sua coragem e sua inteligência e saíram por aí dando ensinamento a todos os traquinos que estão a vender o PMDB por posições. Essa é a verdade.

Senador Arthur Virgílio, está no livro de Deus que casa dividida é facilmente derrubada. Abraham Lincoln, inspirado nisso, disse: “este país não pode ser metade livre e metade escravo”. Daí, nos Estados Unidos, a federação está forte.

Voltemos ao PMDB. O resultado é que a Câmara está digladiando quem é o Líder. Aqui, somos 22. Não há esse negócio de unidade, não. Arthur Virgílio, aqui a disputa está doze a dez; somamos nomes para tentar até destituir o Líder. Essa é a verdade. Estão enganando o Lula. Não vão levar o PMDB a nada.

E o Lula e o PT estão fazendo um estupro na democracia. Estupro, Senador Arthur Virgílio, é aquele crime odioso em que se pega uma mulher, que se leva para a cama e se força a ter relação sexual. É um dos mais... Até nos cárceres não é perdoado pelos bandidos. E o que se está fazendo é um estupro da democracia. O PT, por intermédio do Lula, quer casar, quer juntar o PMDB com ele; casar para ir para o leito nupcial da eleição, para o banquete da democracia.

Nós não queremos esse pesadelo. Não queremos! É isso que vocês querem? A corrupção, a cueca, dólar, a sem-vergonhice, a falta de ética? Nós não queremos. Estão vendendo o que não vão levar. Não vão!

O PMDB de verdade vai às convenções. Estão aí os dois nomes. Garotinho ganhou e está aí, um homem de luta. Não venham com essa... Atacar é bom. Por que não enfrentaram, palhaços do PMDB? Por que não enfrentaram, diante dos militantes, as convenções? Frouxos, traidores! Por que não se apresenta um nome desses, que tem mais dignidade para convenção, para ser julgado pelos convencionais, pelas bases, pelos militantes? Senador Arthur Virgílio, eles estão sendo vaiados aí fora. Por quê? Esses deviam ir e assumir esse compromisso.

Não existe esse negócio. Somos uma Federação. Esse negócio de dizer que é partido de ilhas... Ilha é uma ova! O partido é da Federação. A Federação é um pacto dos Estados com o comando da União. Nós passamos... Isso é ignorância!

Senador Arthur Virgílio, é como capitania hereditária: um PMDB daqui, um PMDB dali. Que negócio é esse? Foi nos primórdios que Portugal, vendo esta Pátria, mandou ocuparem-na. E pagamos caro por isso, porque, às vezes, justamente pessoas envolvidas com mau comportamento e que tinham dinheiro vinham para o Brasil. Querem voltar à capitania hereditária. Que desserviço! Que indignidade! Que falta de vergonha!

Depois, na história, evoluímos: o Governo Geral, a República, a Federação, o pacto. Senador Arthur Virgílio, isso não existe, como os cartolas estão pregando, mentindo, desonrando.

(A Sr^a Presidente faz soar campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Faltam quantos minutos para meia hora?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a tem, pelo horário previsto, mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não! O direito é igual para todos. A encantadora Senadora Ana Júlia Carepa usou trinta minutos. Eu somei. Mas eu queria até mais. Gostaria que V. Ex^a voltasse...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador, continue o seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Carreiro, a que horas comecei a falar?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Exatamente às 12 horas. Já prorroguei cinco minutos e estou prorrogando mais.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Prorroque para as 12 horas e 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Então, continue falando.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Aqui, *soamente* Deus. O PT já basta querer tirar a presença do PMDB no banquete da democracia, que é uma eleição, mas da tribuna vai ser difícil. Estou aqui porque estou defendendo o PMDB. Estou por ele, porque era um grandioso partido, e foi ele que me trouxe até aqui.

Eu disse certas profecias, Senador Arthur Virgílio. Eu dizia que, desse núcleo duro, nenhum iria entrar aqui. Eu disse isso há três anos. Eu sabia a psicologia.

Queremos a nova geração, essa mocidade conscientizada de que a democracia é do povo, que foi quem a construiu das ruas, gritando: liberdade, igualdade e fraternidade! Derrubaram-se todos os reis para isso. Não vai ser diferente aqui no Brasil.

Estamos aqui para esse PMDB ser forte, para que venham outros, Senador Arthur Virgílio, assim como cheguei aqui. Isso só vai acontecer se esse Partido for grande e acreditado. Não confundam popularidade com credibilidade. Se rasgarem o PMDB, ele perderá essa credibilidade.

Digo isso de cátedra. Na última convenção, votei em Requião para ser o candidato a Presidente. Não participei da negociação. Senadora Serys, tenho meus conceitos: entendo que partido político não é lugar para bandido, não é lugar para ladrão. Daí queremos o melhor para o PMDB. Que ele venha para ser julgado pelo povo, em sua credibilidade e grandeza, e não fuja.

Ouçõ o aparte do Senador Arthur Virgílio, que revive aqui a história de seu pai, que sofreu na ditadura e que o MDB fez voltar à democracia.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa. No aparte a V. Ex^a, registro que cheguei a ser Deputado Federal pelo PMDB, ainda no período do regime autoritário; fui filiado ao MDB e eleito Deputado Federal pelo PMDB. Um Partido com quarenta anos, com muita história, com forte enraizamento na memória popular e no cotidiano da nossa gente, o PMDB é visto por meu Partido com muito respeito, e, por isso, não nos intrometemos na luta interna que imaginamos faça parte do jogo político e democrático desse Partido. Mas digo a V. Ex^a, quando registro também os meus parabéns – perdi, infelizmente, a sessão de homenagem ontem – pelos quarenta anos do seu PMDB – Partido que já foi meu quando representava a grande frente democrática contra o regime de força –, que o PSDB está pronto para, no primeiro turno, confrontar-se democraticamente com o candidato que seu Partido escolha e que, havendo segundo turno, não teríamos dificuldade alguma de estarmos juntos. Creio que essa é uma proposta a ser levada com muita seriedade. Estamos prontos para o entendimento em favor de um País que seja livre, sem sigilos quebra-

dos ilegalmente, justo, sem perseguições a caseiros, enquanto os mandarins da corrupção estão soltos; um País fraterno, sem o aparelhamento da máquina de Estado, como estamos vendo hoje; um País, enfim, que se pareça com os sonhos de V. Ex^a e com os meus sonhos. Muito obrigado. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação de V. Ex^a, que representa muito neste momento da democracia e em seu passado tem a história de seu pai.

Quero dizer que, dessa convenção difícil, complicada, saiu um candidato: Anthony Garotinho. Ninguém pode negar a sua vida, a sua luta.

Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a sabe por que esse apelido? A inveja e a mágoa corrompem os corações. Os cartolas que estão vendendo o PMDB têm inveja e mágoa porque não têm o povo. Esse apelido se deve ao fato de ele, menino, aos quinze anos, ter trabalhado como radialista. Que exemplo bonito! Naquela época, diziam-lhe: “Vai lá, garotinho, entrevistar aquele jóquei!” Tudo isso aos quinze anos, muita luta!

Perdeu eleições, ganhou eleições. Foi Vereador, foi Deputado, foi Prefeito da sua cidade por duas vezes – o que é importante – e Governador. Renunciou; entregou ao PT. Candidatou sua mulher e ela ganhou. Isso no Estado mais importante do País, o Rio de Janeiro – São Paulo pode ter um pouquinho mais de dinheiro, mas história tem o Rio. Fiz minha pós-graduação no hospital dos Servidores do Estado.

Ontem, Senador Arthur Virgílio, eu não estava aqui. Deus escreve certo por linhas tortas. Se estivesse, ficaria constrangido. O PMDB fez 40 anos, mas cadê a festa? Cadê os Líderes? O Partido tem dois milhões de filiados, oito mil Vereadores, mil Prefeitos, nove Governadores, 82 Deputados Federais, milhares e milhares de Deputados Estaduais, 22 Senadores. Cadê a festa? Olhem o que estão construindo. Deixem o PMDB entregue àqueles que tem o ideal da democracia.

Senadora Serys Slhessarenko, estou encantado por olhar V. Ex^a. Gosto daquela novela Belíssima. V. Ex^a está empatando ou ganhando daquelas atrizes. Terá de me aturar, porque vou igualar ao tempo da Senadora Ana Júlia Carepa, do PT. Faltam três minutos, o suficiente para eu dizer e repetir o que disse desta tribuna com a grande decepção daquela medida provisória que tirava dinheiro dos aposentados, dos velhinhos. Não vai haver mais ninguém aposentado. Eu sou médico.

Olha, quem começa a trabalhar cedo é pobre – rico fica parado –, com nove, dez anos. Chegar a 65 anos? Jamais! Eu sou mecânico de gente, sou médico. Uma máquina que foi construída, o automóvel, na inspiração dos engenheiros da máquina humana. Não tem a gasolina? É o alimento. Não se movimenta? Uma máquina de ferro dura cinco, dez anos. A máquina

humana vai de 10 anos a 65 anos. Trabalhar 55 anos para se aposentar? Jamais! Está com a coluna toda quebrada. Então, acabou! Foi a pior praga!

Diante daquela medida provisória arrasadora, eu podia ter me vendido! Eles tentaram me comprar! Eu podia ter votado calado, escondido, mas fiz questão de votar aberto. E repito que três coisas só fazemos uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT.

Não, mas a democracia não tem nada com V. Ex^a e com o PT. Foi o povo. E na democracia temos a sagrada esperança da alternância do poder. E, para isso, queremos o PMDB participando para que o povo, soberano, decida os destinos da Pátria.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mão Santa.

O Sr. Senador Papaléo Paes, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, João Batista Motta, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Paulo Octávio e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Evento da FAO vira pré-campanha de Rossetto no Sul”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 6 de março do corrente.

A matéria fala sobre a 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizada em Porto Alegre na última semana. Mais um fiasco patrocinado com recursos do governo brasileiro. Do total de 188 países esperados, só 81 confirmaram a presença. A figura mais esperada e anunciada pelo material de divulgação, o Presidente Lula, não compareceu, viajou para a Inglaterra. O evento foi útil, porém, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que também será candidato nas próximas eleições. A Conferência, que foi idealizada para a divulgação e o debate de questões relacionadas ao desenvolvimento agrário, serviu apenas para antecipar sua campanha eleitoral.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Evento da FAO vira pré-campanha de Rossetto no Sul

Ministro deixa cargo neste mês para disputar vaga no Senado, mas enfrentará críticas do MST a sua gestão

Roldão Arruda

O fiasco ronda a 2.ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), que começa hoje, em Porto Alegre, patrocinada pelo órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com recursos do governo brasileiro. Do total de 188 países esperados, até ontem só 81 tinham confirmado participação. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a figura mais anunciada no material de divulgação, não vai participar da cerimônia de abertura, às 15 horas de hoje. De viagem para a Inglaterra, será substituído pelo vice, José Alencar.

Por outro lado, a ideia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de usar o evento para divulgar as suas realizações também pode fracassar. Na terça-feira, o Movimento dos Sem-Terra (MST) divulgará entre os participantes do encontro um relatório no qual afirma que houve mais retrocessos do que avanços na reforma agrária em três anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Entre os destaques do relatório do MST estarão os resultados pífios obtidos no Rio Grande do Sul, terra do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart. As quase 2 mil famílias que estavam acampadas no Estado em 2003 ainda continuam sob a lona, segundo Egidio Brunetti, da direção nacional do MST e da coordenação internacional da Via Campesina. "Para inflar os números, o Incra chegou a contabilizar

zar pessoas que mudaram de um acampamento para outro."

Os problemas de organização aumentaram as suspeitas de que a conferência teria sido organizada para servir como coroamento da atuação de Rossetto à frente do MDA e de antecipação da campanha eleitoral. Filiado ao PT, ele está se desligando neste mês do governo, para concorrer a uma vaga no Senado, pelo Rio Grande do Sul. Em 2002, ele foi candidato a vice-governador do Estado na chapa de Tarso Genro (PT), que acabou derrotado nas urnas por Gerardo Rigotto (PMDB).

INEXPRESSIVA

As desconfianças já existiam pe-

Lula, a figura mais anunciada na divulgação, não estará presente

lo fato de Porto Alegre ter sido a capital escolhida para sediar o encontro; pela pressa com que foi organizado, contrariando sugestões de setores da FAO para que ocorresse em junho; e pela falta de interesse no cenário internacional por esse tipo de debate. A última vez que a ONU organizou uma conferência sobre reforma agrária foi há 27 anos.

De lá para cá a organização só perdeu prestígio, segundo observações do deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que precedeu Rossetto no Desenvolvimento Agrário. "Por falta de interesse dos governos, que deixaram de enviar recursos para a FAO, e pelas mudanças no cenário agrícola internacional, com

a expansão do agronegócio e a reorganização da produção, a organização tornou-se completamente inexpressiva", disse. "Tudo indica que o evento tem um efeito exclusivamente midiático, uma espécie de chance-la ou de carinho às realizações do ministro e candidato."

Jungmann também observou que o atual governo não tem o que comemorar na área da reforma agrária. "Em três anos, o PT não fez nenhuma mudança legislativa importante nesta área", afirmou.

"Como na economia, tudo que fizeram foi clonar o que o governo Fernando Henrique já vinha fazendo e eles combatiam com estardalhaço na oposição. Um exemplo foi a municipalização do Imposto Territorial Rural, o ITR. Quando propusemos isso, o PT quis pôr o mundo abaixo. E agora eles aprovaram", registrou. "Outro exemplo foram os programas do Banco da Terra, com recursos do Banco Mundial, que eles tanto criticavam, mas mantiveram."

Paralelamente à conferência da FAO, está sendo realizado em Porto Alegre um fórum da sociedade civil denominado Terra, Território e Dignidade. Reúne principalmente delegados da Via Campesina, organização internacional representada no Brasil pelo MST.

Segundo o hondurenho Rafael Alegria, que faz parte da direção da Via e coordena a Campanha Global pela Reforma Agrária, o fórum paralelo deve produzir um documento com críticas à FAO, que teria abandonado seus propósitos iniciais, de combater a pobreza no mundo com o apoio à agricultura familiar e à reforma agrária. e

Ministro reage e diz que encontro 'não é do governo'

... O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, disse ontem em Porto Alegre que, embora tenha partido do governo Lula a proposta de realizar no Brasil a 2.ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, trata-se de um evento promovido pelo órgão da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). "É um evento da FAO, não do governo", fez questão de ressaltar.

Candidato ao Senado pelo PT

gaúcho, Rossetto não deixou de valorizar as políticas de apoio à agricultura familiar que teriam sido implementadas pelo governo Lula. "A valorização dos pequenos agricultores é prioridade", afirmou. Também voltou a citar os recursos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que pularam de R\$ 2 bilhões para R\$ 9 bilhões.

Sobre o hiato de 27 anos entre as duas conferências da FAO, disse que hoje existe "um ambi-

te mais favorável a esse tipo de discussão em escala mundial".

A abertura do encontro, hoje à tarde, terá a presença do presidente em exercício, José Alencar, e dos ministros Ciro Gomes, Marina Silva, Patrus Ananias e José Fritsch, além do diretor-geral da FAO, Jacques Diouf.

Rossetto destacou, ainda, que as diretrizes políticas que vão nortear o encontro são diferentes das que balizam as reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC). e FLÁVIO BUA

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Globo** do último dia 19 de março do corrente publicou entrevista com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, com seus comentários sobre a sua indicação para a disputa, pelo PSDB, à Presidência da República e sua análise sobre as denúncias de corrupção no governo Lula.

Na entrevista, intitulada “O governo parece ter muito a esconder”, o governador afirma que “Temos

um governo frouxo no ponto de vista ético, com baixa eficiência e um crescimento aquém do que poderia”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista publicada pelo **O Globo** passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘O governo parece ter muito a esconder

Alckmin critica PT por recorrer à Justiça para impedir investigações da CPI dos Bingos

ENTREVISTA

Geraldo Alckmin

Em entrevista que se acabou no fim da noite de sexta-feira, no Palácio dos Bandeirantes, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, candidato do PSDB à Presidência da Repu-

blica, citou uma frase do ex-presidente argentino Juan Perón para explicar seu comentário nas palavras: “Fa-

le muito das coisas, pouco das pessoas e nada de você”. É assim que ele pretende se mostrar ao eleitorado. Discreto, Alckmin não reage a provocações mas mostra uma ponta de irritação com a pecha de conservador. O governador criticou a decisão do presidente Lula de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar impedir as investigações da CPI dos Bingos. “Parece que o governo tem muito a esconder”.

Flávio Freire

O GLOBO: O senhor acredita que a cúpula do PSDB subestimou seu interesse em ser o candidato do partido à Presidência da República?

GERALDO ALCKMIN: Na realidade sempre busquei o entendimento e o presidente Tasso Jereissati teve muita habilidade na condução do processo, apoiado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador Aécio Neves. O importante é que não houve disputa e ficamos unidos.

• Não ficou evidente uma disputa individual por poder?

ALCKMIN: Não concordo. Primeiro, quero homenagear o prefeito José Serra, um dos homens públicos mais preparados do país, por seu desprendimento e espírito público. Não houve divergência conceitual, falamos o mesmo idioma, trilhamos o mesmo caminho. O que tem é diferença de estilo.

• Por que o senhor e não José Serra, se ele é o preferido da opinião pública, pelas pesquisas?

ALCKMIN: Não é nem melhor nem pior, é uma decisão política. Me sinto preparado e completei uma boa missão. Aprendi administração aos

23 anos de idade como prefeito e fui co-piloto do Mário Covas. E pesquisa de voto não me pressiona.

• José Serra deve ser submetido a prévias caso decida se lançar no governo de São Paulo?

ALCKMIN: Se tivermos um entendimento, não será preciso disputa. O Serra é um candidato excepcional.

• Excepcional para São Paulo e não para a Presidência.

ALCKMIN: Se ele tivesse sido escolhido, teria meu apoio.

• O PFL é o noivo perfeito?

ALCKMIN: O PFL vai se definir até o fim deste mês. O partido já lançou o prefeito Cesar Maia, um bom quadro. Mas se não decidirem ter um candidato, trabalharemos pela aliança.

• É possível atrair partidos para um arco de alianças ainda sem respaldo do eleitor, como apontam as pesquisas?

ALCKMIN: Não há eleição fácil e é bom que seja assim. Em eleição disputada quem ganha é o eleitor. Eu confio na mudança e estou até surpreso. Imaginava começar o horário eleitoral, em agosto, com um dígito, 8%, 9%. Ter 20% e ainda ser pouco conhecido do eleitor é um piso alto.

• Mas isso não intimida os partidos.

ALCKMIN: Entendo que as possibilidades da nossa candidatura são muito boas. Temos grande chance de ir ao segundo turno. Ainda vou crescer. Não é possível um governo e um partido do governo tão envolvidos com mentira. O povo está desencantado. Há um abismo entre falar e fazer. Sob o ponto de vista ético, todo dia tem uma medida judicial para evitar a verdade, impedir a apuração de fatos graves. É assustador. Parece que há muito o que se esconder para tentar evitar a verdade. Não é possível ir à Justiça para não se apurar caixa-dois, dólares de Cuba, crime de Santo André.

• Na sua opinião, o presidente Lula está por trás desses escândalos envolvendo gente do governo?

ALCKMIN: É impossível o presidente da República não ter conhecimento dessas coisas. É evidente que o chefe de governo é responsável e tem que ter conhecimento dos fatos que ocorrem.

• A questão da ética vai fazer diferença nessa eleição?

ALCKMIN: Entendo que a questão da ética não vai eleger ninguém, mas ela exclui.

'Política não se faz com o fígado'

Governador diz que na segurança 'questão central é a polícia de fronteira'

O GLOBO: Como o senhor avalia o cenário de corrupção no Brasil?

GERALDO ALCKMIN: Essa é a questão que deveria ser de primeiro exemplo. E vou mais longe, não é só corrupção, mas também a ineficiência. A corrupção é uma praga e a ineficiência é outra praga. Não há governo ético com ineficiência. Temos um governo fraco no ponto de vista ético, com baixa eficiência e crescimento aquém do que poderia.

• Que perfil teria o ministro da Fazenda?

ALCKMIN: O foco tem que ser a felicidade das pessoas. Diminuir a pobreza, através do emprego, da renda.

• Mas seria um ministro mais próximo dos empresários?

ALCKMIN: Não pensei nisso. Precisamos personalizar menos e discutir projetos e programas. Fazer primeiro a moldura para depois pôr o personagem.

• O debate vai se dar entre Alckmin paz e amor e Lula paz e amor?

ALCKMIN: Vai ser um debate pautado no respeito e na civilidade, mas com muita firmeza. Não vou mudar. Nunca fiz campanha falando mal de adversário. Há momentos em que se precisa fazer reparos, colocar de maneira mais ácida algumas questões, mas o essencial são as propostas e a confiança. Eu represento uma nova política.

• O senhor pretende privatizar Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras?

ALCKMIN: Não vou dar prioridade às privatizações. Vou dar prioridade à parceria com a iniciativa privada. O investimento privado complementa o investimento público. Vou

mos fazer concessões e parcerias. **PERNAMBUCO** (1999) 11

• A segurança deve passar pelo Exército ou não?

ALCKMIN: Sabemos que 5.118 homicídios em 1999 para 2.576 no ano passado. E o índice continua caindo. O governo federal pode ajudar muito, e que a lei não é toda federal. Deveria ainda pôr mais policiais nas fronteiras, para evitar que as armas continuem entrando. O Exército pode em situações excepcionais, ajudar, mas a questão central é a polícia de fronteira.

Se pudéssemos brejar a entrada de drogas e armas, ajudaria muito a diminuir a violência.

• O senhor tem um discurso bastante religioso. Qual a sua relação com a Opus Dei e a Tradição, Família e Propriedade?

ALCKMIN: Não sou da Opus Dei, não sou da TFP, mas respeito quem tem religião. O Estado é laico.

• Essa pecha de conservadorismo o incomoda?

ALCKMIN: Levo com bom humor. Acho muito engraçado.

• A política econômica

do governo é uma continuidade da adotada por Fernando Henrique? O senhor acha que essa política é um dos erros do governo do PSDB?

ALCKMIN: Veja bem, o presidente Fernando Henrique deu um salto de qualidade. Estamos falando de outro país, que aprendeu a controlar a inflação

e criou uma rede de proteção e proibição de medicamentos. A diferença do remédio e do veneno é a dose. Se cortasse a taxa de juros pela metade, ainda seria a maior do mundo.

• Não é um discurso mais fácil de se ter como candidato do que como governo?

ALCKMIN: Precisamos unir o sonhador com o realizador. E precisamos aprender a lidar com adversidade. As coisas não acontecem muitas vezes por medo de quebrar ovos.

• Que diferença é possível enxergar entre o senhor e Lula?

ALCKMIN: Seria uma pretensão fazer comparações pessoais. Guardei um conselho que Perón deu a Isabelita. "Fale muito das coisas, pouco das pessoas e nada de você".

• O senhor é muito cuidadoso com as palavras. Há muita diferença entre o que o senhor pensa de fato e o que fala?

ALCKMIN: Não, sou absolutamente transparente. Só tomo cuidado em não ficar falando mal dos outros. Quando fui candidato a prefeito, jovem, fiz um discurso duro contra meu opo-

sitor e achei que tinha feito um brilhareco. Meu pai tinha ouvido meu discurso e disse: "Filho, os possíveis equívocos dos seus adversários não aumentam suas qualidades". Política não se faz com o fígado.

"Nunca fiz campanha falando mal de adversário. Eu represento uma nova política"

• O que o tira do sério?

ALCKMIN: Desvio de dinheiro público.

• O jantar do triunvirato com a Serra não o tirou do sério?

ALCKMIN: Não, eu como no bar da Portuguesa. São R\$ 6 e um belo almoço, arroz, feijão e bife.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Oeste do Pará é um barril de pólvora”, publicada no jornal **O Liberal** em sua edição de 15 de março do corrente.

O governo do Presidente Lula já foi avisado de que a situação na região é preocupante e de que a possibilidade de uma revolta social não pode ser descartada. Os posseiros da região já decidiram pela radicalização, caso o governo não volte atrás nos decretos que deixam intocáveis 6,4 milhões de hectares no oeste paraense. Segundo a matéria acima citada, “Os posseiros avisaram que se o governo não revogar os decretos que criaram as reservas vão colocar cinco mil

pessoas no meio da estrada e fazer uma grande manifestação, com disposição para enfrentar uma possível retaliação do Exército e da Polícia Federal”.

Sr. Presidente, o clima é de muita tensão e revolta. O governo Lula não pode ignorar os fatos. Desta forma, é neste contexto que solicito que a matéria do jornal **O Liberal** passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O LIBERAL

on line

Edição: **Ano LX – nº 31.327**

Belém, Quarta, 15/03/2006

Oeste do Pará é um barril de pólvora

Posseiros ameaçam derrubar milhares de hectares de florestas e governo demonstra preocupação com a situação

Os posseiros que ameaçam fazer uma mega derrubada na área de influência da rodovia BR-163, em protesto contra a criação de novas reservas florestais na região oeste do Pará, estão levando a sério o que disseram na semana passada. No final de semana aconteceram reuniões em Novo Progresso e no distrito de

Castelo de Sonhos, município de Altamira, para tratar do assunto. As reuniões foram marcadas pelo mesmo tom de revolta da realizada na semana passada na cidade de Itaituba, onde foi decidido pela radicalização caso o governo não volte atrás nos decretos que deixam intocáveis 6,4 milhões de hectares no oeste paraense, inclusive áreas sob posse de produtores rurais.

Conforme revelou **O LIBERAL** na semana passada, os posseiros prometem botar abaixo toda a floresta de uma das novas reservas criadas pelo Presidente Lula e ameaçam derrubar árvores no leito da rodovia em uma extensão de mais de cinco quilômetros. A notícia repercutiu em Brasília, de onde o governo federal enviou técnicos do MMA, oficiais do Exército e Policiais Federais disfarçados para fazer um levantamento do real clima existente na região.

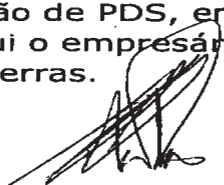
Os posseiros avisaram que se o governo não revogar os decretos que criaram as reservas vão colocar cinco mil pessoas no meio da estrada e fazer uma grande manifestação, com disposição para enfrentar uma possível retaliação do Exército e da Polícia Federal. Um posseiro da região revelou que tem armas em casa e que está disposto a usá-las

caso haja uma ação para lhe tirar da terra onde vive há décadas com sua família.

No final de semana, autoridades do governo federal entraram em contato com o Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará (Simaspa), que apesar das duras críticas à política ambiental do Ministério do Meio Ambiente, vem se mantendo até aqui como um interlocutor entre o governo federal e os produtores da região. A notícia de que o clima é tenso e de revolta no Sudoeste do Pará deixou preocupados membros do governo, que marcaram para a quinta-feira, 16, uma audiência com diretores do Simaspa.

O sindicato já alertou o governo, através de telefonemas e e-mails enviados por seus diretores, que a situação é preocupante, que a região se tornou um barril de pólvora e que a criação das reservas acendeu o estopim que faltava para uma revolta social. 'O Simaspa sempre alertou para a necessidade de um processo de transição, onde todos concordam, porém efetivamente ninguém faz nada. Também sempre defendemos o direito da posse legítima, mansa e pacífica, pois entendemos que sem esse direito respeitado a região fica um barril de pólvora', disse Luís Carlos Tremonte, vice-presidente do Simaspa, em correspondência a um membro do segundo escalão do governo federal.

O Simaspa afirma que os motivos que geram revolta, além da criação de reservas, é o não cumprimento de vários acordos feitos com o setor produtivo da região e que nunca saíram do papel. O Ibama, por exemplo, assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se obrigando a liberar planos de manejo para o setor madeireiro, mas depois criou mecanismos internos para impedir o cumprimento do acordo. Tremonte lembra que foi proposto ao governo que os posseiros doassem suas terras para implantação de PDS, em troca da liberação de planos de manejo. Agora, conclui o empresário, estes mesmos posseiros não aceitam sair de suas terras.



O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O paradoxo de Okamoto”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 8 de março do corrente.

A matéria questiona o empenho do governo para evitar o depoimento, na CPI dos Bingos, do atual presidente do Sebrae e amigo do Presidente Lula, Paulo Okamoto. Segundo a matéria, Okamoto “é também o administrador das finanças pessoais do Presidente e de sua família”, isto em função do até hoje mal explicado episódio da dívida de R\$29 mil que Lula teria contraído junto ao PT em 2002, quando ainda era candidato. Além disso, Okamoto saldou outra dívida, contraída pela filha mais velha de Lula.

A matéria termina com a seguinte afirmação: “Dívidas alheias pagas com dinheiro do próprio bolso, cheques misteriosos, transações esquisitas... O amigo do Presidente, como se vê, é uma caixinha de surpresas. Isso explicaria tanto empenho em mantê-la trancada”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PARADOXO DE OKAMOTTO

Ao contrário de outros petistas encrencados, o amigo de Lula tem de provar que é mais rico do que declara ser. Ele pagou também uma dívida de Lurian

Juliana Linhares

O petista Paulo Tarciso Okamoto — ex-garçom, jornaleiro, vendedor de cerâmica, operário da Volkswagen e sindicalista — sempre levou uma vida modesta. Nunca concorreu a cargo eletivo, mora até hoje em um sobrado geminado em São Bernardo do Campo, na região do ABC, em São Paulo, avaliado em 100 000 reais e, como presidente do Sebrae, está bem distante do núcleo do poder do governo. Apesar de sua aparente irrelevância, Okamoto tornou-se o centro das atenções de parlamentares que apuram a corrupção no governo Lula. As investigações em torno dele devem incomodar o governo. Os sinais disso são as manobras para blindá-lo que já envolveram até mesmo o Supremo Tribunal Federal, na figura de seu prestimoso presidente, Nelson Jobim. O barulho em torno da quebra de seus sigilos fiscal e telefônico — reiteradamente pedida pela CPI e sucessivamente negada pelo STF — já dura quase dois meses. Parece exagerado? Não quando se sabe que Okamoto, além de amigo de Lula há quase trinta

anos, é também o administrador das finanças pessoais do presidente e de sua família — uma espécie de “caixa eletrônico 24 horas” do petista, conforme o próprio Okamoto quis fazer crer em seu último depoimento à CPI dos Bingos, no ano passado.

O depoimento girou em torno do até hoje mal explicado episódio da dívida de 29 000 reais que Lula teria contraído junto ao PT em 2002, quando ainda era candidato. Na ocasião, Okamoto declarou que pagou o débito do próprio bolso, em 2003, sem nem sequer participar ao presidente seu gesto magnânimo. A história sem pé nem cabeça, a falta de documentos que a comprovassem e o depoimento dado mais tarde pelo ex-

petista Paulo de Tarso Venceslau à mesma CPI (em que reafirmava que

Okamoto era responsável pelo recolhimento de dinheiro para o caixa dois do PT junto a fornecedores de prefeituras petistas) levantaram na CPI a suspeita de que o atual presidente do Sebrae usou dinheiro de origem suspeita para saldar a dívida de Lula. O débito, no entanto, não foi o único pago por Okamoto em favor da família do presidente.

VEJA apurou que, no mesmo ano de 2002, Okamoto saldou outra dívida, no valor de 26 000 reais, dessa vez contraída pela filha mais velha de Lula, Lurian Cordeiro Lula da Silva. Os valores envolvidos são baixos, mas eles têm um significado interessante, pois, proporcionalmente ao padrão de vida de Okamoto, são uma fortuna. Isso sugere que ou ele se colocou como missão da vida patrocinar Lula e sua família ou — o que é mais provável — Okamoto é apenas um canal de dinheiro que vem de outra fonte.

Em 1996, Lurian, então com 22 anos, lançou-se candidata a vereadora em São Bernardo do Campo. Para montar seu escritório de campanha, alugou um conjunto de duas salas no centro de São Bernardo e pediu à mãe de uma amiga que fosse sua fiadora (VEJA se comprometeu a manter o nome das duas em sigilo). O

escritório, na Rua Jurubatuba, 1025, funcionou de junho de 1996 a junho de 1997. Lurian foi derrotada nas urnas (teve 1 564 votos), deixou para trás o sonho de se tornar política e também uma dívida referente ao acúmulo dos doze aluguéis de seu gabinete político, nenhum deles pago. A amiga, cuja mãe havia servido de fiadora no contrato, cobrou Lurian por mais de quatro anos. Ao final do período, com a mãe já sendo processada pelo dono da casa, ela ameaçou vir a público transformar o episódio em escândalo. Foi nesse momento que Okamoto entrou em cena.

O amigo de Lula procurou a amiga de Lurian e prometeu assumir a dívida. Assim foi feito. Em acordo com o dono da casa alugada para Lurian, Okamoto reduziu o débito para 26 000 reais (a certa altura do processo a dívida chegou a 34 750 reais) e quitou-o em duas vezes. A primeira parcela, segundo mostra o documento judicial que relata os termos do acordo, foi paga no dia 22 de abril de 2002, mediante dois cheques totalizando 12 000 reais. A segunda parcela, no valor

de 14 000 reais, foi paga em 20 de junho do mesmo ano. Em relação a ela, o texto do acordo não faz menção a cheques, o que leva a supor que tenha sido quitada em dinheiro. Estranhamente, o acordo traz apenas o nome do banco e o número da agência bancária à qual pertencem os cheques que saldaram a primeira parcela da dívida. Omite o nome de seu titular e

o número da conta. O documento também não menciona o nome de Lurian nem o de Okamoto. Está assinado por duas advogadas — a que representa a fiadora e a que representa o proprietário do imóvel. Procurado por VEJA, o presidente do Sebrae recusou-se a dar entrevista. Limitou-se a dizer que não teve “participação na campanha de Lurian” e que, por causa disso, nada teria a declarar.

No ano em que pagou a dívida de Lurian, Okamoto declarou à Receita Federal ter recebido 45 679 reais — a soma do seu salário no PT, mais rendimentos da aposentadoria e de um plano de previdência privada. Caso tenha pago a dívida de Lurian novamente do próprio bolso, a exemplo do que diz ter feito com a de Lula, o amigo do presidente terá gasto, com isso, mais da metade de tudo o que ganhou em 2002. Seu desafio, nesse caso, será provar que era mais rico do que aparentava, exatamente o contrário do que costuma ocorrer entre outros personagens da atual safra de escândalos.

Os “gestos altruístas” de Okamoto têm razão de ser. Ele é o atual presidente da República se conheceram no fim de 1970, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. O temperamento extrovertido de Lula, então líder sindicalista, contrapunha-se aos modos reservados de Okamoto. Apesar dessas diferenças, a amizade prosperou. Lula passou a rebocar o amigo, para cargos dentro do sindicato. De 1981 a 1984, Okamoto foi tesoureiro da instituição. Também participou da fundação do PT. Presidiu o diretório estadual do partido e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os laços de confiança entre os dois se fortaleceram ainda mais depois que Okamoto coordenou a campanha de Lula a deputado em 1986 e assumiu o cargo de tesoureiro de sua campanha a presidente em 1989. Desde então, Okamoto passou a cuidar com especial atenção também da economia doméstica de Lula.

O presidente tem retribuído à altura a dedicação do amigo. Foi ele quem, pessoalmente, telefonou para o então presidente Fernando Henrique Cardoso, no fim de 2002, pedindo que assinasse a nomeação de Okamoto para uma das diretorias do Sebrae. O petista já estava eleito e queria que a nomeação ocorresse antes do fim do período de transição. Okamoto foi promovido à presidência do órgão no ano passado. Além desse emprego, que lhe rende um salário de 25 000 reais, o amigo de Lula ainda tem participação em uma importadora e exportadora de mármore e granito, chamada SRB Granite, em Mauá. A empresa, criada em 2004, tem como sócios, além dele, o americano Richard John Farster e Sandra Regina Barbosa Fomazier, ex-secretária do petista. Até 2003, Okamoto também era sócio da Red Star, empresa que vende artigos com a marca PT. Ela hoje está no nome de sua mulher e de sua filha. Na semana passada, algumas das transações da Red Star com o PT foram consideradas suspeitas pela CPI, que começará a investigar a empresa. Dívidas alheias pagas com dinheiro do próprio bolso, cheques misteriosos, transações esquisitas... O amigo do presidente, como se vê, é uma caixinha de surpresas. Isso explicaria tanto empenho em mantê-la trancada. ■

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo.

Processo n.º 1415/98 - Ação de Execução por Título Extrajudicial

Reqte: Espólio de Aldo Vieira Ormonde

Reqda: 1ª

1.- A Executada reconhece seu débito na presente Execução, no importe de R\$32.650,00 (trinta e dois mil seiscentos e cinquenta reais), referentes aos valores acordados e não pagos.

2.- Pagará, para quitação do débito, a importância de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais) da seguinte forma:

a.) R\$ 12.000,00 (doze mil reais) na data de hoje, representados pelos seguintes cheques do Banco Bradesco S/A, agência 0302-6:

- nº 001312 - R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e

- nº 001313 - R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), importância da qual, mediante os pagamentos dos cheques pelo banco sacado, o exequente dará plena quitação.

b.) R\$14.000,00 (quatorze mil reais), em 20 (vinte) de junho de 2002.

Rua Ernesto Pinheiro n.º 71 - 1.º Andar - Conjuntos 11/12 - Cep 08771-225 - Centro - São Bernardo do Campo - SP
Telefones/Fax: 448-1437

Termo do acordo judicial que reduziu para 26 000 reais a dívida de Lurian paga por Okamoto em 2002: estranhamente, o documento omite o nome do titular dos cheques e o número de sua conta bancária

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Pivô do novo ‘mensalão’ pede para ser ouvido”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** do dia 9 de março do corrente.

A matéria destaca que o advogado Roberto Bertholdo vai protocolar amanhã, em Brasília, um pedido na Procuradoria Geral da República para ser ouvido nas investigações que apuram o caso de corrupção no Governo Federal. Ele diz que pretende dar um depoimento sobre “todos os casos que envolvem o governo”

e outras situações que ocorriam de forma “sistemática” entre políticos.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/NOVAS CONEXÕES

Advogado Roberto Bertholdo quer falar à Procuradoria Geral para revelar, segundo ele, “todos os casos de corrupção que envolvem o governo”

Pivô do novo ‘mensalão’ pede para ser ouvido

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O advogado Roberto Bertholdo vai protocolar amanhã, em Brasília, um pedido na Procuradoria Geral da República para ser ouvido nas investigações que apuram casos de corrupção no governo federal. Ele diz que pretende dar um depoimento sobre “todos os casos de corrupção que envolvem o governo” e “outras situações” que ocorreriam de forma “sistemática” entre políticos.

Bertholdo, que está preso no Paraná acusado de grampear um juiz do Estado e de “torturar” um ex-sócio, foi apontado pela revista “Veja” que circula nesta semana como operador do “mensalão” dentro do PMDB

Mesada

De acordo com a revista, o advogado, que era assessor do então líder do partido na Câmara, deputado José Borba (PMDB-PR), distribuía uma mesada que variava de R\$ 15.000 a R\$ 200 mil para 55 dos 81 deputados do partido. Teria até transportado, de acordo com a “Veja”, mais de R\$ 8 milhões em dinheiro em um jatinho.

Borba, que foi envolvido no esquema do “mensalão”, renunciou ao mandato no ano passado para evitar a cassação.

Bertholdo teria ainda intermediado um acordo entre Ratinho e o PT para que o apresentador do SBT falasse bem do partido em 2004. Ratinho nega.

Bertholdo diz que “as histórias da ‘Veja’ não são verdadeiras” e se “o ‘mensalão’ nunca existiu PMDB”. O advogado diz que “relatou fatos que envolvem outros partidos da base aliada”.

“Dinheiro vivo”

“Eu sei de outras coisas relacionadas a outros partidos. Sei como

está sendo feita essa corrupção. Toda a corrupção é feita sempre com dinheiro vivo. E eu sei, por exemplo, quem opera e quem transforma recursos em dinheiro vivo para ser distribuído a deputados”, afirmou.

De acordo com ele, as revelações vão mostrar que “outros braços”, além de bancos já citados no escândalo, são fonte de dinheiro vivo para a corrupção. “Existe esse outro ‘braço’. E não é banco. É um grupo de doleiros. Alguns já foram depor na CPI. Muitos mentiram. Eles estão articulados. São todos capitaneados por um deputado federal do Paraná, que pega o dinheiro e distribui a vários deputados da base aliada.”

De acordo com Bertholdo, o deputado dizia que fazia tudo “combinado com o presidente (da República), mas eu nem acredito que ele dizia a verdade”.

Furnas

A Folha perguntou os nomes do deputado, dos doleiros e dos parlamentares para quem tais recursos seriam distribuídos, mas Bertholdo não quis revelar. A Folha perguntou também de onde viria o dinheiro vivo distribuído a deputados —se do governo federal e de estatais ou de empresas privadas com interesse nos negócios do Estado.

“Provavelmente [as informações que dar] à Procuradoria Geral] vão chegar a Furnas, a diferentes fundos de pensão e a histórias que não se fecharam até agora.” O advogado participou do governo Lula. Ele foi indicado, no início do governo do PT, para fazer parte do conselho da Itaipu Binacional, indicado pelo PMDB do Paraná.

Bertholdo diz que as histórias que contará aos procuradores “dependem apuração” para que sejam provadas.

AS CPIS PERTO DO FIM

2005	2006
MAI	AGO
SET	OUT
NOV	DEZ
JAN	FEB
MAR	ABR
CPi DOS CORREIOS Duração: 6 meses Deveria ter sido encerrada em dezembro, mas foi prorrogada até abril. PT e PSDB fizeram pressão para CPI acabar em fevereiro Prazo final 10/abr	O que a CPI ainda quer ■ Ouvir o publicitário Ouda Mendonça ■ O que não deve fazer ■ Convocar o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) ■ Convocar o lobista Nilton Monteiro, que entregou à PF lista de supostos beneficiários por caixa dois de Furnas
CPi DOS BINGOS Duração: 6 meses Deveria ter sido encerrada em dezembro, mas foi prorrogada até abril Prazo final 25/abr	O que a CPI ainda quer ■ Quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico de Paulo Okamoto e Roberto Carlos Kurzeil ■ Ter acesso a mais dados do BC sobre movimentação financeira dos investigados

DE PRÓXIMO

■ CPI DOS CORREIOS
O comando da comissão decidiu que não haverá prorrogação do prazo

■ CPI DOS BINGOS
A comissão já conseguiu as 27 assinaturas mínimas necessárias para obter a prorrogação do prazo. A CPI agora avalia se é melhor ampliar o prazo por 30 ou 60 dias

Oposição entra com requerimento para prorrogar a CPI dos Bingos

FERNANDA KRÁKOVICS
DA SUPERSUL DE BRASÍLIA

A oposição protocolou requerimento com 37 assinaturas para prorrogar a CPI dos Bingos até o dia 27 de junho. Desistiu, porém, de tentar prorrogar a CPI dos Correios, sabendo que não conseguiria as assinaturas necessárias na Câmara. A CPI dos Correios termina em 10 de abril.

A oposição quer na CPI dos Bingos, principalmente, aprofundar as investigações sobre o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pagou uma di-

vida do petista com o partido.

O primeiro passo para a prorrogação é a apresentação do requerimento à Mesa do Senado, ou seja, o protocolo. O documento deve então ser lido pelo presidente da Casa, que ordenará sua publicação, no dia seguinte, no Diário Oficial do Senado. Os senadores arrependidos têm até a meia-noite do dia anterior à publicação para retirar o apoio ao documento.

Na CPI dos Correios, os parlamentares do PSDB e do PFL levaram em conta, para não insistir na prorrogação, o risco de a comissão acabar sem um relatório final, tendo em vista que, quanto mais

perto das eleições, mais difícil seria a construção de um acordo para a votação do texto, devido ao acirramento da disputa política.

“Seria precipitado iniciar uma coleta de assinaturas na Câmara correndo o risco de sofrer uma derrota. Isso só seria feito em um ambiente favorável à prorrogação”, afirmou o sub-relator de fundos de pensão, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), antes favorável à prorrogação da comissão.

Como a decisão era mais política do que técnica, a oposição se satisfaz com a provável extensão da CPI dos Bingos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT
 . Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}
 e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para
 registrar a matéria intitulada “PT faz operação abafa
 para poupar Okamoto”, publicada no jornal **Folha de**
S. Paulo em sua edição de 11 de março do corrente.

Segundo a matéria, O PT de São Bernardo do
 Campo (Grande São Paulo) promoveu uma operação
 abafa para resguardar o amigo de Luiz Inácio Lula da
 Silva e presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que pa-
 gou em dinheiro dívidas do Presidente da República e
 da filha dele, Lurian Cordeiro Lula da Silva”.

Ainda segundo a matéria, a operação teria o ob-
 jetivo de “ocultar a participação de Okamoto no socorro
 financeiro de R\$ 26 mil dado a Lurian, em 2002”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada
 seja considerada parte deste pronunciamento, para que
 passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
 SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
 EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
 I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT faz operação abafa para poupar Okamoto

*Vereador petista pede que nome do presidente do Sebrae, que
 emprestou dinheiro a Lula e à filha dele, Lurian, seja omitido*

LILIAN CHRISTOFOLETTI
 DA REPORTAGEM LOCAL

O PT de São Bernardo do Cam-
 po (Grande São Paulo) promoveu
 uma operação abafa para resguardar
 o amigo de Luiz Inácio Lula da
 Silva e presidente do Sebrae,
 Paulo Okamoto, que pagou em
 dinheiro dívidas do presidente da
 República e da filha dele, Lurian
 Cordeiro Lula da Silva.

A operação abafa foi comanda-
 da por José Ferreira (PT), vereador
 no sexto mandato e um dos
 fundadores do partido e da Central
 Única dos Trabalhadores.

A orientação dada por Ferreira,
 segundo a **Folha** apurou, foi no
 sentido de ocultar a participação
 de Okamoto no socorro financeiro
 de R\$ 26 mil dado a Lurian, em
 2002. A época, Okamoto era presidente
 do Instituto da Cidadania,
 do PT, e não tinha salário. Ele recebia
 aposentadoria como ex-metalúrgico.

A dívida foi contraída por Lurian
 na eleição de 1996, quando se
 candidatou a vereadora em São
 Bernardo. Derrotada nas urnas,
 Lurian acumulou R\$ 34,75 mil em
 alugueis atrasados —o valor foi
 renegociado por Okamoto.

A responsabilidade pelo não-pagamento
 recaiu sobre a fiadora do imóvel,
 Ida Ivone Müller Carloti, que teve a casa em
 que mora penhorada por decisão judicial.

Na última quarta-feira, Ferreira
 recebeu Carloti no gabinete dele
 —segundo os dois, o encontro foi
 solicitado por ela. “Eu o conheci

no comitê da Lurian. Contei a ele
 que não queria mais mentir, que
 estava cansada, doente e não sabia
 mais o que fazer”, afirmou.

A recomendação de Ferreira,
 segundo a fiadora, foi para que ela
 dissesse a verdade aos jornalistas.
 “O vereador falou que não adiantava
 viver às custas de mentira.”

Após o encontro com o vereador,
 Carloti recuou do que havia dito na
 última terça-feira, quando confirmou
 o auxílio financeiro de Okamoto. Ontem,
 ela disse que, como recorreu a muitas
 pessoas, já não sabe mais quem pagou os
 R\$ 26 mil em dinheiro.

“Liguei para a Lurian para reclamar.
 Uns seis meses depois, telefonaram da
 imobiliária e disseram que tudo tinha
 sido pago”, afirmou a fiadora.

Confrontada com a declaração dada na
 terça, afirmou: “Para falar a verdade,
 eu sabia que era alguém do PT, mas não
 sabia quem. Olha, estou doente e não quero
 mais encrenca”. Em seguida, ela pediu
 para encerrar a conversa.

Procurado oito vezes pela **Folha**,
 o vereador informou, por meio da assessoria,
 que falaria se a reportagem fosse “positiva”,
 se abordasse, por exemplo, a “importante
 biografia” dele.

Uma das advogadas que atuaram no caso,
 Indaiá Cristhiano, afirmou que desconhece
 qualquer pagamento de Okamoto. “E, se
 soubesse, não diria.”

Mais contas

No ano passado, Okamoto de-

clarou ter pago, com dinheiro do próprio bolso,
 uma dívida do presidente Lula de R\$ 29,4 mil.
 Ele se recusou, no entanto, a apresentar as
 provas da origem do dinheiro.

Nesta semana, a **Folha** revelou que Okamoto
 doou R\$ 24,84 mil para a campanha de
 Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, à Prefeitura
 de São Bernardo, em 2004. O valor representa
 quase todo o vencimento mensal declarado
 por ele à CPI dos Bingos.

Em seu depoimento, Okamoto disse
 receber “pouco mais de R\$ 30 mil” mensais,
 incluindo, além do salário do presidente do
 Sebrae, cargo para o qual foi indicado por
 Lula, o pagamento por sua participação no
 conselho da BrasilPrev e a aposentadoria.

A CPI dos Correios pediu a quebra dos
 sigilos bancário, fiscal e telefônico de Okamoto,
 o que foi negado em caráter liminar (provisório)
 pelo presidente do STF (Supremo Tribunal
 Federal), ministro Nelson Jobim.

Mesmo assim, a comissão já recebeu pelo
 menos duas caixas de documentos com dados
 sigilosos de Okamoto. Os papéis, no entanto,
 só poderão ser abertos após uma autorização final do STF.

Em nota à imprensa, Okamoto negou ter
 pago qualquer valor em benefício de Lurian.
 Disse que a acusação é falsa. A assessoria do
 Sebrae informou que ele não participou nem
 ajudou a filha do presidente na eleição de 1996.
 Procurada pela reportagem, Lurian disse que
 não falará sobre o tema.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Agora são mais R\$5 milhões para o Lulinha”, publicada na revista **IstoÉ** em sua edição de 22 de fevereiro do corrente.

Segundo a matéria, a Telemar, mais uma vez, favoreceu o filho do Presidente, Fábio Luiz Lula da Silva. Ela injetou outros R\$5 milhões na Gamecorp para bancar os programas de tevê da empresa de Lulinha.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AGORA SÃO MAIS R\$ 5 MILHÕES PARA LULINHA

A semana do presidente Lula começa agitada com a notícia de que a Telemar estaria mais uma vez favorecendo Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha. Ela injetou outros R\$ 5 milhões na Gamecorp. Dessa vez para bancar os programas de tevê da empresa de Lulinha. O dinheiro é usado para comprar espaço nas televisões (uma das emissoras é apenas captada em UHF ou por algumas operadoras a cabo) e produzir atrações da Gamecorp que vão ao ar durante a semana. São quatro programas de meia hora e um de três minutos. Não é a primeira vez

que a Telemar dá uma mãozinha a Lulinha. Ela injetou, em novembro de 2004, outros R\$ 5 milhões na Gamecorp, o que fez a empresa deslanchar. Coincidência ou não, a prosperidade dos negócios aconteceu somente depois que seu pai virou presidente da República. A Telemar não está sozinha quando se trata de patrocínio. Outros pesos pesados da indústria já fizeram propaganda nos programas sobre videogames produzidos por Lulinha. Entre eles estão a Gradiente e a Sadia, empresa da família do ministro Luiz Fernando Furlan.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

O PMDB faz parte da moderna história política brasileira. É um fenômeno político que merece todo o nosso respeito e nossa reverência. Celebrar os 40 anos de existência deste partido político é comemorar também a consolidação da democracia e da cidadania brasileira.

O Movimento Democrático Brasileiro – esse é o seu nome de batismo – nasceu em 1966 como uma frente ampla política de resistência aos governos autoritários no Brasil. Por intermédio deste partido, a luta pelas liberdades democráticas e pela livre circulação de idéias no País ganhou corpo e capilaridade por todos os estados e rincões brasileiros.

O MDB elegeu nesta época seus primeiros deputados, senadores e governadores. Tornou-se um partido político forjado nos entendimentos políticos, nas conversas de gabinetes, mas também nas lutas de rua, no enfrentamento destemido. De um lado a Arena, partido da maioria, do governo. Do outro, MDB, cumprindo seu histórico papel de oposição democrática. Com a abertura democrática em 1985, o PMDB finalmente chegou ao poder com a eleição de Tancredo Neves, um mestre mineiro das manhas e das articulações.

Acostumado às grandes alianças, o PMDB contou com a histórica criação do nosso PFL – uma dissiden-

cia da Arena –, fenômeno que foi fundamental para a eleição de Tancredo Neves, com o senador José Sarney como seu vice na chapa que derrotou Paulo Maluf.

Tudo isso é história, senhor Presidente.

Com esta aliança, consolidou-se um projeto de poder civil em substituição a 20 anos de ditaduras militares. O PMDB de Ulysses Guimarães, de Severo Gomes, de Paulo Brossard, de Pedro Simon foi uma espécie de universidade política para todos nós. Eles nos ensinaram com maestria, ética e serenidade a prática democrática no seu mais profundo significado.

Desta tribuna, vamos lembrar esses heróis e saudar vossas memórias. São exemplos que não podemos esquecer. O PMDB teve papel fundamental na Assembléia Nacional Constituinte que construiu a “Constituição cidadã”, que hoje é um guia para nossas práticas políticas.

O PMDB foi também uma permanente tribuna na luta pelos Direitos Humanos no Brasil. Levantou bandeiras contra a tortura e pela anistia aos presos e exilados políticos. Humanizou o País. Levantou bem alto a bandeira das Diretas Já e soube, como nenhuma outra agremiação política, navegar de maneira pro-ativa por inúmeros governos.

Um dos mais significativos exemplos da dinâmica e da objetividade pela governabilidade no PMDB no poder, acontece em Brasília, onde o governador Joaquim Roriz construiu um projeto de desenvolvimento e pro-

gresso que já dura por três mandatos e 16 anos. Neste período da “Era Roriz”, o Distrito Federal construído por Juscelino Kubitschek realizou uma das mais bem sucedidas revoluções urbana que a história brasileira presenciou. Ao mesmo tempo em que preservou ao máximo o Plano Piloto, o governador Roriz, sempre à frente do PMDB local, construiu pelo menos meia dúzia de novas cidades, trazendo um endereço e todas as vantagens da cidadania para milhões de brasileiros que escolheram Brasília como cidade para viver.

O governo Roriz é um exemplo vivo da pulsação política do PMDB. E apesar da verticalização dificultar a nossa coligação, torce para que seja viável a união das forças políticas que apóiam esse político e empreendedor de mão cheia que é o governador Roriz, um exemplo para todos nós, do PFL, que temos um projeto político com a bandeira do desenvolvimento, do pleno emprego, da economia estável e da cultura e educação como prioridades de governo.

Para finalizar, Senhor Presidente, só nos resta dizer: longa vida ao PMDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpro o dever de falar em resgate à população de Ribeirão Preto, uma das mais progressistas e belas cidades do Estado de S.Paulo.

Esse resgate atende também ao que me pede uma moradora da extraordinária cidade paulista, símbolo de desenvolvimento e do trabalho de milhares de paulistas que trabalham pelo progresso do Brasil.

Falo em atenção à Sra. Jussara Teixeira Marcelino, que hoje me enviou atencioso e-mail, em que destaca:

Realmente, o grupo do Ministro Palocci fez mesmo muita sujeira e continuam fazendo; eles não param.

Diz mais a Sr^a Jussara:

É preciso esclarecer, no entanto, que esse termo República de Ribeirão Preto nem de longe reflete a população riberopretana. Nós somos um povo muito para ganhar o pão de cada dia, somos pessoas pacíficas e nada temos a ver com essa bandalheira da tal República.

Dona Jussara faz um outro pedido, que atendo prazerosamente:

Quero sugerir que, ao se referirem aí no Senado a essa corja que não se use o termo República de Ribeirão Preto. Que se troque essa terminologia por Corja Palaciana.

Desde logo, atendo à solicitação, em respeito ao povo de Ribeirão.

E aproveito para declarar que todos sabemos que Ribeirão Preto tem uma população que trabalha, ao contrário do grupo palocciano que tanto infelicita a cidade.

Bem a propósito, não entendi bem se o nome sugerido por Dona Jussara seria *Corja Palaciana* ou

Corja Palocciana. Há muita semelhança entre uma e outra denominação.

Com todo o apreço a Ribeirão, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 26 minutos.*)

(O.S.: 11702/2006)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 23 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex^a também, como Líder da Minoria.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que dispõe de até vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, às vezes, ponho-me a sonhar com um Brasil ideal, um Brasil fácil. Que bom seria, Senador Alvaro Dias, se toda essa crise que leva o Ministro da Fazenda a deixar de sê-lo na prática – porque asilado, homiziado, no Palácio do Planalto, para pretextar algum despacho, impedido de comparecer à sede do seu Ministério, a fim de evitar jornalistas incômodos, fazendo perguntas mais incômodas ainda –, se tudo isso se resolvesse como imagina a Liderança do Governo.

De repente, a culpa de tudo recai nas costas do Senador Alvaro Dias, por exemplo, e acabou! Então, não houve quebra de sigilo do Sr. Francenildo; não houve casa de negócios no Lago Sul, com a presença do Ministro da Fazenda; não houve esse mar de corrupção que tem feito a vergonha do País. Basta, agora, dizermos que é preciso investigar as motivações do Sr. Alvaro Dias, que aqui, à farta, demonstrou que fez o papel de Relator **ad hoc**, substituindo o eminente Relator Garibaldi Alves, que se viu, aliás, muito bem substituído pela atitude e pela ação, no dia de ontem, competente – e essa é a sua praxe – do Senador Alvaro Dias. Mas que bom seria!

É engraçado ouvir o PT falar em vazamentos. Se vazamento pagasse imposto, o PT estaria muito mais endividado do que diz estar – e não acredito nessa dívida, creio que ela foi toda quitada no exterior com o Sr. Marcos Valério. Muito mais endividado ele estaria. Se vazamento, por outro lado, trouxesse felicidade pessoal, o PT seria um Partido composto de pessoas felizes, mais que **Alice no País das Maravilhas**. O PT

construiu a sua vida no vazamento, no conluio com o que havia de pior no Ministério Público. Essa mesma banda do Ministério Público que hoje está afastada das decisões e que agora se encontra em mãos maduras como a do Dr. Antônio Fernando, atual Procurador-Geral da República.

Seria tão bom, Senador Alvaro Dias! Bastaria cassar o mandato de V. Ex^a! Sr. Presidente Renan Calheiros, eu pediria a V. Ex^a seu empenho. Resolve-se a crise toda, não houve corrupção alguma, não há nada que continue a empatar o País de progredir, e nós aqui nos reunimos e cassamos o mandato do Senador Alvaro Dias. Está resolvido! E, aí, não teria havido o opróbrio da violência contra o caseiro que ousou dizer que o Ministro mentia— que mentiu! Bastaria cassarmos o mandato do Senador Alvaro Dias.

Meu pai me dizia: “Meu filho, ao longo de sua vida” — ele até fazia uma certa rima pobre —, “não tenha medo de homem, de mulher nem de lobisomem. Mas tenha medo do ridículo”. Tenha medo do ridículo! Fuja do ridículo como consta que o diabo foge da cruz! Fuja do ridículo, porque, de repente, a solução é: não se cuida mais de nenhum problema ético de defesa — até porque me parece indefensável o caso do Governo — do Governo com respostas às perguntas claras que estão sendo postas, mas, pura e simplesmente, vamos, daqui para frente, dizer que o Senador Alvaro Dias precisa ser cassado no seu mandato.

Com isso, quem sabe, devolvemos o mandato para o Deputado José Dirceu, reentronizamos o Waldo-miro Diniz na Presidência da República, restabelecemos o Sr. Silvio Pereira na Secretaria-Geral do PT, e o Sr. Delúbio volta para a Tesouraria. Todos nos esquecemos do que houve. Passaria a haver uma lavagem cerebral sobre cada um de nós. O senhor caseiro, Francenildo, não teria sido violado no seu direito. O povo brasileiro não teria nem que viver a baixa auto-estima de agora, nem mesmo o Presidente da República, num raro acesso de sinceridade, haveria de dizer que reconhece que está tudo mal, muito mal.

Bastaria, Senadora Heloísa Helena, cassarmos o mandato do Senador Alvaro Dias. Bastaria, portanto, tirarmos o sofá da sala. Bastaria, portanto, uma dose brutal de invidade e de insinceridade. Tire o sofá da sala, e vamos inventar o culpado!

A Caixa Econômica, Sr. Presidente, que precisou de segundos para violentar o caseiro no direito constitucional que lhe é assegurado, requer agora semanas para montar uma fraude, pensando que a Nação vai se deixar ilaquear na sua boa-fé — a Caixa Econômica, que é subordinada hierarquicamente ao Ministro Antonio Palocci Filho; a Caixa Econômica, que era vista, pelas pessoas da geração dos meus maiores, da minha avó Luiza, como um lugar seguro para se ter o dinheirinho da gente. Eu poderia fazer um gesto grandiloquente: como tenho conta na Caixa Econômica, Senador Luiz Fernando Freire, eu poderia ir à Caixa Econômica, levar a imprensa, tirar foto e não sei mais o quê e retirar

meu dinheirinho da Caixa Econômica Federal. Não posso fazer isso. Não é justo. Imporia um desgaste a mais numa instituição respeitável.

Não quero, pura e simplesmente, renegar a Caixa Econômica, que tem tantos e tão bons serviços prestados ao País. Quero a limpeza na Caixa Econômica, a demissão do Sr. Mattoso, a apuração das responsabilidades, não punindo um “subgerentinho” qualquer do terminal um ou do terminal 33. Quero a punição dos responsáveis intelectuais, daqueles que perpetraram um crime que não pode ser apoiado por ninguém de boa-fé deste Governo, até porque, pessoas de boa-fé não apóiam crimes.

Ninguém pode passar a mão pela cabeça de quem agride a Constituição e arranha a democracia num dos seus pilares básicos, que é o direito à privacidade.

Hoje há uma charge simplesmente sensacional no jornal. O chargista diz para alguém que estava abrindo conta na Caixa: “Você pode se inscrever, aqui você tem direito a tudo, cheque especial, isso, aquilo; sigilo bancário, não — só se for a favor do Governo”.

Senador Alvaro Dias, não vou perder mais tempo com a ridicularia. Temos que ter medo do ridículo, e isso aprendi com o meu pai. Do resto, homem, mulher e lobisomem eu não tenho, sinceramente; agora, do ridículo eu tenho, e parece que há pessoas que não têm.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena, com muita honra.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) — Falarei muito rapidamente, Senador Arthur Virgílio. Enquanto V. Ex^a estava falando, eu estava analisando a possibilidade de se abrir qualquer procedimento em relação ao Senador Alvaro Dias, porque divulgou uma fita que está num processo. É evidente que nenhum procedimento poderia ser aberto contra S. Ex^a, como Senador, até porque teria de ser aberto retroativamente contra mim também. Essas coisas isonômicas devem ocorrer. Na época, Lideranças importantes do PT comemoraram muito. Recebi umas fitas que davam conta de indícios de corrupção e de tráfico de influência entre o Governador Roriz e vários empresários. Eu as encaminhei à Comissão de Fiscalização e Controle, as fitas foram divulgadas, nem por isso alguém solicitou abertura de procedimento em relação a mim. Tenho certeza de que isso não ocorrerá. É claro que todas as ações de todos os Parlamentares deve ser averiguadas; a ninguém é dado o direito de estar acima da Constituição ou do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) — Só ao Okamoto.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) — O pior é que não é só a ele, mas a outros também. Eu não me sentiria à vontade se não deixasse registrado esse caso que ocorreu, porque nenhum procedimento contra mim foi instalado. Talvez seja aquilo que disse a Eliane Catanhêde, a jornalista, em artigo: “Quando é o nosso, fala a verdade; quando é o deles, passo a desqualificar,

como se mentira fosse”. Gostaria de deixar registrado o que ocorreu. O fato foi muito comemorado na época, porque, talvez, se quisesse atingir nossos adversários. Isso fica realmente muito feio, desrespeitoso, quase que infame, não é? Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora.

Não bastasse esse pega-ladrão-de-feira, essa tentativa diversionista, temos algo terrível a que V. Ex^a acaba de se referir no seu discurso. O gerente da Caixa Econômica – alguém de uma patente funcional parecida com os bodes expiatórios que o Governo visa construir para buscar encobrir a responsabilidade “incobrível” dos verdadeiros autores intelectuais dessa fraude –, o gerente da Caixa Econômica em Teresina se julgou no direito de chamar o empresário que depositou o dinheiro na conta do caseiro Francenildo para pressioná-lo. Ele teria que explicar a origem, as motivações, enfim, esse que Francenildo diz ser seu pai natural.

Pergunto, Sr^{as} e Srs. Senadores: o que é – nós sabemos que todo aquele cidadão ou cidadã que gosta de derrubar ícones, ídolos é um iconoclasta – um Governo que pretende desmoralizar todas as instituições? Alguém, a qualquer hora, vai imaginar que se pode colocar fogo aqui no bundestag.

O que é o Governo que, desde que começou a mostrar as suas garras, impôs sucessivos desgastes a um Poder que não pode ser desgastado a esse ponto, como é o Poder Judiciário? O que é um Governo que, praticante do “mensalão”, me fez viver aquela cena insólita da minha vida doméstica: a minha mulher dizia para mim assim “Ah, eu quero ver a TV Câmara até o final, para saber se vai ter alguém cassado”. Eu disse “Então, por favor, você vai ver da sala, porque eu quero dormir. Eu já sei que todos vão ser absolvidos. Então, para que eu vou ficar acordado? Vamos ver um filme, então. Vamos ver um filme. Não vou ficar acordado sabendo que foi montada toda uma farsa, para, no final, não se ter punição alguma, além daquelas que já aconteceram, matando de arrependimento os que renunciaram, senão seriam absolvidos também”.

Que Governo é este, Senador Gilberto Mestrinho, Sr^{as} e Srs. Senadores? Que Governo é este que faz o impossível para desmontar a credibilidade das próprias instituições que ele governa, que ele deveria reger? É um Governo que, a partir de uma negociata no BNB, Banco do Nordeste do Brasil, terminou flagrado com aquele fato do dólar na cueca. Isso desmoraliza o BNB. É aquele que arranhou, no episódio Visanet, no episódio Pizzolato, a credibilidade desse ícone da vida financeira do País, que é o Banco do Brasil. E que agora envolve a Caixa Econômica numa denúncia escabrosa de violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Que Governo é esse? Que Governo é esse?

Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico à Casa algo que já é do conhecimento de todos, suponho, mas é meu dever fazê-lo. O Presidente interino do meu Par-

tido, Deputado Alberto Goldman, apresentou ao Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Aldo Rebelo, denúncia objetivando instauração de processo contra o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Antonio Palocci Filho. Resumindo a peça, o senhor...

V. Ex^a pede um aparte, Senador Ney Suassuna?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Não, Senador Arthur Virgílio, quero apenas saber quem instaurou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem instaurou? O Presidente interino do PSDB, Deputado Alberto Goldman, pediu denúncia visando enquadrar o Sr. Antonio Palocci Filho em crime de responsabilidade pelas razões que passo a expor a V. Ex^a e aos nossos estimados Pares.

Pela razão óbvia de que o chefe da Caixa Econômica Federal, sabendo da suspeita sobre a Caixa Econômica Federal de quebra de sigilo... E não dá para se cometer aqui a leviandade suprema, a leviandade até covarde de tentar confundir o vazamento, que é delituoso, e que sempre foi uma prática do PT. O PT cresceu no vazamento. Cresceu na mancebia do vazamento que praticava com o que havia de pior no Ministério Público Federal, com a figura criminosa, atentatória da liberdade democrática, que é a quebra ilegal de sigilos. E no caso do caseiro Francenildo, foi o sigilo bancário.

Mas o Sr. Presidente Alberto Goldman...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concedo a V. Ex^a o aparte, Senador Magno Malta. Vou apenas terminar a parte que explica a atitude do meu Partido. Em seguida, terei muito prazer em ouvi-lo.

O Sr. Ministro Palocci não providenciou. Digamos que não tivesse culpa alguma, que não fosse beneficiário – e seria beneficiário – da desmoralização que intentaram do caseiro Francenildo. Mas digamos que não fosse beneficiário. S. Ex^a teria incorrido em grave falta, porque a suspeita de dolo praticado, nesse caso pela Caixa Econômica Federal, deveria ter motivado de sua parte imediata abertura de processo de investigação. Isso não foi feito.

Arrazoa a peça do PSDB sobre o crime de quebra de sigilo bancário, que, na verdade, sujeita os responsáveis à pena de reclusão de um a quatro anos e multa, aplicando-se no que couber o Código Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Este é o País da lei.

Já concedo o aparte também ao Senador Heráclito Fortes.

Então, vamos à Lei de Crime de Responsabilidade. São argüidos os Itens 5 e 9 do art. 7º da Lei nº 1.079/50. Diz, em um trecho aqui, o Presidente Alberto Goldman: “É importante destacar que os extratos da referida conta da Caixa Econômica Federal descritos acima foram emitidos na quinta-feira, dia 16 de março

de 2006, às 20 horas, 58 minutos e 21 segundos”. Ou seja, no mesmo dia em que o depoimento de Francenildo dos Santos Costa na CPI dos Bingos foi interrompido, por determinação judicial do Supremo Tribunal Federal, em virtude de o mesmo estar fornecendo dados importantes sobre supostas práticas ilícitas do Sr. Ministro da Fazenda.

Vou resumir, para ouvir os colegas. Eu me desincumbo, não com alegria, mas com muita honra, desta missão partidária.

Há todo um passeio pelos artigos que embasam o enquadramento do Ministro: o Item 3 do art. 9º da mesma Lei nº 1.079/50, o item 7 do art. 9º da Lei nº 1.079/50. Diz um item da peça:

Não bastasse isso, restou comprovado também que o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, faltou com a verdade para com uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, já que publicamente desmascarado pelo motorista e pelo caseiro da casa do Lago Sul, em Brasília, onde os seus ex-assessores da Prefeitura de Ribeirão Preto, Rogério Buratti e Vladimir Poletto, fizeram a repartição de dinheiro proveniente de doações ilegais a campanhas do PT.

A peça de denúncia do PSDB – já concedo o aparte, Senador – questiona a legitimidade do Ministro. E eu vou à conclusão:

Em conclusão, assim sendo, com base nos argumentos e fundamentos colacionados na presente denúncia, requer-se: primeiro, seja a mesma recebida, pois, conforme o art. 15 da Lei nº 1.079/50, o único empecilho para o competente recebimento não se apresenta, já que o denunciado permanece no cargo de Ministro da Fazenda.

Segunda demanda: sejam requisitados à Caixa Econômica Federal e à Polícia Federal os documentos comprobatórios da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, de forma a comprovar que este não o autorizou.

Terceira demanda: para, após lida no Expediente da próxima sessão e regularmente processada ao final, instaurar processo contra o Ministro da Fazenda, Sr. Antonio Palocci, objetivando reconhecimento da prática do crime de responsabilidade, com a sua destituição do cargo e inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública.

Ainda nos termos do Regimento Interno, arrolam-se as seguintes testemunhas: Francenildo dos Santos Costa, o caseiro; Dr. Rogério

Buratti; Srª Clarice Coppetti, vice-Presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal; Sr. César Alvarez, Assessor Especial da Presidência da República; Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal; Sr. Marcelo Netto, Assessor de Imprensa do Ministro da Fazenda; e Sr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal.

Brasília, 23 de março de 2006. – Deputado **Alberto Goldman**, Presidente Nacional Interino do PSDB.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Magno Malta.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, não farei propriamente um aparte, é apenas para perguntar: V. Exª não considera muito estranho o silêncio do Banco Central a respeito de tudo isso? Já não já era hora de o Banco Central se manifestar, por meio de sua Diretoria de Fiscalização, uma vez que a segurança do sistema financeiro e bancário, inclusive, está sob a responsabilidade desse órgão? Não lhe parece uma omissão imperdoável do Banco Central nessa questão? Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senador Heráclito Fortes.

O PSDB, dias atrás, entrou com outra representação, essa junto ao Ministério Público, visando a apurar as responsabilidades da Polícia Federal, do Banco Central e da Caixa Econômica Federal.

Concedo o aparte, com muita alegria e muita honra, ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de abordar este assunto em um pronunciamento. No entanto, é tão qualificado e vasto o conteúdo de V. Exª, bem como o debate, que muito qualifica quem o aparteia, principalmente a mim que sou seu fã, resolvi apartear-lo e fazer, neste aparte, a revelação da minha angústia. V. Exª está extremamente correto quando pede a apuração de tudo o que está acontecendo. Falo da apuração da questão de Ribeirão Preto, Leão&Leão, Poletto, Ademirson. O Ministério Público e a Polícia Federal precisam ir fundo nessa questão que envolve o Ministro Antonio Palocci. É preciso ir fundo mesmo. E falo de forma desapassionada, porque nem sou Lula nem sou Alckmin; meu candidato é outro. Não estou falando para defender o PT nem o PSDB nem o PFL. Meu candidato é outro. Estou falando com um sentimento de justiça. É preciso aprofundar a investigação totalmente. Essa da Caixa Econômica é lamentável! Senador Arthur Virgílio, tenho muito respeito por V. Exª e pela nossa amizade especial. E não falo do orador Arthur Virgílio, do colega, mas de meu amigo pessoal. A Bíblia diz que existem amigos que

são mais chegados do que irmãos. É o nosso caso. Esse caso do caseiro tornou-se emblemático, enigmático. É preciso que se faça uma investigação profunda, porque esse vazamento pode ter partido de um puxa-saco também. Não dá para fazer juízo sobre o Mattoso neste momento. Não tenho procuração para defendê-lo, há que se investigar. Mas não faço juízo. Até onde conheço o Mattoso, o conheço como gente de bem. Não tenho procuração para defender Palocci, acho até que é uma pessoa que não gosta de mim; muito menos tenho procuração para defender o Presidente Lula, porque me coloquei independente nesta Casa, e eles não morrem de amores por mim. Mas acho que investigação é bem-vinda onde existe indício. O Ministério Público deve se aprofundar, assim como a Polícia Federal. Sei que V. Ex^a não está falando nisso, mas, em nome da nossa amizade, fiz o aparte e aproveitei para dizer que estão querendo buscar algo legal num lugar onde legal não é: na CPI dos Bingos. Não há, dentro do fato determinado que escrevi, que saiu da minha cabeça. E hoje vejo a CPI dos Bingos virar um ringue de K-1, onde se bate com os pés e com as mãos – V. Ex^a, que é lutador, sabe. Aliás, o campeão mundial de K-1 de 2005 é um brasileiro, o Glauber Feitosa, que bate muito – com o calcanhar, então, o bicho é um doido. É um ringue de K-1! Vale tudo, sem fato determinado! O que esse menino caseiro pode contribuir com a contravenção no Brasil? E aí vejo a CPI dos Bingos e fico sentindo o mesmo que Santos Dumont sentiu quando viu o avião jogando bomba nos outros. É preciso investigar tudo, mas no foro correto. Fui integrante da CPI do Banestado. A convocação de Paulo Maluf fazia parte do fato determinado, e ele não foi chamado. Cheguei a pedir a prisão até de depoentes, Senador Arthur Virgílio. Mostramos a fita do sujeito falando, discutindo contravenção com o povo do Uruguai: “Vamos viajar! Vamos levar oito no jatinho!” Eu até disse ao Presidente: “V. Ex^a precisa prender”. Mas o indivíduo não foi preso. Por que as coisas incorporam o camaleão? Estou falando isso por questão de justiça a mim mesmo, mas respeito quem pensa de outra forma. Volto a afirmar: é escabroso o caso da Caixa Econômica. Sim. Quebrar sigilo é escabroso, mesmo que se trate do sigilo de um caseiro, que é tão honrado quanto um grande industrial que ganha milhões, que é igualzinho a Antonio Ermírio de Moraes, principalmente aos olhos de Deus. Quebrar o sigilo do caseiro é tão indigno quanto quebrar o de uma lavadeira que abriu uma pequena conta para depositar aquilo que recebe do patrão ou quanto quebrar o de Antonio Ermírio de Moraes ou de qualquer outro empresário bem-sucedido deste País, qualquer empresário integrante da Fiesp. É preciso investigar os fatos. Pode ter sido

obra de um puxa-saco, de alguém que quis vaziar os dados porque faz parte não se sabe de quê. E V. Ex^a disse que tipos do Ministério Público que não tinham compromisso com a sociedade vazavam informações para o PT. É necessário apurar os fatos. Quem comete dolo e crime tem que pagar. Deve-se aprofundar a investigação.

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – No entanto, CPI dos Bingos não é o lugar. E aí eu dizia para o Senador Tião Viana que comete erro também quando apresenta lá requerimento convocando pessoas só para que haja luta de K-1. “Se eles convocaram fulano, nós convocamos sicrano. Convocou fulano, nós convocamos sicrano”. Parece aquela luta de vale-tudo, na mão, e que também não tem nada a ver com o fato determinado. E aí fico pensando como é que o Senador Garibaldi vai fazer um relatório da CPI dos Bingos, dizendo assim: “Nós somos contra o bingo no Brasil; a CPI propõe o fechamento por essa e essa razão; ou propomos abrir tudo por essa e essa razão; porque investigamos isso e isso e chegamos a esse e esse denominador”. Não tem isso. Quando se fala com alguém do bingo é esporádico. Não há investigação. Alguém fala: “É, mas, com relação ao caseiro, tinha um indivíduo lá que era um angolano”. Quero saber qual é a investigação a respeito do angolano, e se a investigação está pesada, e se descobriram as ligações internacionais do angolano. O que esse angolano está lavando aqui? Qual é o bingo onde ele coloca o dinheiro? Onde é que lava mais, lava menos? Onde é que ele entrou? Enfim, quero saber sobre a rede do angolano. Não. A investigação se dá só em cima do menino. E lamento que isso ocorra na CPI dos Bingos, porque a minha intenção foi outra. Escrevi um fato determinado, apanhei igual bode embarcado para poder protocolar, para garantir a minha posição. E depois vejo que virou um ringue de K-1. Então, Senador Arthur Virgílio, lamento interrompê-lo. E eu não faria este aparte a nenhum outro orador, iria para a tribuna e faria o meu discurso. Mas faço um aparte ao meu amigo e irmão Arthur Virgílio, que está falando de que necessária é a investigação – V. Ex^a não tocou em nenhum momento na CPI dos Bingos. Concordo com V. Ex^a: é preciso que o Ministro Palocci seja investigado; é preciso que todo mundo sob qualquer suspeição seja investigado. Agora, que o Ministério Público investigue o caso da Leão&Leão, que o Ministério Público investigue as coisas de Palocci lá, que o outro investigue...

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Mas que a CPI dos Bingos cumpra o seu papel de investigar a

contravenção no Brasil, pois foi isso que propus. E me faz muito mal quando chego às sessões e vejo uma luta de K-1, desnecessária, que não acrescenta, porque o relatório será pífio, atingirá pessoas fora do fato determinado, ensinará ilegalidade, porque, judicialmente, não vale absolutamente nada. O único “ganho” entre aspas que fica da CPI é ter desmoralizado, na frente da televisão, pessoas que foram convocadas sem o fato determinado, o que, judicialmente, não vale absolutamente nada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Antes de mais nada, registro – e já é de conhecimento de todos – a estima e admiração que tenho por sua inteligência cintilante. Isso é um fato. E respeito a sua posição que, a meu ver, haverá de ser dirimida pelos tempos que estão correndo e pela própria Justiça brasileira na sua manifestação definitiva.

V. Ex^a se refere ao caseiro emblemático, e terminou virando. E, aí, digo de mim para mim: como pode ser Ministro aquele não resiste à oitiva do caseiro? Como é que pode ser Ministro, Sr. Presidente, aquele que, segundo notícia que li hoje, se não me engano no jornal **Folha de S. Paulo**, pode se embananar de vez se a esposa do caseiro falar? Como por ser Ministro aquele que está asilado na embaixada do Palácio do Planalto, sem ser por enfrentamento a nenhuma ditadura, mas embaixo de um escândalo que desnudou práticas ditatoriais, como a quebra vergonhosa, delituosa e criminosa do sigilo fiscal de alguém? Como pode ser Ministro aquele que não pode comparecer a um evento público? Como ser Presidente da Caixa Econômica aquele que admite que a instituição sob seu comando quebrou, em segundos, o sigilo do caseiro, mas que precisa, agora, de semanas para oferecer uma resposta supostamente convincente à Nação? Tenho a impressão de que precisaríamos dar dois anos, se não tivéssemos pressa, e não ofereceríamos resposta convincente à Nação.

V. Ex^a usou a expressão *pode ter sido um puxa-saco*. Até pode, mas pergunto por que, então, não mostraram logo que é um puxa-saco. Estão dizendo que não é possível dizer-se quem é. O cidadão comum acha que, imaginem, querem tempo para subornar, ameaçar, negociar.

Parece que o Presidente Lula foi traído por pessoas que ele não declina os nomes, traído por pessoas que ele chama, depois, de “nosso Delúbio”, ao mesmo tempo em que passou o tempo inteiro procurando ridicularizar e minimizar a atuação da Oposição. O Presidente Lula não parece em nada convincente.

Não argumentaria com V. Ex^a, até porque sei da sua convicção, que passou por lá o Sr. Caio, notório

bingueiro, que teria sido visto na Casa. Não argumentaria por aí, mas pelo fato de que não é possível mais continuarmos varrendo para baixo do tapete esse caso do caseiro Francenildo.

Vou dizer a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, e a V. Ex^a, Senador Magno Malta, que, amanhã, o Senador Tuma pode perfeitamente, convidar para comparecer à Corregedoria da Casa o caseiro Francenildo. Vou além: eu posso fazer isso. Eu posso, sem nenhum temor de que requeiritem as fitas para saber quem foi ou quem não foi ao meu gabinete, convidar o caseiro Francenildo a ir ao gabinete da Liderança do PSDB e avisar a pouca gente, avisar apenas a nação dos gregos e a nação dos troianos, a imprensa e todo mundo. Convido os Parlamentares que lá queiram se apertar e, junto com meus Pares, faço todas as perguntas que quiser ao caseiro Francenildo. Que equilíbrio é esse que se estabelece...

Senador Magno Malta, já lhe concedo a palavra outra vez.

Que equilíbrio tenro é esse que exige o silêncio do caseiro e que admite ser uma bomba atômica, uma bomba de 500 mil megatons a fala da humilde, modesta, esposa do caseiro?

Ouçó V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, eu também acho. Até onde eu vi o Francenildo, não tem nada... Ele dizer que viu o Ministro... Na minha concepção, até onde isso caracteriza contravenção?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só o de o Ministro ter mentido.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Sim. Eu também não vejo nada de mais. Ele não tocou em vida pessoal, ele não falou, não atingiu a honra da família do Ministro, absolutamente, absolutamente. Em último caso, de fato, seria a palavra dele contra a palavra do Ministro. Portanto, não vejo nada para se criar um estardalhaço dessa natureza. Criou-se um estardalhaço dessa natureza, desnecessariamente, que culminou em um crime, o de quebrar o sigilo do rapaz – aí tem que se investigar a fundo. Agora, no finalzinho, fechando a minha fala, volto aqui à réplica da mente arguta de Arthur Virgílio – se entender como provocação, será. Quando Fernando Henrique era Presidente e aconteceu o escândalo com Mendonça de Barros, Fernando Henrique não autorizou nada daquilo. Eu votava contra o governo, mas discurssei, fazendo coro com V. Ex^a, defendendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando falaram dos escândalos dos aviões em que os ministros foram a Fernando de Noronha, fiz discurso, porque não dá... Que cada um responda pelos seus atos. Cada qual responda pelos seus atos, repito. Não tenho autorização para defender Mattoso, tenho pouco

relacionamento com ele, mas não o julgaria precipitadamente porque o tenho na conta de homem de bem. Defendi Fernando Henrique e os seus ministros, porque os tinha também na mesma conta. Agora fico de lado, como se estivesse num ringue vendo uma luta de K-1. É esse o sentimento que tenho. Acho que a Polícia Federal tem de ir fundo nessa questão emblemática do menino. Não havia necessidade de quebrar o sigilo do menino. Se, numa cadeia de investigação, tudo documentado, se chegar ao Presidente, que Sua Excelência responda pelo dolo cometido. Se houve dolo, puna-se. Se houve dolo do Sr. Palocci, que amanhã vai virar cidadão comum, que ele seja punido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem sabe, amanhã mesmo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Que seja punido. Se o Ministério Público ou a Polícia Federal a chegar a uma conclusão, no caso de Ribeirão Preto, que ele seja punido. Pedi esse aparte tão-somente porque acho que estão discutindo assuntos sérios, que devem ser tratados com seriedade – essa é a verdade –, mas o fórum não é aquele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Antes de conceder o aparte a V. Ex^a e à Senadora Heloisa Helena – pensei que o Senador Mercadante estava pedindo um aparte – eu digo, Sr. Presidente, que no episódio do Sr. Mendonça de Barros, há duas diferenças grandes: primeira, que já passou e ele foi absolvido em todas as instâncias em que foi julgado; segunda, ele foi demitido. Não houve panos quentes. Ele foi demitido prontamente.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – É por isso que eu disse que ele foi absolvido. Eu sabia que o Sr. Mendonça tinha sido absolvido, que, naqueles dias, eram ilações. E a investigação concluiu o quê? Concluiu que nada existiu e que ele tinha de ser absolvido. Por isso, estou falando do cuidado que se deve ter com relação a Mattoso. Se há indício com relação ao Palocci, que se investigue. Se ele não dever nada... Hoje Mendonça de Barros leva esse arranhão pela ilação que se fez e vai carregá-lo pelo resto da vida por uma acusação da qual ele foi absolvido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Ministro Mendonça de Barros, em cuja seriedade acredito, cuja seriedade defendi e cuja seriedade foi proclamada pela Justiça, naquele momento exato perdeu a condição de permanecer no Ministério e não ficou lá. E ele não estava asilado no Palácio do Planalto, com medo de encontrar a imprensa e com medo de falar com as pessoas ou de ser visto em público.

O caso dos aviões que foram para Fernando de Noronha – meu Deus! – é uma brincadeira de criança perto do que se viu, os aviões de Fernando de Noro-

nha. E vi Ministros, no Governo do Presidente Fernando Henrique, inventando desculpas para cá, desculpas para acolá. O Sr. Raul Jungmann* foi mais claro que todos. Aquilo, para o mesmo PT ofendido de agora, era como se a República estivesse sendo virada do avesso. Estavam todas as vestais agoniadas.

Vou dizer uma coisa a V. Ex^a, Sr. Presidente, pois tem a ver com sua terra, tem a ver com Alagoas, Presidente Renan Calheiros. Estive lá, com V. Ex^a e com o Senador Teotônio Vilela, logo após o romper do ano de 2005. Uma coisa que considero marcante em Alagoas é a capacidade de os diversos grupos políticos que compõem a fauna política local de saberem se congraçar nos momentos festivos, nas reuniões sociais. Eu fui a uma festa, vizinha à casa onde estava hospedado. Lá havia gente de toda coloração política. Estava lá o filho do Sr. Paulo César Farias, que conversou comigo. O menino tem a marca do sofrimento que viveu. Estava lá o Sr. Romero Farias, Secretário Executivo do Ministério da Saúde na gestão Alcení Guerra, que veio depor numa Comissão Parlamentar de Inquérito, a do PC Farias, que redundou no **impeachment** do Presidente Collor.

Ele me disse assim: “Arthur, o que aconteceu naquele Governo foi tão pequeno se comparado com o que estamos vendo hoje”. Aí ele citou quatro pessoas do PT – eu esqueci o nome de duas. Lembrome de que uma delas era o Sr. José Dirceu e a outra Luiz Gushiken. Ele disse que os quatro sentavam juntos. Antes de perguntar qualquer coisa, havia uma bateria de desmoralização de todo e qualquer cidadão que fosse depor na CPI. Era assim: primeiro desqualifica completamente e depois faz a primeira pergunta, supostamente com o moral do pobre depoente arreado.

Qualquer pessoa é testemunha; primeiro, não sou figura das mais assíduas de CPI nenhuma; segundo, desafio alguém que me diga... Se alguém me disser: Arthur você exagerou e chegou às raias da rudeza, no plenário da Casa, lidando com pessoas parecidas com você, gozando do mesmo **status** que você, Senadores, Deputados e Congressistas como você, aí até admito e dou a mão à palmatória. Mas desafio alguém que me diga que eu fui a alguma CPI para destratar alguém, para desqualificar quem quer que seja, para usufruir daquele **status** momentaneamente superior de alguém que está ali com toda imunidade, com todo peso, com toda força contra alguém que estaria muito mais nas minhas mãos do que nas mãos de outros setores da sociedade brasileira naquele momento. Eu tenho a consciência muito tranqüila quanto a isso.

Digo isso a V. Ex^a, com a autoridade de quem enfrentou tormentas dentro do PSDB, que enfrentei tormentas para estar, em muitos momentos, ao lado do Ministro Antonio Palocci. Enfrentei tormentas dentro do bloco de Oposição para estar ao lado do Ministro Antonio Palocci. Fui um dos responsáveis diretos pelo atendimento a um pleito de S. Ex^a, que me disse – deve ter dito a outros –, que era em tudo e por tudo inconveniente depor na CPI antes do fim do ano. Pois eu usei, Senador Heloísa Helena – não tenho o que esconder, mesmo, de ninguém –, de todos os artifícios, e todos os argumentos contidos no que eu pudesse ter de vida inteligente para jogar o depoimento para o outro ano, para quando o Ministro se dispusesse a vir.

Se a CPI fosse tão ilegítima assim – respeito o Senador Magno Malta, que criou a CPI, foi o pai da CPI –, o Ministro Palocci não tinha de ter vindo aqui; teria que ter ido ao Supremo, já àquela altura. Ele reconheceu a legitimidade da CPI, e foi isso que fez com que nós tivéssemos desaguado nesse imbróglio. Mas ele veio aqui, Sr. Presidente, quando ele quis. Ele veio aqui quando quis, repito. Em algum momento, S. Ex^a, o Ministro Palocci, a mim me disse: “É melhor ir logo.” Eu disse: muito bem. Todos são testemunhas do silêncio quase ensurdecedor que eu fiz naquela CPI. Quando fiz perguntas ao Ministro Palocci, eu fiz perguntas tão cuidadosas, de tal sorte cuidadosas, que mereci críticas em editoriais de jornais. A minha preocupação estava colocada na economia brasileira.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, somente para cooperar com V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois, não.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Eu sou testemunha disso, já que V. Ex^a está revelando o fato, e nós dois conversamos sobre isso. Eu fiz esse argumento junto com V. Ex^a, e V. Ex^a concordou naqueles dias. É indiscutível o seu comportamento com relação a esse episódio. V. Ex^a tem cem por cento... Aliás, para que dar número para isso? Mas, daquilo que V. Ex^a fala, neste momento, sou a sua testemunha, bem como das conversas que nós dois tivemos, em que eu fazia as ponderações e elas se somaram ao seu entendimento. E V. Ex^a realmente ajudou naquele momento, entendendo o momento do Ministro, o momento do País. Eu concordo com V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Não quero atrapalhá-lo mais. É só para dizer que testemunhei o fato.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É bom ouvi-lo.

Eu ouço o Senador Heráclito e encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, apenas para dar o testemunho dessa luta e desse trabalho que V. Ex^a fez. Quero dizer que, não com a intensidade de V. Ex^a, mas também, dentro do meu Partido, trabalhei para que o Ministro tanto adiasse o seu depoimento aqui, como também viesse em uma data que mais confortável lhe fosse. Recebi as mesmas críticas e, por incrível que pareça, na maioria, de Senadores do próprio PT, que passaram notícias de maneira desleal aos jornais dizendo que eu era do grupo do Sr. Palocci, sem eu nunca, graças a deus, a ele ter pertencido. Mas, dentro do mesmo princípio que V. Ex^a defendeu, estamos defendendo uma economia que defendemos e ajudamos a construir há oito anos. Tive vários contatos, inclusive com o Senador Tião Viana...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...nos momentos que antecederam a audiência do Ministro Palocci. Depois comentamos, surpresos, o silêncio e a omissão de alguns companheiros dele no depoimento. Aí, fui surpreendido com informações saídas do próprio gabinete ou do Palácio do Planalto, que começou com a viagem do Presidente a Santa Catarina, de que eu estaria acobertando o caseiro Nildo. Eu não posso, de maneira nenhuma, pela vida pública que tenho, aceitar uma canalhice dessa natureza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Sr. Presidente, desta vez encerro, pedindo um pouquinho de tempo a V. Ex^a só para dizer duas frases mais – e o Senador Magno Malta fez essa provocação tão fraterna. Considero que o Ministro Palocci tem suas horas contadas no Ministério. Não depende do Presidente Lula. A demissão de José Dirceu foi feita por Roberto Jefferson, não por Lula. A nomeação foi feita por Lula. Se alguém me perguntar o que eu acho do desempenho técnico do Ministro Palocci, eu diria que o Ministro Palocci vai entrar para a história por esses defeitos que revelou, mas vai entrar para a história como um dos maiores Ministros da Fazenda que este País já conheceu. Não tenho nenhuma dúvida em dizer isso, é uma figura extremamente contraditória, tipo Doctor Jekyll* e Mr. Hyde*. Mas o Ministro Palocci mentiu para mim, mentiu para a Nação. O Ministro Palocci foi flagrado numa mentira que não lhe cabia. O Ministro Palocci terminou se enredando numa teia que tirou dele as mínimas condições de se manter como titular da Pasta

da Fazenda. Que ele, então, aguarde o julgamento da história a respeito da sua performance.

A Senadora Heloísa Helena pensa uma coisa que é a mesma, mais ou menos, que pensa o Senador Alvaro Dias, que aqui estava conosco. Eu penso diversamente, eu penso diferente. Eu penso que foi um grande Ministro, sim, mas um grande Ministro que já é, virtualmente, ex-grande Ministro, porque não tem mais condições de permanecer como Ministro. Todo mundo sabe disso, principalmente ele, que é uma das figuras políticas mais inteligentes com que já convivi. Principalmente ele.

Fingir não ver isso é participar de um certo jogo de hipocrisia, é desdenhar da inteligência do povo brasileiro, é subestimar a capacidade de análise de todos aqueles que estão na arena da decisão política.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

PARECER Nº 11, DE 2005 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 2, de 2006-CN (nº 60-SGS-TCU/2006, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 82, de 2006 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de duplicação da rodovia BR-230/PB, entre João Pessoa e Campina Grande – TC 003.231/2001-0”.

I – Relatório

Trata-se do Aviso nº 2, de 2006-CN (nº 60-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº. 82, proferido pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 1º-2-06. Tal deliberação está inserida nos autos TC 003.231/2001-0, que cuidam do levantamento de auditoria nas obras de duplicação da rodovia BR-230, entre João Pessoa e Campina Grande, no Estado da Paraíba.

De acordo com as informações remetidas pelo Tribunal de Contas da União, o empreendimento em questão encontra-se no Anexo VI da Lei nº 11.100/05 (LOA/2005) em face de sobrepreços verificados no Contrato PJ 007/99, firmado entre o DER/PB e a empresa Via Engenharia. A regularização da situação depende do cumprimento do item 8.4.1 do Acórdão nº 87/02 – Plenário, com redação dada pela Acórdão nº 1.684/03 – Plenário, a saber:

8.4.1. determinar ao DER/PB que condicione junto à Via Dragados 3/A [hoje, Via Engenharia S/A] a continuidade do Contrato

PJ-007/99-DER/PB á formalização de teimo aditivo, a ser encaminhado a este Tribunal por cópia no prazo de 30 (trinta) dias, estabelecendo:

8.4.1.1. o desconto, proporcionalmente à próximas faturas, dos valores pagos em excesso por decorrência das alterações quantitativas do projeto original, em montante a ser apurado pelo DER/PB com base no balanço das conseqüências financeiras dessas modificações, utilizando, em confronto com os preços da contratada, os valores de mercado dados pelo sistema Sicro á época da revisão ou, na falta desse referencial para algum item, o valor orçado na licitação, considerados, em qualquer caso, os efeitos do reajustamento, encaminhando a este Tribunal a planilha de cálculo juntamente com o termo aditivo requerido acima;

8.4.1.2. a renegociação dos preços das quantidades acrescidas ou reduzidas no projeto, ainda não pagas, com base no sistema Sicro;

8.4.1.3. a previsão de que outros acréscimos ou supressões, na eventualidade de ocorrerem, por necessidade devidamente justificada, sejam pagos com base no sistema Sicro.

Examina-se, assim, nesta oportunidade o atendimento da determinação do TCU. Para tanto, o DER/PB encaminhou à Corte de Contas minuta de termo aditivo para fins de repactuação dos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária do Contrato PJ-007/99. Contudo, a unidade técnica daquele órgão concluiu que os documentos encaminhados não atendem ao item 8.4.1, reformado, do Acórdão nº 67/2002 – Plenário.

O relator do feito, Ministro Marcos Vinícius Vilça, entretanto, discordou do posicionamento da unidade técnica. Para ele, a razão pela qual a unidade técnica firmou tal entendimento situam-se em dois aspectos significativos referentes ao Termo Aditivo nº 20, a saber:

a) redefinição dos preços unitários para 20 itens de terraplenagem, segundo valores extraídos de outros contratos no âmbito do DER/PB, em substituição aos indicados pelo Sicro;

b) desconsideração dos efeitos financeiros da supressão, no projeto, de quantidades expressivas de defensas metálicas.

Quanto ao primeiro aspecto, o relator consignou em seu voto o seguinte:

17. Observo que o orçamento feito pelo DER/PB não contemplava pua os 20 itens de terraplenagem os preços aduzidos nesta oportunidade. Mas, diversamente de outras ocasiões em que foi tentado justificar o valer contratado, agora há um detalhe importante: os preços exibidos têm um substrato real, adequado e contemporâneo ao Contrato PJ 007/99.

18. Isto efetivamente parece significar que os preços indicados – DER/PB para os aludidos itens refletem, se não as características individuais das obras da BR-230, as próprias condições locais da região na qual se inserem.

19. Logo, tenho para mim que faltaria razoabilidade em não levar em conta tais circunstâncias, que estão evidenciadas, para concretizar o consentimento conferido pelo subitem 9.2 do Acórdão nº 539/2005-Plenário, no sentido do reconhecimento de especificidades das obras.

No que tange à questão das defensas, o relator realizou diversas análises para verificar se o preço ofertado pela Via Engenharia na licitação seria factível e chegou à conclusão de que

29. (...) apesar das grandes divergências encontradas na cotação dos preços das defensas pelo Sicro, pelo DER/PB e pelas empresas que concorreram na licitação da BR-230/PB, tudo leva a crer que era factível à Via Engenharia praticar o valor que propôs para o contrato. Por conseguinte, penso que possa ser acolhida a justificação da empresa e admitido, também neste ponto, o Termo Aditivo nº 20.

Com base nessas considerações, o relator faz consignar em seu voto o seguinte:

34. Em suma, compreendo que, relativamente á planilhas produzidas pela Secex/PB (...), o Tribunal deva admitir as modificações feitas pelo DER/PB e pela Via Engenharia, sobre os itens de defesa metálica e os 20 itens de terraplenagem, as quais permitiram a assinatura do Teimo Aditivo nº 20.

Os Ministros do TCU, tendo em vista as razões expostas pelo Relator, assim deliberou:

9.1. aceitar a planilha que acompanha o Termo Aditivo nº. 20 ao Contrato PJ 007/99, findo pelo DER/PB e pela Via Engenharia S/A (...), como comprovação do cumprimento do subitem 8.4.1 do Acórdão nº 67/2002-Plenário, com a redação do Acórdão nº 1.684/2003-Plenário;

9.2. informar á Presidência e à comissão Mista de Plenos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do congresso Nacional que o Contrato PJ 007/99, das obras de duplicação da rodovia BR-230/PB, constante do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005, pode ter sua execução liberada, considerando que foram atendidas as condições impostas pelo TCU para regularização dos preços contratuais.

É o relatório.

II – Voto

Diante do exposto, considerando pertinentes as razões apresentadas pelo Ministro Marcos Vinícius Vilaça, acompanho a deliberação do TCU e voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 2, de 2006-CN, o das peças que o acompanham;

b) exclua do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o subtítulo 26.782.0235.1236.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba – Trecho João Pessoa – Campina Grande – PB), sob responsabilidade da UO 39.252 (Departamento Nacional do Infra-Estrutura de Transportes), nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão. – Deputado **João Leão**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o subtítulo 26.782.0235.1236.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 No Estado da Paraíba – Trecho João Pessoa – Campina Grande – PB), sob responsabilidade da UO 39.252.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o subtítulo 26.782.0235.1236.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 No Estado da Paraíba – Trecho João Pessoa – Campina Grande – PB), sob responsabilidade da UO 39.252.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão. – Deputado **João Leão**.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Primeira Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária, em 21 de março de 2006, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado **JOÃO LEÃO**, ao **Aviso n.º 002/2006-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à **EXCLUSÃO** do Anexo VI da Lei n.º 11.100(LOA/2005), de 25 de janeiro de 2005, o *subtítulo 26.782.0235.1236.0101 - ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-230 NO ESTADO DA PARAÍBA – TRECHO JOÃO PESSOA – CAMPINA GRANDE – PB*, sob responsabilidade da UO 39.252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 14 e 15/02/2006, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Amir Lando, Augusto Botelho, Edison Lobão, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Gilvam Borges, Heráclito Fortes, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Luiz Otavio, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Octávio, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Valdir Raupp; e os Deputados Mussa Demes, Primeiro Vice-Presidente, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Alceste Almeida, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Arnon Bezerra, Assis Miguel do Couto, Átila Lins, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Beto Albuquerque, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Colbert Martins, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Domiciano Cabral, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Helenildo Ribeiro, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Inácio Arruda, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magalhães, João Tota, José Carlos Araújo, José Chaves, José Militão, José Pimentel, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Júlio Semeghini, Júnior Betão, Lael Varella, Laura Carneiro, Léo Alcântara, Leodegar Tiscoski, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Luiz Piauhyllino, Lupércio Ramos, Manato, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Nilson Mourão, Osório Adriano, Paes Landim, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Roberto Balestra, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Silvio Torres, Vignatti, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Fagundes, Wellington Roberto, Zé Geraldo, Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 21 de março de 2006.


Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente


Deputado JOÃO LEÃO
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 5, DE 2006 – CN**

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o subtítulo 26.782.0235.1236.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba – Trecho João Pessoa – Campina Grande – PB), sob responsabilidade da UO 39.252.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o subtítulo 26.782.0235.1236.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários Na BR-230 no Estado da Paraíba – Trecho João Pessoa – Campina Grande – PB), sob responsabilidade da UO 39.252.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de março de 2006.– Senador **Gilberto Mestrinho** – Deputado **João Leão**, Relator.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 511, de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006.542/95-6.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 197/1995, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **ANTÔNIO AURÉLIO DE FIGUEIREDO**, Técnico Legislativo, Area 6, Nível II, Padrão 30, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 26/01/2006, sendo comprovado o diagnóstico em **29/07/2005**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 24 de Março, de 2006

P/ AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 512, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **MARIANGELA GONÇALVES CASCÃO**, matrícula nº 139303, e **HAROLDO FEITOSA TAJRA**, matrícula nº 52880, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 004265/06-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de Março de 2006.

P/ AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 513 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **004627/06-7**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **LUCAS GIRARDI ALVES**, matrícula n.º 182210, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 24 de Março de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 514 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004627/06-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VERA GLADIS SOARES BATISTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 24 de Março de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 515 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004083/06-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IZABELA JATENE DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 24 de Março de 2006


P/ AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 516 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.195/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ CARLOS ORRO DE FREITAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leomar Quintanilha.

Senado Federal, em 24 de Março de 2006


P/ AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Gera

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 517 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004603/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FELIPE BURLE DOS ANJOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 24 de Março de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 518 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004661/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GABRIEL RIOS GUARINES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, em 24 de Março de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 519 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.282/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SIMONE ROCHA LOBATO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 24 de Março de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotônio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, / RT. 4º	TITULARE! ;	SUPLENTE! ;
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 118 PÁGINAS